

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

MARIA APARECIDA FERNANDES

A IMPLEMENTAÇÃO DO MACROCAMPO CULTURA, ARTES E EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO EM UMA ESCOLA DA REDE
MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

Juiz de Fora

2014

MARIA APARECIDA FERNANDES

**A IMPLEMENTAÇÃO DO MACROCAMPO CULTURA, ARTES E
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO EM UMA
ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro João Magalhães de Queiroz

Juiz de Fora

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA APARECIDA FERNANDES

A IMPLEMENTAÇÃO DO MACROCAMPO CULTURA, ARTES E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de Dissertação do Mestrado Profissional CAED/ FAGED/ UFJF, aprovada em ____/____/____.

Prof. Dr. Álvaro João Magalhães de Queiroz - Orientador

Membro Interno da Banca Avaliadora

Membro Externo da Banca Avaliadora

Juiz de Fora, 02 de dezembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, por me proporcionar a bênção e a coragem de cursar este mestrado profissional e conseguir chegar ao final, vencendo as adversidades com perseverança e compromisso.

Aos meus pais, Ordelino Fernandes de Oliveira e Cleusa Aparecida Fernandes, principalmente, pela minha formação como ser humano, e aos meus irmãos, por terem compreendido minhas ausências nos eventos familiares nos finais de semana.

Ao meu companheiro, Umberto Claudio de Sousa, pela paciência e compreensão nas ocasiões em que estive ausente cumprindo as atividades inerentes ao mestrado profissional.

Agradeço, especialmente, à Professora Doutora Eleuza Maria Rodrigues Barboza, por sua iniciativa na participação e estímulo aos gestores das escolas municipais de Juiz de Fora, através deste curso de Mestrado Profissional Gestão e Avaliação da Educação Pública, proporcionando rico conhecimento e apostando nesta formação continuada.

À equipe de orientação – Raquel Peralva Martins de Oliveira, Helena Rivelli de Oliveira e Kelmer Esteves de Paula –, que compreendeu minhas limitações e que me acompanhou desde a primeira versão com suas valiosas orientações, me auxiliando e incentivando a superar minhas dificuldades, respeitando o meu tempo e ritmo na escritura deste trabalho, agradeço pela sabedoria em cobrar com firmeza quando foi preciso, o que proporcionou mais organização para dar conta do caso de gestão.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Álvaro João Magalhães de Queiroz, por ter acompanhado a escrita, por seu compromisso e por suas contribuições para a evolução do trabalho.

Às companheiras, professoras e professores dos anos finais e aos monitores do Programa Mais Educação do contexto escolar investigado, pelas contribuições pertinentes no decorrer do curso de mestrado.

À equipe diretiva da Escola A, companheiras e incentivadoras nos momentos difíceis, em especial à coordenadora de atividades culturais, pelo auxílio na ocasião de aplicação dos questionários para o estudo de caso e pelo estímulo.

Às minhas amigas e aos meus amigos, que sempre torceram por mim.

À Secretaria de Educação de Juiz de Fora, que me concedeu autorização para pesquisar nos arquivos os documentos que registram o processo de adesão ao Programa Mais Educação e a listagem das escolas municipais participantes.

Às técnicas educacionais e professoras atuantes no PME, que me concederam entrevistas colaborando com o progresso do estudo de caso.

Enfim, a todas as pessoas que, apesar de não serem aqui citadas explicitamente, contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

*“Aos esfarrapados do mundo e
aos que neles se descobrem e,
descobrimo-se, com eles sofrem,
mas, sobretudo, com eles lutam”.*

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho apresenta o Programa Mais Educação, que constitui uma estratégia do Governo federal para ampliar a jornada escolar. Nesse contexto, tem por objetivo analisar a implementação do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial em uma escola da rede municipal de ensino de Juiz de Fora/MG, aqui denominada Escola A, que aderiu ao Programa em 2010, ano inicial de implantação no município. A infrequência dos alunos dos anos finais do ensino fundamental nas atividades culturais foi um dos entraves observados no contexto escolar, fato que chamou nossa atenção a ponto de buscarmos compreender os motivos dessa infrequência. Para tanto, a pesquisa recorreu à análise documental, à entrevista com os responsáveis pela equipe gestora e pelas atividades do Programa na instituição e à aplicação de questionários aos alunos inscritos nas atividades do referido macrocampo. Uma análise qualitativa foi feita a partir dos dados levantados na pesquisa, em diálogo com outras experiências sobre educação integral. Essa análise nos revelou que grande parte dos alunos não frequentam as atividades oferecidas pela escola por essas não serem obrigatórias e, principalmente, porque os pais precisam de seu auxílio em casa. A partir disto, propomos plano de intervenção que visa a melhorar a organização e a dinâmica das atividades do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial, adequando-as às características do contexto escolar e almejando solucionar e/ou aumentar a participação dos alunos dos anos finais do ensino fundamental nessas atividades.

Palavras-chave: Programa Mais Educação; Educação Integral; Cultura, Artes e Educação Patrimonial; Infrequência.

ABSTRACT

This paper presents the More Education Program - which is a strategy of the federal government to extend the school day. In this context, aims to analyze the implementation of macrocampo Culture, Arts and Heritage Education in a school of municipal schools of Juiz de Fora / MG, here called The School, which joined the program in 2010, the initial year of implementation in the municipality. The infrequency of the students of the final year of primary education in cultural activities was one of the barriers observed in the school context, a fact that drew our attention to the point of seeking to understand the reasons for this infrequency. To this end, the research turned to documentary analysis, interviews with those responsible for managing the staff and activities of the program in the institution and the application questionnaires to students enrolled in the activities of macrocampo said. A qualitative analysis was made from the data collected in the survey, in dialogue with other experiences on comprehensive education. This analysis has revealed that most students do not attend activities offered by the school and these are not mandatory, mainly because parents need their help at home. From this, we propose the intervention plan aimed at improving the organization and dynamics of the activities of macrocampo Culture, Arts and Heritage Education, adapting them to the characteristics of the school environment and aiming to solve and / or increase the participation of students in the final years of elementary school in these activities.

Keywords: More Education Program; Integral Education; Culture, Arts and Heritage Education; Infrequency.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAIC	Centro de Atenção Integral à Criança
CF	Constituição Federal
CIEP	Centro Integrado da Educação pública
CME	Conselho Municipal de Educação
DEIDHUC	Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania
DPF/SE	Departamento de Políticas de Formação da Secretaria de Educação
EEX	Entidades Executoras
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPI	Escola Pública Integrada
FUNALFA	Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental de Valorização do Magistério
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PBF	Programa Bolsa Família
PC	Professor Comunitário
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PEI	Programa Escola Integrada

PME	Programa Mais Educação
PNE	Plano Nacional da Educação
PMJF	Prefeitura Municipal de Juiz de Fora
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROETI	Projeto de Educação de Tempo Integral
SECAD/MEC	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação
SEE/MG	Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais
SE	Secretaria de Educação
SEB	Secretaria de Educação Básica
SEL	Secretaria de Esporte e Lazer
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Os motivos da infrequência dos alunos dos anos finais no PME	54
-----------	--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Macrocampos do PME e suas respectivas atividades	20
Quadro 2	Diagnóstico dos resultados do IDEB apresentados pela Escola entre 2005 e 2013	43
Quadro 3	Escola A - Organização de horários de atividades do PME	45
Quadro 4	Frequência dos alunos nas atividades do PME	52
Quadro 5	Respostas dos alunos: O que você gostaria de participar na Escola?	56
Quadro 6	Atividades do Macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial, indicadas pelos alunos dos anos finais para serem oferecidas na Escola A	57
Quadro 7	Ações do Plano de Intervenção	101

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	17
1.1	Educação em tempo integral	27
1.2	O macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial	30
1.3	Educação em tempo integral em Juiz de Fora	35
1.4	A Escola A	42
1.4.1	O macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial na Escola A	46
1.4.2	A infrequência dos alunos	48
2	A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO CONTEXTO BRASILEIRO	59
2.1	Atividades de cultura, artes e patrimônio em experiências de ampliação de jornada	63
2.2	A infrequência nas atividades do Macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial na Escola A	76
3	PLANO DE INTERVENÇÃO: ALTERNATIVAS PARA AS ATIVIDADES DO MACROCAMPO CULTURA, ARTES E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	87
3.1	O Plano de Intervenção	88
3.1.1	Inserir atividades que sejam do interesse dos alunos	89
3.1.2	Aproximação entre família e escola	92
3.1.3	Criação de uma coordenação local do PME	94
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
	REFERÊNCIAS	105
	APÊNDICES	111

INTRODUÇÃO

A educação em tempo integral tem sido tema de intensos debates nas últimas décadas, como também várias são as iniciativas governamentais para sua real efetivação. Tais debates são reflexos das inúmeras lacunas que permeiam o tema, indo desde uma concepção do que seja educação em tempo integral até quais medidas se mostram mais apropriadas para torná-la uma realidade. Reflexões também vão ao encontro desse contexto para fomentar a autonomia no planejamento de novas organizações escolares, que permitam a implementação de projetos educacionais com essa perspectiva. Uma das iniciativas do Governo federal nesse sentido é levar às escolas o Programa Mais Educação (PME). Nessa direção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) afirma que a jornada escolar deve ser ampliada, progressivamente, nas escolas públicas. Isso tem favorecido que estados, municípios e a própria sociedade busquem propostas que procurem promover uma educação pública de qualidade, dando oportunidades a crianças e adolescentes oriundas das diversas classes sociais. Assim, a educação integral foi iniciada com o Projeto Aluno de Tempo Integral através da Resolução SEE Nº 416/2003. O Programa Mais Educação (PME), criado como complemento ao primeiro, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, teve início em 2008, constituindo uma estratégia do Governo federal para induzir as redes municipais e estaduais a aumentarem a jornada escolar, reorganizando as escolas e estabelecendo um mínimo de sete horas diárias de permanência na escola. O aumento da estada dos estudantes no ambiente escolar representa também uma tentativa de diminuir sua ociosidade e proporcionar a ampliação dos conhecimentos e a diversidade intercultural (LECLERC; MOLL, 2012).

O programa Mais Educação foi incorporado às políticas municipais de Juiz de Fora em 2010, contemplando 37 escolas. Nesse âmbito, o PME aponta soluções para investimentos em estrutura, propõe ampliação dos espaços físicos e tempos nas escolas da rede municipal. Como profissional atuante nesse cenário, observei vários entraves no desenvolvimento das atividades dos macrocampos do PME. Dentre eles, a infrequência dos alunos dos anos finais nas atividades do

macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial, por tratar-se de uma dificuldade recorrente nas escolas do município. A partir daí, delimitou-se nosso tema de estudo: o motivo da infrequência desses alunos nas atividades do referido macrocampo.

A escolha por investigar esse caso de gestão se justifica pela estreita relação estabelecida com a escola e os problemas vivenciados por ela: como professora efetiva da rede municipal desde 1997 e como membro da direção escolar nesta instituição desde 2009, a imersão na temática foi inevitável. Acredita-se que o presente estudo possa contribuir para que outros gestores sucessores na mesma unidade escolar, ou mesmo na rede municipal, tenham em mãos um diagnóstico da realidade em termos de ampliação do tempo do aluno e um caminho para solucionar o obstáculo da infrequência, principalmente no que diz respeito à participação nas atividades culturais.

Assim, a presente dissertação tem por objetivo compreender os reais motivos pelos quais os alunos dos anos finais do ensino fundamental da escola municipal estudada são infrequentes nas atividades do macrocampo avaliado. A partir daí, outros elementos do caso em análise serão evidenciados, como características da implementação do macrocampo Cultura, Artes e Educação patrimonial do Programa Mais Educação na rede municipal de Juiz de Fora.

Para tanto, a pesquisa partiu do estudo de caso, através do qual se verificou que a escola pesquisada¹ possui altos índices de infrequência nas atividades do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial. Recorreu-se também a fontes de documentos oficiais e registros fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora ou disponibilizados em sites oficiais, como no Portal do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC), no Portal do Ministério da Educação (MEC), Portal da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, Portal da Câmara Municipal de Juiz de Fora e, também, no portal aberto e gratuito Qedu para informações sobre a qualidade de educação em cada escola, município e estado brasileiro. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com técnicos educacionais da Secretaria de Educação, um deles responsável pela implementação do PME na rede de ensino, com gestores escolares e com professores coordenadores e/ou

¹ Para preservar a identidade dos sujeitos de pesquisa, os nomes da escola, dos profissionais e alunos envolvidos foram alterados. Assim, a partir de agora, a instituição pesquisada será chamada de Escola A.

articuladores de projetos em escolas municipais vinculadas à Secretaria de Educação de Juiz de Fora, bem como com monitores das oficinas de Grafite e de Percussão. No contexto escolar, um estudo qualitativo foi feito a partir da aplicação e análise interpretativa de questionários aplicados aos alunos dos anos finais do ensino fundamental da escola alvo.

Com base nas respostas dos questionários, percebemos que são variados os motivos das ausências dos alunos às oficinas do macrocampo investigado. Entretanto a maior parte dos estudantes assumiu que não participa das atividades devido à necessidade de estar em casa nesse horário para auxiliar os pais. A partir da pesquisa, foi feita uma proposta interventiva que visa a melhorar a organização e a dinâmica das atividades, buscando adequação às características do contexto escolar e almejando solucionar e/ou aumentar a participação dos alunos dos anos finais no PME.

O texto se organiza em três capítulos. O Capítulo 1 traz seções que registram uma descrição geral do Programa Mais Educação e do processo de implementação do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial na escola municipal que serviu de cenário para o caso, além de oferecer subsídios para as discussões sobre a educação integral. Aborda ainda as propostas de projetos da Escola A e, principalmente, a infrequência dos alunos dos anos finais nas atividades desse macrocampo. Os dados relativos aos questionários aplicados diretamente aos alunos foram expostos neste capítulo.

No capítulo seguinte, analisaremos o processo de implementação do macrocampo em Juiz de Fora, tendo como foco a Escola A, elaborando, primeiramente, uma análise compreensiva do contexto brasileiro de adesão à educação integral/educação integrada e(m) tempo integral. Em seguida, iremos registrar uma experiência de jornada escolar ampliada que é o Projeto de “Escola Integrada” de Belo Horizonte e, por último, apontar os entraves e os desafios no processo de implementação do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial nas escolas municipais de Juiz de Fora.

Finalmente, será apresentada uma proposta de intervenção na organização e funcionamento diante da análise compreensiva e a partir dos entraves encontrados e desafios da Escola A para solucionar e/ou minimizar a infrequência dos alunos dos anos finais nas atividades do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial do Programa Mais Educação. Com esse Plano de Ação Educacional (PAE), pretende-

se também oferecer suporte pedagógico aos monitores atuantes no PME e estimular hábitos de participação responsável dos alunos em atividades, promovendo sua formação cidadã e engajamento nas questões da comunidade escolar.

1 O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Para iniciarmos, apresentamos uma descrição e uma proposta de estudo de caso da implementação do Programa Mais Educação na rede municipal de Juiz de Fora, a partir do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial na Escola A. O objetivo principal aqui é levar ao leitor e aos pesquisadores deste tema o conhecimento sobre a dinâmica, a práxis, bem como a descrição dos espaços educativos e das condições para o desenvolvimento das atividades culturais do PME na referida escola.

Este capítulo está dividido em quatro seções. A primeira faz uma abordagem sobre a educação de tempo integral e suas especificidades e, ainda, da diferenciação entre tempo integral e tempo ampliado. A segunda versa sobre a descrição da proposta de desenvolvimento das atividades do macrocampo em estudo. A terceira diz respeito, especificamente, à implementação da educação de tempo integral e à adesão ao PME na cidade de Juiz de Fora. A quarta trata da descrição do contexto da Escola A, da dinâmica e do fluxo em função da inclusão da escola no Programa, da organização, das dificuldades encontradas e da motivação para a infrequência dos alunos dos anos finais nas atividades culturais a partir de entrevistas e questionários aplicados.

Mas, primeiramente, antes de darmos início à primeira seção, faremos uma abordagem da legislação nacional educacional e do PME, suas características, seus recursos, propostas e possibilidades de aprendizagens para os estudantes das escolas públicas.

Um processo de discussões ocorreu durante a elaboração da Constituição Federal (CF) de 1988, que também buscava garantir avanços no campo da educação. O artigo 205 da CF determina que a educação seja um direito de todos e incentiva a responsabilidade de toda a sociedade, preconizando o pleno desenvolvimento do sujeito para o exercício da cidadania e com qualificação para que ele seja inserido no mercado de trabalho. O texto constitucional preceitua, ainda, em seu artigo 206 que o ensino deve ser embasado em princípios como igualdade de condições de acesso e permanência nas escolas e diversidade de ideias e concepções pedagógicas, o que respalda e corrobora a proposta

pedagógica do Programa Mais Educação, que é, primeiramente, estabelecer uma nova pedagogia em relação ao tempo e aos espaços educativos.

No período pós Constituição Federal de 1988, as discussões sobre a educação se intensificaram no Brasil, e, em 1996, foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/1996, que trouxe grandes avanços em termos de dispositivos legais, reproduzindo em seu artigo terceiro os mesmos princípios do artigo 206 da CF/88. A educação integral é contemplada e amparada na LDBEN/96 em seu artigo 34, que define o aumento progressivo do tempo de quatro horas de permanência na escola e a articulação de parcerias visando à reunião de esforços para que as escolas públicas reorganizem os tempos e espaços para implementação de educação de tempo integral, conforme o § 5º do Artigo 87 dessa Lei (BRASIL, 1996) e, principalmente, de acordo com o segundo parágrafo do referido dispositivo, que diz: “O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996, p. 12).

Uma política pública como o Programa Mais Educação, para ser compreendida quanto às contribuições possíveis aos alunos, deve ser descrita para que os interessados no tema educação em tempo integral possam ter condições de avaliá-la enquanto promotora de sucesso escolar e ampliação de conhecimentos culturais. O Programa Mais Educação foi idealizado pelo Governo federal com vistas a contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, articulando diferentes ações, projetos e programas. Propõe ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas a fim de proporcionar melhora na qualidade do processo ensino-aprendizagem dos alunos.

O PME tem como objetivo principal a conquista efetiva de escolarização para alunos de escolas públicas com ampliação de experiências na educação básica que são realizadas antes e/ou depois do horário mínimo legal para sua escolarização – 4,5 a 5 horas/dia – de acordo com o currículo da instituição. É também uma proposta que acrescenta e corrobora a elaboração de um paradigma de educação integral. Além disso, o Programa Mais Educação propõe atender à população infanto-juvenil que vive em condições de vulnerabilidade social, atribuindo também à escola o objetivo de minimizar o impacto dessas questões na história de vida dos alunos (MEC, 2009, p. 14).

De acordo com o caderno *Passo a Passo do Programa Mais Educação*, disponível no site do MEC, a ampliação da permanência na escola deve ser feita através de atividades desenvolvidas a partir de macrocampos² temáticos. Para a ampliação do cenário educativo, oferecem-se os seguintes macrocampos e suas atividades: Acompanhamento Pedagógico; Educação Ambiental; Esporte e Lazer; Direitos Humanos em Educação; Cultura, Artes e Educação Patrimonial; Cultura Digital; Promoção da Saúde; Comunicação e Uso de Mídias; Investigação no Campo das Ciências da Natureza e Educação Econômica. As atividades referentes a cada macrocampo estão registradas no quadro seguinte:

² Macrocampo representa “[...] um campo de ação pedagógica que possibilita a integração do conhecimento, a superação da fragmentação do saber e a articulação entre conceitos disciplinares e não disciplinares”. O macrocampo indica e orienta os princípios e as ações que a escola irá adotar em cada área temática do Programa Mais Educação (MEC, 2013).

Quadro 1 - Macrocampos do PME e suas respectivas atividades

Macrocampos	Atividades
(1) ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO	Ciências, História e Geografia, Letramento / Alfabetização, Línguas Estrangeiras, Matemática, Tecnologias Educacionais
(2) EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Tecnologias Educacionais
(3) ESPORTE E LAZER	Atletismo, Basquete, Futebol, Futsal, Handebol, Voleibol, Natação, Tênis de Campo, Tênis de Mesa, Xadrez Tradicional e Xadrez Virtual, Judô, Karatê e Taekwondo, Basquete de Rua, Corrida de Orientação, Ginástica Rítmica, Recreação e Lazer / Brinquedoteca, Yoga / Meditação, Tecnologias Educacionais
(4) EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	Educação em Direitos Humanos, Tecnologias Educacionais
(5) CULTURA, ARTES E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	Artesanato Popular, Banda Fanfarra, Canto Coral, Capoeira, Cineclube, Danças, Desenho, Educação Patrimonial, Ensino Coletivo de Cordas, Escultura, Grafite, Hip Hop, Iniciação Musical por meio da Flauta Doce, Leitura e Produção Textual, Mosaico, Percussão, Pintura, Práticas Circenses, Teatro, Tecnologias Educacionais
(6) CULTURA DIGITAL	Ambiente de Redes Sociais, Tecnologias Educacionais
(7) PROMOÇÃO DA SAÚDE	Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos, Tecnologias Educacionais
(8) COMUNICAÇÃO E USO DE MÍDIAS	Fotografia, Histórias em Quadrinhos, Jornal Escolar, Rádio Escolar, Vídeo, Tecnologias Educacionais
(9) INVESTIGAÇÃO NO CAMPO DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA	Laboratórios, Feiras e Projetos Científicos, Robótica Educacional, Tecnologias Educacionais;
(10) EDUCAÇÃO ECONÔMICA / ECONOMIA CRIATIVA	Educação Econômica / Economia Criativa, Tecnologias Educacionais

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MEC, 2011.

O Programa Mais Educação apresenta como estratégia pedagógica o diálogo entre os saberes para o desenvolvimento intercultural, portanto, “[...] a educação pode ser vista como um laboratório de experiências culturais, sociais e históricas em que a realidade e o conhecimento adquirem sucessivamente novas formas” (BRASIL, 2009, p. 25). Os atores implicados no planejamento, no processo de implantação, no acompanhamento e na avaliação são mutuamente responsabilizados: há uma “construção de consensos” (BRASIL, 2009) em volta do Programa, traçando metas e dando diretrizes para orientação das ações de todos os envolvidos.

A partir daí, a implementação do PME deve assumir um caráter progressivo e lento. Assim, há uma atuação gradual por meio de etapas e resultados obtidos que vão modificando e reconfigurando cada situação vivenciada nesse processo de implantação do Programa (BRASIL, 2009). A proposta do PME é articulada a partir do Plano de Atendimento da Escola (PDE). De acordo com as bases do Programa:

A implementação do Programa MAIS EDUCAÇÃO inicia-se pela apresentação da proposta, articulação e coordenação de Programas setoriais. Gradualmente vai organizando, a partir de monitoramento e avaliação, uma gestão transversal, na qual novas estratégias vão sendo concebidas coletivamente, considerando a articulação em torno do Plano de Atendimento da Escola. (BRASIL, 2009, p. 26)

Esses programas setoriais agregam as parcerias intersetoriais (Governo federal e os Ministérios da Cultura, do Esporte, do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) com programas e ações voltados para o público infanto-juvenil, prevendo diálogos com as redes de educação e redes intergovernamentais (Governo federal, Estados e Municípios), com o compromisso de aprimorar a qualidade da educação pública. Esse fato culminou na grande adesão por parte dessas redes. Trata-se, portanto, de uma articulação de 25 programas federais³ pensados por esses seis ministérios que aderiram ao PME, o

³ Ministérios e respectivos programas: (1) Cultura – Casas do Patrimônio, Cineclube na Escola, Escola Viva; (2) Esporte – Esporte e Lazer na Cidade, Segundo Tempo; (3) Meio Ambiente – Municípios Educadores Sustentáveis, Sala Verde, Viveiros Educadores; (4) Ciência e Tecnologia – Casa Brasil Inclusão Digital, Centros Vocacionais Tecnológicos, Centros e Museus da Ciência; (5) Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Programa Atenção Integral à

que representa uma vasta amplitude de ações. Nestas, o nível municipal representa grande relevância (BRASIL, 2009).

Essa descentralização, característica fundamental das políticas públicas pós Constituição Federal de 1988, otimiza a gestão da política, implicando mais autonomia aos estados e municípios para inovar e experimentar iniciativas próximas das demandas locais. Sobre isso, argumenta-se:

A intersetorialidade, como meio de gestão do Programa MAIS EDUCAÇÃO, implica que cada município poderá participar da definição de seus critérios de implementação, de acordo com a relevância que eles têm em cada realidade municipal, isto é, quais as articulações setoriais mais relevantes e adequadas a cada contexto local. E, sobretudo, respeitando as conquistas sociais em instâncias de participação e deliberação, como os conselhos de políticas públicas e as respectivas conferências. Portanto, em nível municipal é fundamental que sejam consideradas as deliberações de conferências municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Educação e da Assistência Social. (BRASIL, 2009, p. 32)

A realização do PME pressupõe um movimento contínuo entre escolas, associações/organizações sociais, famílias e autoridades públicas numa “[...] ação comunitária e escolar comum” (BRASIL, 2009, p. 33). Esse esforço comum entre os setores implica uma “[...] ampliação de tempos e espaços, repensar os processos de aprendizagem, seus nexos e possibilidades de forma a ampliar também os conteúdos e metodologias na relação ensino–aprendizagem” (BRASIL, 2009, p. 33). Ainda nesse sentido, deve haver uma abertura para as experiências diferentes, valorizando as culturas e o conhecimento locais, a fim de realizar uma educação integral intercultural, afinal, a escola não é única agência de realização da educação e deve abranger os seus arredores, construindo um projeto comunitário.

Nessa perspectiva, o educador abre todos os seus poros, trabalha *junto com*, e não mais sozinho. O seu lugar não é mais somente dentro da escola, mas dentro do grupo em que a escola atua. A educação não se realiza somente na escola, mas em todo um território e deve expressar um projeto comunitário. A cidade é

Família (PAIF), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Pró-Jovem Adolescente; (6) Educação – Com-Vidas: Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, Educação em Direitos Humanos, Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, Educar na Diversidade, Escola Aberta, Escola que Protege, Juventude e Meio Ambiente, Salas de Recursos Multifuncionais e ProInfo.

compreendida como educadora, como um território pleno de experiências de vida e instigador de interpretação e transformação (BRASIL, 2009).

Os discursos de referência para o debate nacional sobre educação integral também direciona para o desenvolvimento de projetos das escolas que são comuns aos das demais instituições sociais, estabelecendo um trabalho em parceria, objetivando a construção de uma “comunidade de aprendizagem” (BRASIL, 2009). E, mesmo reconhecendo as diferenças, é necessário dialogar, respeitar os valores e saberes locais, estimular trocas de experiências, buscando promover a igualdade.

Existem critérios para selecionar os alunos que devem participar do Programa Mais Educação. Há a obrigatoriedade de a família receber recursos do Programa Bolsa Família (PBF) – o que denota uma seleção externa à escola, envolvendo políticas de Assistência Social, sendo que, em cada escola, pode haver acordos de conhecimento coletivo, como problemas na frequência ou evasão, dificuldades de aprendizagem e ausência dos pais nas atividades escolares. O MEC elaborou uma série de critérios para auxílio das escolas que não optam por atender a todos os alunos. Assim, incluem-se:

(1) estudantes que estão em situação de risco e vulnerabilidade social; (2) estudantes que congregam, lideram, incentivam e influenciam positivamente seus colegas; (3) estudantes em defasagem ano escolar/idade; (4) estudantes dos anos finais da 1ª fase do ensino fundamental (4ª série / 5º ano) e da 2ª fase do ensino fundamental (8ª série/ 9º ano), entre os quais há maior saída extemporânea⁴; (5) estudantes de séries/anos nos quais são detectados índices de saída extemporânea e/ou repetência; (6) estudantes que demonstram interesse em estar na escola por mais tempo; (7) estudantes cujas famílias demonstram interesse na ampliação de sua permanência na escola. (BRASIL, 2011, pp. 14-15)

Esses alunos selecionados, pertencentes à faixa do 3º ao 9º ano, seguindo orientações do PME, são registrados pela escola junto ao Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC). A partir daí, o Programa Mais Educação propõe o mínimo de sete horas por dia e estabelece o atendimento de ao menos cem alunos por escola, podendo ser ampliado até a totalidade, atentando para os interesses e necessidades contextuais. Tentando

⁴ Saída extemporânea trata-se de evasão escolar dos alunos dos anos finais.

diminuir o tempo ocioso dos alunos, aumenta-se sua permanência na escola, que, por sua vez, passa a lhes oferecer uma maior diversidade intercultural.

Todas as escolas que preencham os critérios previamente estipulados podem inscrever projetos para sua organização curricular de acordo com os macrocampos definidos pelo Programa (BRASIL, 2009). As orientações para seleção das escolas (urbanas e rurais) são: (1) as escolas públicas contempladas com o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) entre 2008 e 2011; (2) as escolas públicas contempladas com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e com IDEB menor ou igual à nota 4,2 nos anos iniciais e/ou 3,8 nos anos finais, respectivamente; (3) as escolas situadas em territórios do Plano Brasil Sem Miséria; (4) as escolas com pelo menos 50% de alunos cujas famílias estão incluídas no Programa Bolsa Família; (5) as escolas contempladas com o Programa Escola Aberta e (6) as escolas do campo.

Para que as escolas recebam os recursos financeiros para implementação do Programa, é preciso o cumprimento das etapas e dos prazos estipulados pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC), juntamente com as Entidades Executoras (EEX), para prosseguir nas etapas seguintes. Tais etapas são: (1) formação de comissões de técnicos pelas secretarias municipais para coordenar e acompanhar o Programa; (2) o Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC) libera as senhas para os técnicos das secretarias de educação e também para os gestores das escolas pré-selecionadas, responsáveis pelo cadastro e que preenchem o Plano de Atendimento pelo mesmo portal e depois enviam para suas respectivas secretarias; (3) a validação dos planos das escolas é feita pelos técnicos que os enviam através do SIMEC para avaliação do MEC; (4) após a aprovação e finalização pelo MEC dos planos, há confirmação do Plano Geral Consolidado pelas secretarias de educação dos estados, Distrito Federal e municípios; (5) estes entes federados devem confirmar, via ofício, a adesão e nomear um ou dois técnicos para serem responsáveis por coordenar as atividades das escolas.

Os recursos financeiros que são transferidos para implementação do programa destinam-se ao ressarcimento de monitores, à contratação de pequenos serviços de material de consumo e à aquisição de kits de materiais sugeridos pelo MEC. Os profissionais e agentes responsáveis pelas atividades do Programa Mais Educação compõem “uma rede de aprendizagem”, construindo uma dinâmica

baseada na solidariedade e também na confiança, favorecendo positivamente o desenvolvimento dos alunos em atividades que deverão ser executadas no período de dez meses (agosto a junho, de um ano para outro) (BRASIL, 2011). Nesse sentido:

A Educação Integral abre espaço para o trabalho dos profissionais da educação, dos educadores populares, dos estudantes em processo de formação docente e dos agentes culturais, que se constituem como referências em suas comunidades por suas práticas em diferentes campos (observando-se a Lei nº 9.608/1998, que dispõe sobre voluntariado). (BRASIL, 2011, p. 15)

Os recursos são destinados ao pagamento de monitores – que não têm uma formação específica para atuação (agentes culturais) e que são considerados “professores voluntários” já que o pagamento significa ressarcimento de despesas com transporte e alimentação;

O trabalho de monitoria deverá ser desempenhado, preferencialmente, por estudantes universitários de formação específica nas áreas de desenvolvimento das atividades ou pessoas da comunidade com habilidades apropriadas, como, por exemplo, instrutor de judô, mestre de capoeira, contador de histórias, agricultor para horta escolar, etc. Além disso, poderão desempenhar a função de monitoria, de acordo com suas competências, saberes e habilidades, estudantes da EJA e estudantes do ensino médio. (BRASIL, 2012, p. 10)

Os valores⁵ destinados a esse ressarcimento são os mesmos desde o início do Programa, e os recursos recebidos pelas escolas, que devem ser utilizados respeitando os limites de custeio e capital⁶, são de acordo com o número de

⁵ Para as escolas públicas urbanas, o valor do ressarcimento destinado ao monitor, por turma: 1 (R\$60,00) a 5 (R\$300,00) – com aumento subsequente de R\$60,00 a cada nova turma. Para as escolas públicas do campo, o valor do ressarcimento destinado ao monitor, por turma, é o dobro do valor das escolas urbanas – 1 (R\$120,00) a 5 (R\$600,00).

⁶ Quanto aos valores de Custeio e Capital, para aquisição de materiais permanentes e contratação de serviços e aquisição de materiais de consumo, variam de acordo com a quantidade de estudantes inscritos no Programa Mais Educação: até 500, de 501 a 1.000 e acima de 1.000 alunos, respectivamente, R\$5.000,00, R\$10.000,00 e R\$15.000,00, distribuídos em valores iguais em dez meses letivos.

estudantes (MEC, 2012, p. 12) – o que não contempla as necessidades reais e, em consequência, desestimula a participação de moradores das comunidades como monitores do PME.

Há também uma orientação para a formação de turmas de alunos: máximo de cinco turmas com trinta estudantes para cada turma, com idades e séries variadas dependendo das atividades, lembrando a observação de que todos os estudantes participantes do PBF devem estar incluídos nessas formas por ser um critério obrigatório dentro do Programa Mais Educação, conforme já descrito em seção anterior.

De acordo com os dez macrocampos e as atividades inscritas, há uma distribuição de recursos para custeio e capital. Normalmente, 80% e 20% dos recursos, respectivamente, são gastos com materiais de expediente e permanente, considerando os kits de itens para aquisição sugeridos para cada atividade de acordo com o manual de operacionalização do Programa Mais Educação (BRASIL, 2012)⁷.

De acordo com o Plano de Atendimento Geral Consolidado emitido pelo portal do SIMEC (2013), a inscrição de atividades do Macrocampo Acompanhamento Pedagógico tem caráter obrigatório em 2011 (pelo menos uma atividade inscrita). Essa atividade também sofreu alteração, passando a se chamar “Orientações de Estudo Leitura” em 2013. Isso se deu porque se constatou que a demanda maior é a alfabetização, carecendo de trabalhos em várias áreas do conhecimento. As atividades dos demais macrocampos são também inscritas por opção das equipes diretivas das escolas e/ou do responsável pela unidade escolar.

No ano de 2011, 15.018 escolas fizeram adesão ao Programa, com 3.067.644 alunos. Essas adesões se deram com base nos seguintes critérios: tratava-se de escolas públicas (estaduais ou municipais), com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que foram contempladas com o Programa de Desenvolvimento da Educação/Escola (PDE/Escola) em 2009; localizadas em regiões de grande vulnerabilidade social e situadas em cidades cuja população seja igual ou superior a 18.844 habitantes.

⁷ MEC/PME: Manual Operacional (2012).

1.1 Educação em tempo integral

Quando tratamos do contexto da educação em tempo integral, várias questões se colocam. Dentre elas, podemos destacar o intenso embate que constantemente se dá entre conceitos como educação integral e educação integrada. A perspectiva de educação integral envolve a permanência do aluno durante todo o dia na escola. Já na educação integrada, acompanhamento pedagógico, atividades, projetos culturais e esportivos são planejados para enriquecer o conhecimento do alunado, o que acaba também por ampliar o tempo de permanência na escola. Assim, nos projetos de educação integral, o aumento da permanência é tomado como fim último, enquanto que, na educação integrada, esse aumento é uma consequência dos processos.

Cavaliere (2009) também estabelece uma diferença esclarecedora entre escola de tempo integral e aluno em tempo integral. Nesse sentido, a pesquisadora assinala:

No primeiro, a ênfase estaria no fortalecimento da unidade escolar, com mudanças em seu interior pela atribuição de novas tarefas, mais equipamentos e profissionais com formação diversificada, pretendendo propiciar a alunos e professores uma vivência institucional de outra ordem. No segundo, a ênfase estaria na oferta de atividades diversificadas aos alunos no turno alternativo ao da escola, fruto da articulação com instituições multissetoriais, utilizando espaços e agentes que não os da própria escola, pretendendo propiciar experiências múltiplas e não padronizadas. (CAVALIERE, 2009, p. 53)

Essa diferenciação é importante para compreendermos as políticas de educação integral e os modelos de tempo integral e de tempo ampliado, que visam à melhoria da qualidade do ensino e a “integralidade” de conhecimentos oferecidos aos alunos das escolas públicas nos últimos anos.

A questão da escola de tempo integral e da educação integral, implica em considerar o aspecto tempo (a ampliação da jornada escolar) e espaço, sendo o próprio espaço da escola o continente dessa extensão de tempo. Implica também considerarmos o direito à aprendizagem, na perspectiva de que o horário expandido represente novas oportunidades de aprendizagens significativas, ou seja, uma educação numa perspectiva ampliada. E essas são questões que

permanecem atuais para qualquer experiência que enverede nessa direção. (SILVA, K; SILVA, J., 2012, p. 6)

A metodologia proposta para o PME não apresenta um modelo único, pois se acredita que a diversidade cultural induz a composição de vários modelos, ou seja, não é enfatizada nenhuma das duas propostas – educação integral ou integrada –, adotando-se apenas a nomenclatura de educação de tempo integral ou educação em tempo integral. Argumenta-se ainda que “[...] tal intenção desafia a todos os envolvidos porque exige profissionais atentos para a necessidade de constantemente redesenhá-la” (BRASIL, 2009, p. 15).

De acordo com um estudo realizado pelo MEC sobre as concepções e práticas na educação brasileira, foi a partir de um encontro nacional realizado em Brasília, em dezembro de 2007, intitulado “Educação integral e integrada: reflexões e apontamentos”, visando a envolver vários atores sociais e institucionais na construção de uma política de educação integral no Brasil, que se iniciou uma revolução na acepção de educação integral/integrada. Nesse mapeamento proposto pela “Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação - SECAD/MEC, por meio de sua Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania – DEIDHUC⁸,” há uma descrição de várias experiências através de ampliação de tempos e espaços educativos nas redes de escolas em todas as regiões do país e para conhecimento de todos.

O estudo foi elaborado tendo como objetivos, (i) mapear experiências de ampliação de jornada no ensino fundamental, em curso no Brasil; (ii) analisar as experiências mapeadas, a partir da construção de critérios que evidenciassem suas concepções e práticas e, (iii) subsidiar a proposição de políticas públicas voltadas para a implementação de educação integral, em nível nacional. (BRASIL, 2010, pp. 8-9)

O delineamento da amostra revela que 2.112 municípios brasileiros responderam à pesquisa, sendo 58% pertencentes à região Centro-oeste, 37% da região Sudeste, 30% da região Nordeste e 25% da região Sul. E o equivalente a 500 desse total de municípios respondentes, correspondendo a 23,7%, está

⁸ Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania – DEIDHUC.

desenvolvendo a experiência de ampliação na jornada escolar no ensino fundamental. O levantamento feito no país contabiliza oitocentas experiências de ampliação do tempo escolar e, deste total, 46,1% (que totalizam 369) encontra-se na região Sudeste – podendo os indicadores desta região significar influência nos resultados nacionais –, e apenas 16 das oitocentas (o que representa 2%) estão localizadas na região Norte. Na região Sudeste, os dados “[...] permitem constatar ainda que os estados de Minas Gerais (29,7%), São Paulo (12,1%) e Rio Grande do Sul (10,5%) agregam 52,3% do total de experiências de jornada ampliada detectadas pela pesquisa” (BRASIL, 2010, p. 19).

Os dados desse mapeamento das experiências da jornada ampliada no Brasil, de 2008, revelam, ainda, em relação ao número de alunos no ensino fundamental atendidos pela ampliação da jornada e por ano de escolaridade, conforme a região, que há um decréscimo nas matrículas ofertadas para os anos finais nessa modalidade de ensino nas regiões Nordeste e Sudeste. Nessas regiões, a maioria das experiências foi implantada recentemente, envolvendo em média seis atividades em cada experiência das oitocentas levantadas. Do total de 2.236 atividades na região Sudeste, verificou-se que o esporte, com 241; aula de reforço, com 231; a música, com 222; a dança (200), o teatro (183) e a informática (185) são as atividades mais vivenciadas pelos estudantes nos espaços das escolas, sendo o mesmo constatado em âmbito nacional:

Em nível nacional, observamos, ainda, que 65% das experiências identificadas pela pesquisa apresentam o esporte como uma atividade privilegiada na jornada ampliada. Na sequência, constatamos o desenvolvimento de aulas de reforço – implementadas por 61,7% das experiências; a música (57,1%) e a dança (54%), seguidas pelo teatro (46,4%), pela informática (45,6%) e pelas oficinas temáticas (44,9%), afora o artesanato (40,5%) e as tarefas de casa (40,2%), entre outras. (BRASIL, 2010, pp. 26-27).

Revelam também que 45,5% apresentam oito horas/dia de atividades e “[...] aproximadamente 55,5% das experiências se fazem associar a uma carga horária maior ou igual a sete horas diárias, a qual, de acordo com a legislação vigente, associada a outras determinações, é caracterizada como ‘tempo integral’” (BRASIL, 2010, p. 24).

Portanto, muitas possibilidades são abertas, inclusive sua implementação em contextos com educação integral já instituída. Há escolas por todo o território nacional em que muitas atividades são desenvolvidas no cotidiano, ampliando a jornada escolar dos alunos, e também “escolas de tempo integral” que, com o surgimento dessa nova política, vislumbraram novas alternativas para ampliação do tempo de estudo e aproveitamento dos novos recursos para melhoria da estrutura física e aquisição de material (de expediente e permanente) para auxiliar no trabalho pedagógico.

1.2 O Macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial

Compreender o que é cultura, o que é arte e o que constitui o patrimônio cultural de uma comunidade escolar torna-se imprescindível e inevitável para que haja apropriação e identificação com as diversas linguagens e os bens culturais inventariados, como as celebrações, os conhecimentos e as maneiras de se expressar de cada comunidade. É a partir dessa compreensão que as atividades que compõem o macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial passam a ter sentido no contexto escolar.

Devido às várias acepções em que o termo cultura é utilizado e à complexidade que o envolve, não é uma tarefa fácil conceituá-lo. Desse modo, é importante que se compreenda o contexto em que a cultura é tomada como eixo planejador das atividades do macrocampo. Nesse âmbito, ela traduz um conjunto de valores e comportamentos de uma sociedade, de um grupo de indivíduos, e tem raízes nas tradições familiares e sociais. Essas tradições, em uma abordagem mais simplista, como a música, literatura, pintura, artesanato, causos e contos populares, a língua e os costumes de alimentação compõem as chamadas artes, instrumentos de manifestação cultural das comunidades (BRASIL, 2009). A cultura transita na vida de todos, pois diz respeito à expressão do cotidiano e do pensamento de um povo.

Os habitantes de um lugar estão, normalmente, juntos em ruas, bairros, territórios e lugares onde todos têm certa familiaridade social, geográfica e histórica, vivendo e interferindo em processos sociais, econômicos e políticos comuns. Esses espaços de comunicação produzem uma rede de conhecimentos próprios e

característicos daquela comunidade, sendo de substancial importância como base para as ações do PME no macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial:

Os saberes comunitários representam o universo cultural local, isto é, tudo aquilo que nossos alunos trazem para a escola, independentemente de suas condições sociais. Esses saberes são os veículos para a aprendizagem conceitual: queremos é que os alunos aprendam através das relações que possam ser construídas entre os saberes. Os alunos devem, portanto, ser estimulados a usar seus saberes e idéias a fim de formularem o saber escolar. (MEC, 2009, p. 39)

Sugere-se que o patrimônio cultural seja identificado nas atividades propostas para que possa efetivar e consolidar o desenvolvimento dessa perspectiva na escola. Isso deve se dar através de pesquisas, coletando-se e organizando-se informações das referências culturais que se encontram ao redor dos contextos escolares. Para reconhecer esse patrimônio cultural, é necessário compreender que este trata de um conjunto de bens culturais transmitidos de geração a geração e que tem importância para a coletividade, pois, compartilhando a história das pessoas (como se prepara uma comida, como elas se identificam com um arbusto ou um jardim do lugar onde moram, uma dança ou uma música e brincadeiras típicas da região), compreendem-se melhor os comportamentos, a linguagem, suas expressões e formas de se comunicar, enfim, os saberes locais. Assim, “[...] Fazendo o inventário, é possível descobrir e registrar os bens culturais que constituem o patrimônio da comunidade, do território em que ela está e dos grupos que fazem parte dela” (BRASIL, 2012, p. 6).

É importante que todos os atores (dentro e fora das escolas) busquem alternativas viáveis para ampliação da jornada escolar para propiciar uma educação integral de qualidade. Trata-se de uma transformação político-pedagógica com capacidade de agregar as comunidades escolares. A compreensão da proposta educacional do PME, a adesão a ele e a disposição em buscar estratégias junto ao coletivo e inscrever atividades do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial reafirmam esse compromisso em acelerar um processo de mudanças e a busca incessante por uma educação integral e de qualidade. O PME faz o compromisso de indução de uma agenda escolar ampliada, propondo a Educação Integral e reafirmando “[...] a importância que assumem a família e a sociedade no

dever de também garantir o direito à educação, conforme determina a Constituição Federal de 1988” (BRASIL, 2009, p. 7).

Buscando transformar realidades, melhorar a autoestima dos estudantes inscritos no Programa e, conseqüentemente, ampliar seus conhecimentos e a sua escolarização, muitas instituições de ensino contempladas pelo PME inscrevem atividades do supracitado macrocampo:

Como a arte é uma das expressões da cultura de um povo e fonte inesgotável de leitura metafórica e poética do mundo, ela poderá traduzir o pensamento sensível sobre o “objeto” representado, congregando signos diversos. São estes signos que, ao se agruparem e se inter-relacionarem, vão criar as linguagens artísticas. (MEC, 2009, p. 20)

É necessário observar que, até 2012, o macrocampo referente às manifestações artísticas era chamado Cultura e Artes. A partir desse período, houve alteração na nomenclatura, e esse macrocampo passou a ser denominado de Cultura, Artes e Educação Patrimonial, em função de uma sugestão do Ministério da Cultura para “[...] identificação de referências culturais e o fortalecimento dos vínculos das comunidades com seu patrimônio cultural e natural, com a perspectiva de ampliar o conhecimento sobre a diversidade cultural” (BRASIL, 2012, p. 18).

As linguagens artísticas (expressão individual ou coletiva) são: Visual (pintura, escultura, grafite, desenho, cineclube e mosaico, com atividades como desenho, pintura, escultura, cineclube, grafite, mosaico, colagem, relevo, arte instalação (manifestação artística na qual a obra é composta de elementos organizados em um ambiente), cenário, figurino, fotografia, audiovisual, videografismo, etc.); Corporal (danças clássicas, contemporâneas, folclóricas, capoeira, danças africanas, intervenções artísticas, prática circense e tantas outras possibilidades de se comunicar utilizando o corpo, o movimento); Dramática (teatro, teatro do oprimido, teatro de fantoches, teatro de sombras, teatro mudo, teatro do invisível, teatro imagem, teatro de bonecos, leituras dramáticas, análise de peças, filmes e programas de TV, intervenção, teatro de máscaras, teatro clássico, teatro do absurdo, teatro épico, teatro fórum, teatro legislativo, leituras dramáticas, etc.) e Musical (canto coral, percussão, flauta doce, banda fanfarra, hip-hop – que podem ser trabalhadas isoladas ou em conjunto com outras linguagens visual, corporal e dramática) compõem o macrocampo Cultura e Artes e Educação Patrimonial.

Referem-se a formas de expressão individual ou coletiva, “[...] um universo comunicacional composto por signos que podem ser visuais, auditivos, gestuais, entre outros” (JUIZ DE FORA, 2012, s/p).

A educação patrimonial constitui atividades no campo da cultura patrimonial, que passaram a fazer parte do macrocampo em 2012. Encontramos no manual de aplicação, na versão preliminar do PME para a Educação Patrimonial (2013), informações quanto à importância do tema para a escolarização dos alunos. Um inventário das culturas locais é uma atividade da educação patrimonial que objetiva conhecer melhor as comunidades onde as escolas estão inseridas e estabelecer um vínculo mais afetivo e efetivo com os moradores e, em consequência, com as famílias e responsáveis pelos discentes. Outro objetivo do inventário é “[...] fazer com que diferentes grupos e gerações se conheçam e compreendam melhor uns aos outros, promovendo o respeito pela diferença e a importância da pluralidade” (BRASIL, 2013, p. 6). Deve haver uma integração de todos os envolvidos – professores, monitores, alunos e comunidade:

É fundamental que os professores, monitores e estudantes envolvidos no projeto, antes de iniciar a atividade, compartilhem os entendimentos do grupo sobre ideias ou conceitos chave como **patrimônio, memória, identidade, cultura**. Também é importante conhecer o material do *kit* e explorar os equipamentos que ele oferece. (MEC, 2013. p. 6, grifos no original)

Nessa perspectiva, a educação patrimonial é um caminho para estreitar relações entre as escolas e suas comunidades, colaborando com a proposta de ampliação do conhecimento através da cultura e da arte, justificando sua inclusão no referido macrocampo.

Através da proposta pedagógica que é a base estrutural do Programa, as escolas são pensadas como espaços de conhecimento e de cultura, e os profissionais que nela atuam são concebidos como agentes culturais, estabelecendo intercâmbio entre escola e comunidade, inserindo-as na lógica da inclusão. O professor atua, assim, como pesquisador da cultura local:

Propomos uma didática intercultural, na qual tentamos entender o educando, a partir da sua história, compreendendo o indivíduo como um sujeito que interpreta, interfere e questiona o mundo, “inaugurando” outros mundos, isto é, como sujeito que produz cultura, enquanto curte cultura. O sujeito do saber não pode ser

compreendido sem que se pense em sua relação com o mundo. Os sujeitos estruturam-se através desta relação. (MEC, 2009, p. 13)

O professor e o monitor são apresentados como pesquisadores da cultura local, o que recupera a “dimensão investigatória no exercício da docência”, pois a escola é o lugar do encontro de culturas. Esse professor pode descobrir iniciativas e espaços educativos novos na cidade. Além disso, cada escola que fez adesão ao PME pode, através de uma senha junto ao SIMEC⁹, visualizar um mapa onde se pode localizar a escola, os pontos de cultura e as bibliotecas que se encontram na região. Os idealizadores do Programa expressam a seguinte visão:

Essas pesquisas podem valorizar a relação entre conceitos/reflexões x práticas/ações, garantindo, assim, a via de mão dupla essencial para o melhor processo educativo. A aprendizagem não deve ser somente conquistada a partir de livros e teorias, mas também, por meio dos fazeres e práticas realizadas dentro e fora das escolas (BRASIL, 2009, p. 17).

Assim, o processo educativo é dinamizado na vivência social contemporânea e não pode se restringir aos espaços, aos tempos e aos conhecimentos/saberes institucionalizados pelas escolas. É importante acreditar no sucesso da educação numa proposta pedagógica curricular que abarque o contexto da vida dos estudantes, requalificando as práticas, os tempos e os espaços educativos e essa tarefa exige um olhar atento. Torna-se primordial, portanto, empreender uma análise pragmática e provocadora de debates em torno da eficiência de um programa educativo-social como o PME.

No contexto da pesquisa aqui apresentada, foram disponibilizadas para inscrição/escolha todas as atividades do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial. Entretanto é preciso compreender que os estudantes geralmente não possuem disponibilidade para o desempenho de todas essas atividades em um só tempo, tampouco a escola dispõe de infraestrutura para oferecê-las. Assim, nosso universo de pesquisa representa as oito oficinas do macrocampo oferecidas na escola que constitui o caso: danças, pintura, teatro, ensino coletivo de cordas (violão), leitura, leitura e produção textual, grafite e percussão.

⁹ Endereço eletrônico: <http://simec.mec.gov.br>.

Torna-se importante salientar que não foi realizada uma consulta prévia aos alunos sobre o interesse nas diferentes oficinas oferecidas, sendo que, normalmente, todos os alunos da escola que estão inscritos no PME (atualmente cem alunos) são matriculados. Esse fato constitui um entrave ao andamento do Programa e uma possível justificativa para a infrequência.

1.3 Educação em tempo integral em Juiz de Fora

Para buscarmos os motivos que levam à infrequência dos alunos nas atividades do Macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial, torna-se necessário compreender o contexto em que se insere o PME e a escola que significou o cenário para o caso de pesquisa. Assim, apresentamos a seguir uma breve descrição da rede municipal de ensino de Juiz de Fora, caracterizando a escola que serviu de palco para a pesquisa.

Trazemos também algumas discussões sobre a implantação da política de tempo integral no município e a adesão da secretaria de educação ao Programa Mais Educação. A partir daí, buscamos discutir a implementação do Macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial. Enfim, dedicamo-nos a descrever de forma analítica a percepção dos alunos da escola pesquisada sobre o universo investigado e sobre a infrequência nas atividades oferecidas.

A rede municipal de educação de Juiz de Fora é constituída por 101 escolas. Dessas, a grande maioria situa-se na área urbana, e há onze escolas que estão localizadas na zona rural. Desse quadro, cinco escolas trabalham em regime de tempo integral (uma delas se encontra na zona rural). A rede atendia, no final de 2013, a um total de 44.878 alunos nas escolas urbanas, sendo que 2.201 alunos estão matriculados nas escolas rurais.

A carga horária total dos professores é de 20 horas, mas apenas 15 horas são para aulas, observando as orientações do Estatuto dos Servidores¹⁰ (Lei 08710/1995). A carga horária que resta é dedicada aos estudos e planejamentos, que podem ser feitos fora das escolas. Existe uma formação continuada cuja coordenação é da Secretaria Municipal de Educação e realizada normalmente no

¹⁰ http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000022527.

Centro de Formação do Professor e pelo Departamento de Políticas de Formação (DPF/SE).

No segundo semestre de 2013, em função da Lei do Piso Salarial (Lei nº 11.738, de 16/7/2008), uma nova organização de tempos dos profissionais da educação (professores, coordenadores e direção escolares) foi discutida e elaborada para que o ano letivo, iniciado em fevereiro de 2014, fosse organizado em conformidade com o referido documento. Cada escola da rede municipal, junto às suas equipes e de acordo com as orientações do novo documento oficial, reorganiza seus horários de funcionamento atendendo à comunidade da forma que julgar conveniente (JUIZ DE FORA, 2013).

Antes da implementação do PME, já havia, nas escolas municipais de Juiz de Fora, trabalhos com projetos de extensão de carga horária dos alunos, através de três modalidades de ampliação: os Centros de Atenção Integral à Criança (CAIC's), as Atividades Extracurriculares (AEC) e as Escolas de Educação de Tempo Integral. Desse modo, três Centros de Atenção Integral à Criança ofereciam aos alunos e à comunidade atividades diversificadas no formato de oficinas fora do horário das aulas regulares.

Através das AEC, 76 escolas da rede municipal ampliaram o tempo de permanência, abarcando atividades científico-tecnológicas, lúdicas, formativas, apoio educativo para alunos com defasagem na aprendizagem e/ou com necessidades educativas especiais. Também foram oferecidas atividades ligadas às várias linguagens da arte, como teatro, contação de histórias, artes visuais, artesanato e música. Além dessas, cinco escolas da rede municipal configuram-se como Escolas de Educação de Tempo Integral, com atendimento a todos os alunos através dessa perspectiva (JUIZ DE FORA, 2010).

Assim, 69% das escolas de ensino fundamental do município aumentaram o tempo de permanência dos alunos, através dos CAIC's, das Atividades Extracurriculares e da Escola de Educação de Tempo Integral. Nesse contexto:

Cada uma dessas experiências tem pontos em comuns e suas especificidades, tendo surgido de formas e em períodos distintos. Os três CAIC's possuem um tempo maior de existência, 16 anos. Não houve investimento na ampliação desse tipo de experiência. A segunda experiência implantada em Juiz de Fora, há nove anos, foram as Atividades Extracurriculares. Sua ampliação em termos do número de escolas foi gradativa durante esse período, contando, em

2009, com 56 escolas. A Escola de Educação de Tempo Integral, experiência mais recente na rede, com quatro anos e cinco escolas, foi implantada pela gestão municipal anterior e não há previsão de ampliação na atual gestão municipal. (MEC/SECAD, 2010, p. 81)

Nos projetos desenvolvidos nos CAIC's e através das AEC, o atendimento é feito de acordo com as matrículas, que não são obrigatórias: são realizadas por opção dos alunos e das famílias. Nos CAIC's, existe atendimento prioritário também aos moradores do seu entorno, proporcionando uma interação maior com a comunidade em função de seus projetos.

Quanto ao atendimento e acesso dos alunos nas instituições no contraturno, verificavam-se as demandas de determinados grupos de estudantes ou os interesses das comunidades. Em 2009, período do levantamento, havia nas escolas da rede municipal de ensino 2.856 (dois mil oitocentos e cinquenta e seis) alunos, sendo atendidos em 37 (trinta e sete) oficinas dos CAICs, 13.032 (treze mil e trinta e dois) frequentando os projetos extracurriculares de 59 (cinquenta e nove) escolas e 948 (novecentos e quarenta e oito) regularmente matriculados nas escolas de tempo integral (JUIZ DE FORA, 2009).

Quanto aos recursos financeiros, as escolas são mantidas pelos Governos federal e municipal, recebendo recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que têm por finalidade a efetivação de despesas relacionadas com as atividades educacionais. Assim, as escolas recebem o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que é um recurso repassado pelo Governo federal e depositado direto na conta da Caixa Escolar, sendo calculado de acordo com a região brasileira e com o número de estudantes, e também o Programa Nossa Escola (PNE), recurso do tesouro municipal transferido para as escolas, dividido em quatro parcelas durante o ano e que é calculado de acordo com a arrecadação dos impostos e aumentado anualmente após verificação da receita (JUIZ DE FORA, 2008) – com o mesmo procedimento até a presente data.

Além dessas experiências de ampliação da jornada escolar, o Programa Mais Educação foi implementado no município de Juiz de Fora através da parceria entre a Secretaria de Educação e o MEC e se realiza nas escolas da rede municipal desde 2010. Em 2009, a Secretaria de Educação do município recebeu do Ministério da Educação (MEC) uma lista de escolas que poderiam fazer adesão ao PME. Essa

lista foi organizada com base no ranking do IDEB, oportunizando a adesão das escolas em piores condições físicas, com aprendizagem em defasagem e com vistas à melhoria desse cenário. Dessa lista, houve escolas que optaram por não se incorporar naquele momento. Entretanto, em 2011, passaram também a fazer parte do Programa essas instituições.

Para implantação do PME na rede municipal, houve uma adequação à proposta de projetos já existentes na área educacional e atentou-se para o monitoramento e avaliação contínuos, para a verificação da efetividade nos projetos, na melhoria das escolas em relação aos índices e metas do IDEB. Ao final de 2009, houve reuniões com os segmentos que já atuavam trabalhando a cultura local através de projetos comunitários nos bairros e em escolas municipais, a fim de que as novas propostas estivessem afinadas com as iniciativas já existentes.

Atualmente, há sessenta¹¹ instituições de ensino atendidas pelo Programa Mais Educação na rede municipal de Juiz de Fora. Informações do Departamento de Ações Pedagógicas (DAP) e do Departamento de Gestão da Informação (DGI) da Secretaria de Educação apontam que existem em torno de 500 profissionais disponíveis para atuar nestas oficinas, entre professores contratados e efetivos, atingindo um quantitativo de 7.805 (sete mil, oitocentos e cinco) alunos atendidos. Em 2010, foram inscritas 37 escolas para iniciar em agosto as atividades escolhidas dentro dos macrocampos. Em 2011, outras seis escolas foram incluídas, e, em 2012, mais 13 escolas foram contempladas. Em 2013, somaram-se mais quatro escolas, totalizando sessenta escolas municipais participantes do Programa Mais Educação (JUIZ DE FORA, 2013).

A adesão das escolas municipais de Juiz de Fora ao Programa Mais Educação foi articulada, então, às demais formas de ampliação da jornada escolares já existentes no município. Dessas, destacam-se as atividades desenvolvidas nos CAIC's e as AEC, já citadas anteriormente, as propostas do projeto Gente em

¹¹ Informações publicadas em **23/6/2014, às 12h05**, no site da PJF revelam que mais 19 escolas farão parte do PME para início em fevereiro de 2015 e serão atendidas mais 1.182 crianças e adolescentes, totalizando 8.987 alunos que ficarão mais tempo na escola. Fonte: http://www.pjf.mg.gov.br/noticias/imprimir_noticia.php?idnoticia=45244.

Primeiro Lugar¹² da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA)¹³ e da Secretaria de Esporte e Lazer (SEL)¹⁴ (JUIZ DE FORA, 2010).

Em relação ao financiamento, muitas escolas receberam ou passaram a receber recursos, a partir de 2009, do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), que tem por finalidade melhorar a qualidade da educação através de melhorias na infraestrutura das escolas e na aquisição de recursos didático-pedagógicos. Todo o seu gasto é fiscalizado através de prestação de contas junto à Secretaria de Educação e pelo Ministério da Educação e Cultura. Seguindo orientações e acompanhados por técnicos da Secretaria de Educação, o plano de atendimento, com suas ações e desdobramentos, e seus projetos para aplicação dos recursos são definidos e desenvolvidos pelo coletivo da escola sob a supervisão, orientação e participação da Direção. Assim, o Programa Mais Educação trouxe ainda mais recursos para as escolas da rede municipal de Juiz de Fora a partir de agosto de 2010.

De maneira geral, os projetos do Programa Mais Educação são desenvolvidos por monitores que podem ser estudantes universitários, pessoas da comunidade com habilidades adequadas como um instrutor de judô, mestre de capoeira, artesão, estudantes da EJA ou do ensino médio. Entretanto, em função da adequação do Programa ao município, que já contava com projetos ampliando a carga horária dos alunos, e também pela dificuldade de se encontrar monitores (agentes culturais das comunidades) para exercer funções de cunho pedagógico exigidas em alguns macrocampos, alguns professores (contratados ou efetivos) assumiram essa responsabilidade. Eles são ressarcidos através de “extensão de carga horária” – uma forma de preencher vagas devido à falta de profissionais para aulas no ensino regular que se estendeu para atender essa demanda do Programa Mais Educação.

A adesão ao Programa foi encarada como uma oportunidade de ampliar os atendimentos já realizados nas escolas, bem como de implantar a ampliação da jornada escolar em outras escolas que ainda não desenvolviam nenhuma proposta

¹² Programa desenvolvido nos bairros de Juiz de Fora com crianças e adolescentes, em parceria ou não com escolas, por profissionais orientados pela FUNALFA.

¹³ A FUNALFA foi fundada em 14 de setembro de 1978 e é responsável pela maioria das políticas públicas de cultura promovidas pelo poder municipal.

¹⁴ A SEL é responsável por atividades de modalidade esportiva no município, atuando também com parceria nas escolas.

de ampliação de tempo. Contudo foram propostas algumas alterações para que o PME pudesse ser desenvolvido nos moldes do município de Juiz de Fora. Dentre essas, destacamos:

A política municipal de implementações de projetos que visam à ampliação da jornada escolar dos alunos é regida por legislações que preveem a contratação de professores com formação específica na área de atuação dos projetos, conforme o Quadro de Carreira do Magistério Municipal. ***Propomos a adesão ao Mais Educação dentro desse contexto, uma vez que temos profissionais envolvidos no desenvolvimentos de tais propostas;***

Ao fazermos adesão ao Mais Educação, ***propomos receber os kits e os recursos para ampliação e melhoria do que está sendo desenvolvido;***

Conforme já exposto anteriormente, os projetos de ampliação da jornada nas escolas municipais são coordenados pela sua equipe diretiva, através de centralidade nas diretrizes presentes no Projeto Político Pedagógico da unidade. ***Propomos uma adequação do Mais Educação à essa proposta, dispensando-nos da exigência de um professor articulador, uma vez que não teremos recursos para inserir novo modelo dentro do nosso contexto.*** A prefeitura dispense considerável montante de recursos para manter os projetos. (JUIZ DE FORA, 2009, Ofício 114, grifos nossos)

Nessa direção, percebemos que houve continuidade dos projetos já existentes e, principalmente, mantiveram-se as orientações dos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições de ensino, preservando a autonomia da gestão escolar.

O aumento do tempo de permanência diária na instituição de ensino incentiva a participação dos alunos em atividades que ajudam a melhorar o seu rendimento e também auxiliam na promoção da paz nos contextos escolares, uma vez que esses estudantes ficam menos tempo ociosos nas ruas e adjacências da escola. Com esse propósito, vários projetos que constituem os macrocampos do Programa Mais Educação são mantidos desde o início da implementação. Tratando especificamente da implementação do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial na rede municipal de Juiz de Fora, verificamos que as diretrizes para escolha de atividades convergem, como já anteriormente evidenciado, com as várias linguagens da arte: teatro, contação de histórias, artes visuais, artesanato e música.

De acordo com as orientações contidas no material disponível em arquivos na Secretaria de Educação, a organização dos tempos e espaços deve contemplar a

identificação, junto ao coletivo da escola, dos grupos de alunos com necessidade de ampliar a sua jornada escolar. Essa decisão precisa ter como objetivo a organização de critérios a partir de uma avaliação do grupo de profissionais envolvidos no trabalho com os alunos (alunos já inscritos nos projetos existentes). De início, é necessário fazer um mapeamento dos espaços da escola e da comunidade, bem como dos horários disponíveis para verificar quais atividades poderão ser desenvolvidas. E quanto ao planejamento das atividades, orienta-se uma discussão sobre a proposta de educação integral com o coletivo da escola (com o material de suporte encaminhado pelo MEC), organizar os horários evitando rupturas com o trabalho realizado nas aulas regulares e uma avaliação e planejamento contínuos (JUIZ DE FORA, 2013).

A partir do Plano de Atendimento Geral Consolidado de cada ano (2010, 2011, 2012 e 2013), que são relatórios disponíveis no portal do MEC¹⁵, observamos que praticamente todas as 37 escolas municipais contempladas com o Programa Mais Educação desde o início, em 2010, dentre os dez macrocampos existentes, optaram por inscrever atividades do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial para ampliar o tempo e os espaços educativos (JUIZ DE FORA, 2013).

Mapeando essas escolas, no período de 2010 a 2013, verificamos que algumas já apresentavam as modalidades de ampliação de tempos para aprendizagens na rede municipal antes da implementação do PME, de modo que as atividades realizadas no contraturno já se encontravam em nível de organização mais avançado. A Escola A é uma delas. Nela, desde sua adesão ao PME em 2010, são oferecidas, dentro do macrocampo, as seguintes oficinas: danças, pintura, teatro, ensino coletivo de cordas (violão), leitura, leitura e produção textual, grafite, percussão. Além disso, a pesquisa que ora apresento é fruto da observação do contexto escolar e das relações nele estabelecidas, já que atuo na equipe gestora da escola (como diretora escolar no primeiro mandato e, atualmente, como vice-diretora até dezembro de 2014), além de ser docente na mesma instituição desde janeiro de 2000, o que facilitou o acesso a dados e atores envolvidos no processo investigado.

¹⁵ www.inep.mec.gov.br

1.4 A Escola A

A Escola A foi fundada em 18 de Dezembro de 1994. A instituição está localizada em um bairro periférico da zona norte de Juiz de Fora, com elevado índice de vulnerabilidade social. Em seu entorno, vários bairros/comunidades surgiram devido a uma transição demográfica e a um crescimento desordenado da população, o que constitui uma grave questão estrutural para a região. O acesso ao transporte urbano e aos espaços para promoção da saúde ainda é precário. A escola atende a alunos das regiões circunvizinhas, de modo que sua comunidade enfrenta dificuldades sociais consideráveis.

Para compor seus espaços educativos e recursos pedagógicos, a Escola A possui 23 salas de aula, sala multifuncional, biblioteca, laboratório de ciências (desativado e onde acontecem as oficinas de Espanhol e Artesanato), salas de laboratório de aprendizagem, sala de dança com espelho, sala de música (onde acontece a atividade Violão do PME), anfiteatro com três camarins, três quadras esportivas (sendo duas descobertas), parquinho, horta, jardim, pátios e laboratório de informática com equipamentos com acesso à internet. A escola apresenta condições de acessibilidade para todos os ambientes. Há na escola um bom e atualizado acervo de livros, DVDs, televisões, equipamentos de som, câmeras fotográficas, filmadora, jogos pedagógicos variados e outros materiais e utensílios importantes para o bom funcionamento.

Em março de 2014, a Escola A registrou 1.208 alunos matriculados, que são distribuídos em três turnos, totalizando 46 turmas da Educação Básica (1º ao 9º anos) e também na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), estando incluídos, nesse total, 48 alunos portadores de necessidades especiais, com laudos deferidos por profissionais da saúde especializada. A referida escola atende a aproximadamente 600 alunos que frequentam oficinas nas áreas artísticas, esportivas e culturais – incluindo os cem alunos selecionados para o Programa Mais Educação. Conta com 120 profissionais da educação envolvidos com o trabalho pedagógico e 19 funcionários, que cuidam da confecção da merenda, da vigilância e da limpeza.

Com relação aos resultados do IDEB, condição essencial para que a escola seja participante do Programa Mais Educação, a escola supracitada alcançou os índices descritos no quadro a seguir:

Quadro 02: Diagnóstico dos resultados do IDEB apresentados pela Escola A entre 2005 e 2013

IDEB	2005		2007		2009		2011		2013	
Ensino Fundamental	Anos iniciais	Anos finais	Anos iniciais	Anos finais	Anos iniciais	Anos finais	Anos iniciais	Anos finais	Anos iniciais	Anos finais
Rede Municipal de Juiz de Fora	4,0	3,1	3,9	3,7	4,6	3,9	5,2	4,0	4,8	4,1
Escola A	4,0	3,0	3,0	3,6	4,0	3,8	4,8	3,3	4,9	4,4

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2014).

Os registros no quadro acima apontam para a necessidade de uma intervenção para elevar os resultados em função do compromisso assumido até 2020 – conforme meta do IDEB para o Ensino Fundamental estabelecida pelo PNE, que é de 6,0. O que se verifica é que a Escola A tem conseguido atingir as metas projetadas para o IDEB nos anos finais, principalmente aquelas referentes aos anos de 2009 e 2013, respectivamente 3,8 e 4,4; mas a nota abaixou em 2011 em relação a 2009 (BRASIL, 2013). Os resultados de 2013, publicados recentemente, demonstram um avanço em relação às notas dos anos anteriores, mas ainda estão aquém do ideal, embora a escola tenha conseguido atingir as metas projetadas pelo INEP e também superar, mesmo que timidamente, o Ideb do município.

A Escola Municipal “Escola A” tem seu currículo organizado, conforme registrado em seu Projeto Político Pedagógico, da seguinte forma: como metodologia de trabalho, ela se propõe a organizar projetos em torno das metas previamente estabelecidas em reuniões administrativo-pedagógicas, visando ao

envolvimento e à participação de alunos, professores, especialistas, funcionários e comunidade nas etapas inerentes a esse tipo de metodologia:

Para tal, a escola se propõe a trabalhar da seguinte forma: a partir do complexo temático “O Homem: Cultura e Sociedade”, todos os projetos elaborados girarão em torno de quatro eixos temáticos: Identidade – pessoal, cultural, grupos, valores, autoestima, corpo, vínculos, etc.; Meio – educação ambiental, trabalho, etc.; Transformação (tempo/espço) – pessoal, social, político, econômico e ambiental; Leitura – visual e textual, atribuindo sentidos à diversidade de textos que circulam socialmente. (JUIZ DE FORA, 2011, p. 15)

Portanto, sua proposta de projetos orienta para um trabalho diversificado e interdisciplinar. Os projetos são organizados em torno de metas previamente estabelecidas coletivamente, visando o envolvimento e participação dos alunos. De acordo com o seu PPP – ainda em construção – os projetos se desenvolvem através de atividades individuais e coletivas.

Eles são desenvolvidos a partir das relações que se estabelecem entre crianças, o meio escolar, a comunidade e o mundo, o que possibilita a integração, participação, busca pelo conhecimento, competência e transformação, tornando possível uma escola eficaz. (JUIZ DE FORA, 2011, p. 15)

Há um projeto anual, votado pelo colegiado, que é desenvolvido pela escola e decidido nas primeiras reuniões pedagógicas, e também subprojetos culturais e educativos vão sendo elaborados e desenvolvidos durante o ano letivo. Entre esses subprojetos, podemos citar os relativos ao Artesanato, Coral (dentro do projeto musicalização – intracurricular), Dança-educação, Diversidade, Família na escola, Festa Junina, Festa da Primavera, Futsal, Ginástica Olímpica, Ginástica, Horta e jardinagem (Educação ambiental – projeto do PME), Informática (intracurricular), Música (Instrumento de cordas, percussão/fanfarras – projetos do PME), Grafite (projeto do PME), Semana da Consciência Negra, Sexualidade, Trânsito, Circuito de Leituras (através da Secretaria de Educação), Vôlei e Xadrez.

Na Escola A, os alunos inscritos no PME estão matriculados nos turnos da manhã (5º ao 9º anos) e tarde (3º, 4º e 5º anos). São distribuídos da seguinte forma:

Turmas A, B e C(T), sendo que aqueles que estudam à tarde chegam à escola às 9h35; turmas C(M), D e E, sendo que aqueles que estudam no turno da manhã ficam na escola até às 14h55. As atividades, incluindo os momentos de lanches e almoço, são acompanhadas por um profissional (professor ou monitor); no caso do monitor, há uma orientação do cumprimento de, no mínimo, seis horas por semana. A organização dos horários acontece conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 03: Escola A – Organização de horários de atividades do PME

Horário 2014 (até Junho) / ATIVIDADES: Programa Mais Educação					
	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
9h35 a 9h45	Lanche	Lanche	Lanche	Lanche	Lanche
9h45 a 11h25	Acomp. Pedagógico TURMAS A+B +C(T)	Contação Turmas A + B + C(T)	Leitura Biblioteca Turmas A + B + C(T)	Percussão Turmas A+ B + C(T)	Futsal Turmas A + B + C(T)
11h25 a 13h05 (inclui almoço: interação e aprendizagem)	Lab. Inf. C(M) + D Teatro A+B+C(T) Violão – Turma E	Ed. Patrim. Turmas E Teatro A + B + C(T) Ed. Amb. C(M)+ D	Grafite C(M) + D Lab. Inf. Turma E Ed. Amb. Turmas A+ B + C(T)	Lab. Inf. A + B + C(T) Percussão C(M) + D Leit. Biblioteca Turma E – Horta	Orientação de estudos – A + B + C(T) Turma E – Orientação de estudos (projeto) Futsal Turma C(M) + D
13h05 a 14h45	Acomp. Pedagógico Turma E Violão C(M) +D	Ed. Amb. – Turma E Ed. Patrim. Turmas C(M) + D	Grafite Turma E Acomp. Pedagógico. Turmas C(M) + D	Leit. Biblioteca Turmas C(M)+D Percussão Turma E	Orientação de estudos C(M)+D Futsal Turma E
14h45 a 14h55	Lanche	Lanche	Lanche	Lanche	Lanche

Turmas PME: Turma A: 3º ano (10 alunos); Turma B: 4º ano (15 anos); Turma C: 5º ano (20 alunos = 10 (Tarde) e 10(Manhã); Turma D: 6º anos (20 alunos); Turma E: 7º (15), 8º (10) e 9º anos (10) = (35 alunos). O que totaliza o atendimento atual de cem alunos. No horário de almoço, os alunos estão acompanhados pelo/a professor/a ou monitor.

Fonte: elaboração própria a partir do horário cedido pela Diretora escolar.

Os horários organizados para as atividades do PME seguem as orientações do manual operacional do PME – mínimo de sete horas/dia – e são modificados de acordo com a programação de início de atividades e verificação do interesse de participação do alunado. Assim, a cada início de semestre – fevereiro ou agosto –, faz-se levantamento da frequência e da dinâmica das atividades para possíveis alterações.

Anualmente, nos últimos dois anos, no mês de maio, fazem-se alterações das atividades, e a escola tem autonomia para inscrever as atividades que serão desenvolvidas a partir de agosto no ambiente escolar. A responsável pela instituição de ensino é quem registra a escolha no sistema do MEC. O PME adota a obrigatoriedade de a família ser beneficiária do Programa Bolsa Família, o que denota uma seleção externa. Internamente, são reformulados alguns critérios, como problemas de infrequência e/ou evasão, dificuldades de aprendizagem (alunos já inscritos no Laboratório de Aprendizagem), ausência dos responsáveis nas atividades e reuniões propostas pela equipe pedagógica e professores.

A orientação é de que, no mínimo, sejam inscritos cem alunos no PME e, também, que haja um mínimo de dez alunos de cada ano escolar. A maioria dos estudantes participantes do Programa na escola focalizada tem dificuldade de aprendizagem e frequentam, portanto, o Laboratório de Aprendizagem (LA). Além disso, são alunos que não respeitam as normas disciplinares, e alguns deles ficam ociosos nas ruas do bairro e adjacências. Outros alunos são selecionados porque demonstram interesse em participar do PME. E vale lembrar que a maioria dos responsáveis trabalha fora de casa.

1.4.1 O macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial na Escola A

Como vice-diretora da escola sob estudo, pude vivenciar o processo de implantação do PME e observar a dinâmica de escolha e implementação dos macrocampos, o que nos permite ampliar a discussão em variadas direções. Uma dessas direções aponta para a influência das relações estabelecidas entre os professores, monitores e envolvidos nas atividades sobre os resultados e expectativas alcançadas.

Assim, a falta de oportunidades e/ou encontros para troca de informações e experiências entre os professores regentes de turmas e os professores dos projetos se torna um desses pontos a serem explorados. Esses profissionais são contratados para atuar em projetos instituídos na escola, e o atendimento aos alunos do “Mais Educação” é incorporado nos seus respectivos cargos. Alguns professores efetivos, também regentes de turmas, atuam em atividades do PME e recebem hora extra ao ampliar a jornada através de “extensão de carga horária”, sendo selecionados de acordo com as disciplinas que lecionam, conforme a disponibilidade e o interesse revelados. Normalmente, os profissionais que atuam nos projetos não se articulam junto aos professores regentes para um trabalho interdisciplinar e não participam dos conselhos de classe. Ainda nesse sentido, vivenciando rotineiramente a dinâmica escolar enquanto diretora e vice-diretora desde início de 2009, foi possível concluir que o que é desenvolvido com os alunos nas oficinas quase não é valorizado pelos regentes. Assim, o aluno não é avaliado de forma global pela falta dessa integração entre os profissionais envolvidos, o que fere a ideia de entrosamento subjacente à educação integrada.

O preconceito existente em relação aos alunos inscritos no PME como aqueles que são indisciplinados e trazem problemas para a escola também constitui um obstáculo. Como são alunos inscritos de acordo com os critérios de dificuldade de aprendizagem, muitas vezes indisciplinados em sala de aula, não é fácil encontrar profissionais na própria escola que queiram atuar com eles. Muitos não aceitam a proposta de trabalhar com esses alunos, argumentando, nas reuniões de atribuição de aulas, que há muitos problemas de falta de respeito às normas de disciplina.

A formação de turmas de alunos (na faixa-etária de 8 aos 15 anos) matriculados em anos diferentes (do 3º ao 9º ano) e com idades diferenciadas também significa um empecilho bastante significativo, pois essas constituem turmas grandes (30 alunos), fato que, em determinadas atividades, torna inviável um trabalho satisfatório. Ensinar violão para uma turma de 30 alunos, por exemplo, é tarefa desgastante e pouco eficaz.

A descontinuidade - falta de sequência - do trabalho pedagógico frente às contratações de professores em todo início de ano ou semestre letivo representa um considerável transtorno. Poucos professores efetivos estão à frente das propostas

do Programa, restando aos profissionais contratados¹⁶ o planejamento e a execução das atividades. Entretanto esse profissional geralmente é substituído com o término do contrato, o que acaba por acarretar descontinuidade dos processos.

Outro incômodo é a dificuldade observada na atuação dos monitores quando não são acompanhados nas atividades por professores. Muitas vezes, eles não detêm o traquejo pedagógico necessário para lidar com os alunos, e o trabalho fica prejudicado. Esses monitores podem ser estudantes universitários ou da EJA e pessoas da comunidade (agentes culturais) com habilidades adequadas.

Por fim, mas não menos importante, a infrequência dos alunos dos anos finais nos projetos apresentados pelo PME é um fato preocupante, a ponto de se tornar nosso objeto de estudo. Enquanto os demais entraves podem ser contornados a partir do envolvimento comprometido dos profissionais e gestores locais, o absenteísmo dos alunos envolve também a motivação destes e questões familiares e sociais mais complexas. Na escola estudada, foi observado um alto índice de ausência dos alunos em relação às atividades do Macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial, chamando atenção para a relevância do fato: se todo o Programa e as atividades são planejados para os alunos, sua ausência acaba por torná-lo inútil.

A identificação das dificuldades já constitui passo importante no sentido de buscar formas para tornar o Programa ainda mais efetivo. Entretanto mostra-se necessário maior aprofundamento em relação a essas dificuldades, a fim de encontrar soluções para estas. Sendo assim, nossa proposta visa à compreensão dos principais motivos da infrequência dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental nas oficinas oferecidas com base no macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial em uma escola da rede do município mineiro de Juiz de Fora.

1.4.2 A infrequência dos alunos

Os alunos dos anos finais inscritos no Programa Mais Educação, de um modo geral, apresentam algum problema de infrequência, mais especificamente nas atividades do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial; em contrapartida,

¹⁶ A vigência do contrato é de, no máximo, um ano letivo.

os mesmos estudantes frequentam com regularidade o ensino básico em que estão matriculados.

O perfil desses estudantes inscritos no PME, conforme já descrito em seção anterior, é bem comum à maioria do alunado desta faixa etária, de 10 a 15 ou 16 anos: são aqueles alunos com dificuldades de aprendizagem, com ausência dos responsáveis acompanhando seu comportamento e/ou sua vida escolar; muitos não respeitam as normas disciplinares, encontrando-se em suas pastas algum registro de advertência por questão de ordem disciplinar, bem como alguns com ociosidade quando fora da escola. Consequentemente, alguma repetência é constatada ao longo da escolarização. Dos 55 alunos dos anos finais atualmente inscritos no PME, verificamos que vinte estudantes estão com distorção idade/série, apresentando, pelo menos uma reprovação, conforme registro nas relações nominais anuais, no período de 2010 a 2013 (documentos em arquivo na Escola A, 2013).

Importa esclarecer que, a cada saída de um nome de aluno da lista do PME, seja por transferência de turno ou da escola – porque o/a adolescente completou 15 ou 16 anos e conseguiu algum trabalho em regime de meio expediente, conforme rege a legislação de trabalho para menores –, ou ainda a pedido de um responsável, um novo nome é incluído para compor o universo atendido pelo Programa.

Nesta seção, serão apresentados e discutidos os motivos pelos quais esses alunos não participam ativamente das referidas oficinas ligadas às linguagens artísticas inscritas pela Escola A, embora traduzam a cultura local. Os motivos da não participação foram coletados a partir de um questionário aplicado a esses estudantes inscritos no PME, e o seu modelo se encontra em anexo no final deste trabalho.

O entendimento, por parte dos participantes do PME, quanto à ampliação do tempo e à utilização dos espaços escolares é de fundamental importância para sua escolarização e socialização e também para verificação da sua frequência. Através da aplicação de um questionário para os alunos dos anos finais para esclarecimentos a respeito de sua participação nas atividades do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial do PME, essa consulta foi realizada. Os estudantes inscritos para participar do PME estão distribuídos conforme explicação apresentada anteriormente no quadro 3, sendo que, a partir de agosto deste ano de 2014, mais 30 alunos passaram a fazer parte do grupo. Para a realização do questionário, foram convocados apenas os alunos dos anos finais (6º ao 9º ano)

matriculados no PME, nosso foco de investigação em função da menor frequência nas atividades, e dos 55 (cinquenta e cinco) alunos, 50 (cinquenta) compareceram à convocação para responder ao questionário proposto.

Os alunos foram questionados, primeiramente, sobre de quais atividades do PME mais gostam de participar na escola. Nesse item, vale salientar que os alunos poderiam assinalar mais de uma opção. Assim, tivemos: 7 marcações para Laboratório de aprendizagem; 5 para Leitura na biblioteca; 16 para Educação ambiental (horta escolar); 21 marcações para Informática; 29 para Grafite; 1 para Contação de História; 2 para Educação Patrimonial; 30 para Futsal; 5 para fanfarra, e 5 alunos não marcaram – assiduidade marcada pelos alunos confirmada em registros na escola. Constatamos, então, que Futsal, Grafite, Informática e Horta escolar são as atividades que representam uma maior concentração de interesse dos participantes e que, entre as atividades do macrocampo em estudo, apenas Grafite ganha destaque. Isso nos remete à ideia de que o interesse é fator fundamental para a participação em atividades extracurriculares, sendo que, neste caso, o interesse dos alunos não foi elemento representativo para escolha das atividades oferecidas, pois não participaram da seleção de atividades – os alunos não estão presentes no momento de inserção no sistema, o que pode significar um ponto a favor da infrequência.

Um segundo questionamento envolvia a relação entre os alunos participantes do Programa e os professores ou monitores da oficina. Julgamos esse questionamento pertinente, uma vez que problemas de relacionamento entre professores e alunos são, muitas vezes, motivos de evasão e indisciplina por parte dos estudantes. Sobre isso, o seguinte cenário se estabeleceu: 12 respostas para “muito boa”; 9 para “boa”; 14 para “regular”; 4 para “ruim”; 10 alunos não assinalaram e escreveram na justificativa “por quê” quem não vêm para as atividades – portanto, não quiseram comentar sobre o relacionamento pois não participam - e um aluno deixou em branco. As respostas indicaram que 42% dos alunos questionados consideram o relacionamento satisfatório – somando-se as respostas “muito boa” e “boa” – e 36% tem dificuldades de relacionar-se com os profissionais atuantes no PME – somando-se as respostas “regular” e “ruim”. A relação é mediana, portanto, sem muito envolvimento e também com pouco enfrentamento, preservando, ao final, um caráter amistoso.

Em seguida, partimos para a inferência sobre a infrequência propriamente dita. E, para efeito de análise da frequência dos alunos aqui apresentada, foram utilizadas como parâmetros as orientações do Conselho Municipal de Educação (CME) e, principalmente, do Regimento Escolar, que seguem as orientações nacionais da LDB/96. É considerado frequente, portanto, o aluno que participar de 75% das aulas das atividades oferecidas no PME. De acordo com os incisos I e VI do artigo 24 da LDB:

I- a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluindo o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

[...]

VI- o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para a aprovação. (LDB, 1996, pp. 7-8)

E, conforme os artigos 114 e 115, que trata dos mínimos exigidos para a frequência, no Capítulo IV constante no Título V (Seção I) do Regimento da Escola A, temos:

Artigo 114 - Será obrigatória a frequência de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas do ano / série para efeito de promoção.

Artigo 115 - O aluno não será isento de frequência às aulas e a nenhuma atividade escolar, salvo os casos previstos na legislação vigente.

Parágrafo Único: Mediante apresentação de atestado médico, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o último dia que frequentou as aulas, o aluno terá sua frequência justificada e direito às atividades escolares.

A escola comunicará aos pais quando da falta do aluno por 05 dias consecutivos ou por 10 dias alternados. (REGIMENTO ESCOLAR, 2010, grifos no original)

Questionando os alunos sobre a presença nas aulas das oficinas de Grafite, Percussão (Fanfarra), Leitura, Educação Patrimonial, encontramos a situação descrita no quadro abaixo.

Tomando como parâmetro os documentos (LDB/96, CME e Regimento Escolar) para registro da frequência como exposto anteriormente, é importante

esclarecer o que significa em nossa pesquisa “nunca faltar”, “faltar de vez em quando” ou “às vezes”, “faltar muito” e “sempre faltar”. De acordo com o percentual exigido para frequência regular, “nunca faltar” compreende participação de 75% ou mais; “faltar de vez em quando”, “faltar muito” e “sempre faltar” equivalem a 50% a 74%, 25% a 49% e abaixo de 24%, respectivamente. Esclarecemos ainda que esta categoria consiste numa criação nossa a partir dos parâmetros apresentados.

Quadro 04 – Frequência dos alunos nas atividades do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial do PME

Respostas	Frequência nas atividades do macrocampo	Percentual equivalente de frequência
“Nunca faltou”	14	75% ou mais
“Faltou de vez em quando”	13	50% a 74%
“Faltou muito”	6	25% a 49%
“Sempre faltou”	17	24% ou menos

Fonte: elaboração própria.

Assim, com relação à infrequência, observamos que, em termos percentuais, 72% dos alunos (36) assumem algum grau de infrequência, o que corrobora a tese inicial que apresentamos. Apenas 28% dos alunos inscritos no PME (14) frequentam as atividades com regularidade, fato indispensável para o bom andamento das oficinas. Esses dados são significativos, pois constata-se que é necessário empreender esforços para melhorar esse índice de participação; é urgente, portanto, uma intervenção administrativa e pedagógica.

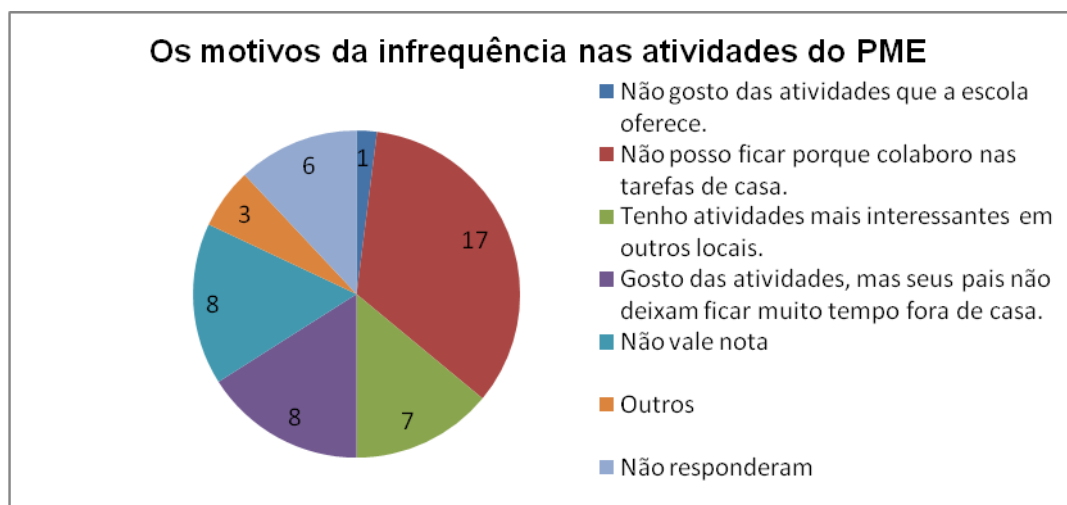
Observamos que as respostas dos participantes do PME em relação à frequência convergem muito com o que foi registrado no diário de classe, documento escolar em que o professor e/ou monitor faz a “chamada” do dia em cada aula/oficina ministrada. Como parâmetro das respostas dadas ao questionário aplicado, verificamos os registros de frequência, no 2º semestre de 2013, nas atividades Grafite, Fanfarra e Leitura do macrocampo em foco conforme a seguir:

- a) na atividade Grafite, dos 55 alunos inscritos nas turmas D (6º ano com 20), e E (7º, 8º e 9º anos com total de 35 alunos), 11 alunos têm frequência constante, 16 alunos faltam às vezes/de vez em quando, 4 alunos faltam muito e 24 alunos sempre faltam;
- b) na atividade Leitura, dos 55 alunos inscritos nas turmas D (6º ano com 20), e E (7º, 8º e 9º anos com total de 35 alunos), 11 alunos têm frequência constante, 18 alunos faltam às vezes/de vez em quando, 8 alunos faltam muito e 18 alunos sempre faltam;
- c) na atividade Percussão (Fanfarra), dos 55 alunos inscritos nas turmas turmas D (6º ano com 20) e E (7º, 8º e 9º anos com total de 35 alunos), 18 alunos têm frequência constante, 20 alunos faltam de vez em quando, 5 alunos faltam muito e 12 alunos sempre faltam.

De acordo com os registros de frequência nos diários (2013), então, verificamos um maior índice de participação dos alunos dos anos finais na atividade percussão, o que converge com nossas percepções a cada semana enquanto observamos o desenvolvimento das atividades culturais: no dia da atividade de percussão, na quinta-feira, há maior fluxo de alunos do PME no interior da Escola A.

Com esses dados coletados em mãos, podemos investigar os motivos da infrequência revelados pelos alunos. O gráfico 1 apresenta as motivações ou razões dos alunos para as repetidas ausências.

Gráfico 01 – Os motivos da infrequência dos alunos dos anos finais no PME



Fonte: elaboração própria

As respostas assinaladas pelos alunos nos fornecem informações importantes sobre as causas do não comparecimento às aulas e nos permitem fazer inferências que vão auxiliar na composição de um plano de intervenção:

- 17 dos 50 entrevistados revelaram que não frequentam regularmente as atividades do macrocampo porque colaboram com os pais em afazeres e tarefas de casa;
- sete alunos argumentaram que há atividades mais interessantes em outros locais da comunidade, reafirmando a necessidade de diálogo entre a escola e os demais setores locais;
- quanto ao fato de as atividades do PME não ajudarem a compor a nota dos alunos, oito respondentes ao questionário admitiram ser esta a causa de seu desinteresse;
- seis alunos não responderam à pergunta;
- três alunos assinalaram “Outros”;
- um e oito alunos, respectivamente, responderam “Não gosto das atividades que a escola oferece” e “Gosto das atividades, mas meus pais não me deixam ficar muito tempo fora de casa”.

No contexto desta pesquisa, em relação a essas respostas dadas pelos alunos e registradas acima, consideramos o seguinte: no item (a), pode até mesmo ocorrer de esses alunos estarem matriculados em tempo integral simplesmente por tal fato ser um requisito para o Programa Bolsa Família (PBF), pois este é um dos critérios utilizados pela escola em estudo para inscrevê-los no PME, mesmo porque a Escola A possui cerca de 500 alunos cujas famílias estão inscritas no PBF; no item (b), parte dessas ausências poderia ser minimizada através de parcerias entre a escola, através de suas oficinas, e esses demais setores; em (c) entendemos, portanto, que, para esses alunos, a nota é fundamental e que, se uma pontuação fosse atribuída à participação nas atividades culturais oferecidas pela escola, sendo ou não do PME, a infrequência poderia ser minimizada; no penúltimo item, (f), o número de respostas (oito) é representativo, pois, somado aos 17 alunos que auxiliam nas tarefas de casa, temos um total de 25 alunos, que representam cinquenta por cento (50%) de participantes do PME, entrevistados, cuja infrequência está relacionada à vontade/necessidade de outra pessoa, não partindo deles o desinteresse pelas atividades que a escola oferece.

A respeito da opinião dos alunos sobre as aulas das atividades do macrocampo em pesquisa – Grafite, Percussão/fanfarras, Leitura, Contação, Educação Patrimonial –, 5 alunos sinalizaram em suas respostas que “São importantes, mas não fico animado em comparecer”, 15 disseram que “São importantes, por isso participo”, seis argumentaram “Seria mais interessante se todos os alunos participassem”, quatro optaram por “Não me importo em não participar” e 21 marcações foram feitas para “Gostaria de vir todos os dias, mas não posso”.

Assim, verificamos que 42% das respostas para registro sinalizaram que os alunos viriam todos os dias se pudessem, convergindo com a motivação para infrequência às aulas, conforme exposto na questão anterior, em que 48% de alunos participantes do PME apreciariam estar mais tempo nos espaços da escola. E, quanto aos seis alunos que assinalaram “Seria mais interessante se todos os alunos participassem”, observamos, conforme já mencionado anteriormente, que os alunos não apreciam o fato de o PME ser oferecido para um universo pequeno de alunos considerando o total de matrículas. Em termos percentuais, cem alunos representam muito pouco, menos de dez por cento (10%) do atendimento da Escola A.

No mesmo formulário, ao serem perguntados sobre o que gostariam de participar através do PME na escola, a maioria dos estudantes (trinta e três alunos) assinalou que os “Passeios culturais pela cidade” são seu maior interesse, conforme detalhado a seguir:

Quadro 05 – Respostas dos alunos: O que você gostaria de participar na Escola?

Ações	Interessados	Ações	Interessados
Debates sobre assuntos atuais	1	Organizar eventos culturais na Escola	7
Expor seus trabalhos nos painéis	0	Grupo de Dança	7
Passeios culturais pela cidade	33	Clube de Ciências	9
Grupo musical	3	Outros	10

Fonte: elaboração própria – a partir de questionário aplicado em 30 de Abril/2014. A soma das respostas não é exatamente o número de respondentes ao questionário, pois muitos alunos assinalaram mais de uma opção.

Na opção “Outros”, das dez respostas três alunos escreveram Atletismo, Queimada, Natação (atividades esportivas) e dois registraram “nada”.

Podemos registrar ainda que, em se tratando de uma escola onde a grande maioria dos alunos tem a instituição como único espaço de socialização, pois há muito poucos ambientes na comunidade para passeios e lazer e quase não saem para outros locais, os passeios (saídas) que a escola promove são muito bem-vindos por todos os estudantes. Esse dado nos revela a importância dos passeios culturais para os alunos e nos leva a reorganizar o calendário desses eventos, incluindo-os. Mas, reavaliando esse item, constatamos que, normalmente, essa clientela participante do PME não tem saído acompanhando os demais estudantes, pois há uma posição dos professores regentes de turmas em relação à indisciplina.

Também com base no questionário, podemos apontar as três atividades do macrocampo em foco que esses estudantes gostariam que fossem oferecidas, a saber Capoeira, Hip Hop e Desenho. Nenhuma dessas atividades é atualmente

oferecida na Escola A. No quadro a seguir, está registrado o resultado da indicação dos alunos participantes do PME e que responderam ao questionário:

Para captarmos o interesse dos alunos dos anos finais quanto às atividades culturais que já são oferecidas na Escola A e outras que compõem o macrocampo focado, pedimos que escolhessem de 3 a 4 atividades que mais lhes agradassem para serem desenvolvidas ou continuarem sendo oferecidas, como Grafite, Percussão e Ensino coletivo de cordas (violão). Aliás, conforme descrito anteriormente, a Escola A já desenvolvia algumas atividades na área cultural. As suas escolhas estão registradas no quadro 6:

Quadro 6 - Atividades do Macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial, indicadas pelos alunos dos anos finais para serem oferecidas na Escola A

Atividade	Indicações	Atividade	Indicações
Artesanato Popular	6	Grafite	19
Banda Fanfarra	6	Hip Hop	25
Canto Coral	2	Flauta Doce	1
Capoeira	22	Leitura e Produção Textual	0
Cineclube	9	Mosaico	2
Danças	4	Pintura	14
Desenho	22	Práticas Circenses	0
Educação Patrimonial	2	Teatro	7
Ensino Coletivo de Cordas	1	Tecnologias Educacionais	6
Escultura	2	Percussão	3

Elaboração própria a partir de questionário aplicado em 30 de Abril/2014. Quadro elaborado a partir das atividades constantes no macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial.
Fonte: MEC, 2011.

Importante observar o interesse significativo dos alunos em relação às atividades (capoeira, *hip hop* e desenho) do macrocampo em estudo, amplamente relacionadas com a expressão artística e corporal. O Grafite, já oferecido, possui 19 indicações, significando ser uma atividade de que os alunos gostam e que pode

continuar fazendo parte da grade do PME. Interessante observar que a percussão foi marcada apenas três vezes, o que vai de encontro ao que já registramos, pois, exatamente nessa atividade, percebemos mais trânsito dos alunos no interior da escola (o que também se confirmou pelos dados de frequência anteriormente expostos). Na prática, a atividade percussão, inscrita oficialmente, é desenvolvida através da fanfarra, pois a escola tem liberdade para fazer alterações durante o período desde que a atividade faça parte do mesmo macrocampo; podemos, portanto, pontuar nove marcações para percussão/fanfarra. O interesse dos alunos do PME, revelado neste quesito, auxilia a direção para proposta de atividades culturais a partir do próximo semestre letivo, que terá início em fevereiro de 2015.

Consideramos ainda importante registrar aqui que a Escola A está atendendo a mais de mil alunos no seu ensino regular. E, especificamente, nos anos finais, há cerca de 400 estudantes no turno da manhã, e apenas 55 desse universo têm compromisso de continuar nos espaços da instituição após o término das aulas da grade curricular obrigatória para participar das atividades do PME. Essa dinâmica do fluxo – entrada e saída do turno regular – pode estar influenciando e diminuindo o interesse dos alunos do PME em frequentar as atividades, já que grande parte dos amigos de turma é companhia de vindas e idas para casa. Logo que se encerram as aulas do dia, vão embora.

A seguir, serão apresentadas questões importantes a serem consideradas no desenvolvimento do Programa Mais Educação em Juiz de Fora e, particularmente, das atividades no macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial. Tais questões são embasadas em estudos sobre o tema e na experiência da Escola Integrada no município de Belo Horizonte, bem como em outras que podem se constituir em referências para a proposta do plano de ação.

2 A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

No capítulo anterior, apresentamos a descrição e a proposta de estudo de caso referente à implementação do Programa Mais Educação na rede municipal de Juiz de Fora, focalizando o Macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial na Escola A. A apresentação do caso embasou-se nos documentos oficiais referentes ao PME publicados e disponíveis no portal do Ministério da Educação e na consulta a documentos (planilhas, memorandos e ofícios) fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora. Também foram consideradas como embasamento as entrevistas realizadas com técnicos da PJF/SE, com a gestora escolar da Escola A, com a professora articuladora de projetos culturais e com dois monitores na referida escola, além dos questionários aplicados aos alunos.

Aqui, serão tratadas as questões pertinentes à implementação do PME a partir do estudo de caso descrito, objetivando um aprofundamento do desenvolvimento do Programa a fim de que, após compreensão, reflexões e registro das dificuldades e desafios encontrados, possamos propor um plano de intervenção.

Este segundo capítulo está dividido em três seções. A primeira trata de análise compreensiva do contexto brasileiro de adesão à Educação em tempo integral. A segunda aborda as experiências de jornada escolar ampliada no Brasil com foco nas atividades de Cultura, Artes e Patrimônio, com as nuances da experiência do projeto de Educação Integrada de Belo Horizonte e outras duas – Blumenau/SC e João Pessoa/PB. Já a terceira apresenta os entraves e desafios no processo de implementação do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial nas escolas municipais de Juiz de Fora.

A formação integral dos alunos trata-se de uma possibilidade da educação, que enxerga o aluno/sujeito na sua integralidade, pois “[...] a educação integral entende o ser humano em suas muitas possibilidades e atributos, tais como: cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais” (MATOS & GONÇALVES, 2011, p. 12). Em se tratando de educação em tempo integral – diferentemente da concepção de tempo cronológico –, é preciso que, no tempo ampliado nas escolas públicas, haja uma aprendizagem qualificada, uma qualidade no ensino que proporcione aos alunos inseridos no referido Programa uma integralidade na perspectiva de educação integral.

A educação integral – estendendo o valor semântico da expressão – diz respeito às múltiplas dimensões do desenvolvimento humano, da capacidade humana – o que envolve a formação dos indivíduos, e isso implica um conjunto de atores e ações para uma nova organização escolar – e também da oferta de um ensino com qualidade a todos os sujeitos, à população carente dela. O acesso à educação para os estudantes nunca aconteceu da forma como deve para se ter uma qualidade conforme todos apregoam nos discursos oficiais e extraoficiais de estudiosos ou profissionais da área na história brasileira. Discorre-se sobre o processo histórico da educação no país, e verificamos que ainda não se concretizou a educação integral, pois o tempo letivo é menor que o necessário e ainda engatinha-se no propósito de ofertá-la nas escolas públicas. O Programa Mais Educação constitui uma dessas propostas, ampliando o tempo diário para escolarização de crianças e adolescentes, constituindo um desafio.

Essa reorganização do currículo e do tempo escolar é tema importante para concretização de uma educação com qualidade, mas que ainda está em curso, e há que se desconstruir o olhar para as disciplinas tradicionais que tornam o currículo duro e os turnos fixos; é preciso torná-los flexíveis. Leclerc e Moll (2012), discorrendo sobre a educação integral, registram:

Trata-se da proposição dos macrocampos como um conjunto de vivências, linguagens e conhecimentos disciplinares incorporados ao currículo por legislação, por iniciativas locais, por políticas intersetoriais e outras iniciativas, que abrem possibilidades de ampliação e resignificação do tempo diário de/na escola. Essa proposição está em curso, com o desafio de auxiliar a construção de projetos político pedagógicos de Educação Integral a partir de experiências desencadeadas no âmbito das escolas e de suas redes, para implementação de programas e projetos de Educação Integral. (LECLERC & MOLL, 2012, pp. 96-97)

Nessa direção, importante é o registro sobre o Plano Nacional de Educação, inscrito pelo Projeto de Lei nº 8.035/2010, aprovado em maio/2014, que inclui a Educação Integral em uma de suas metas – a de nº 6, que objetiva “[...] Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica” (PNE 2011-2020), proposta apresentada pelo

Congresso Nacional –, e o aspecto central para essa referida reorganização do tempo e espaço está em compreender a escola como:

(...) espaço de tensão, (re)construção, saberes e vivências em oposição ao aspecto reducionista de certa visão que a persegue como lócus para implementação de programas e projetos alienígenas em relação ao projeto político pedagógico das redes de ensino e das escolas. As tarefas de caráter teórico-metodológico dessa compreensão são dependentes da experiência de gestão democrática, na qual, ao menos idealmente, a escola é compreendida como a primeira das esferas públicas e da qual decorrem e ascendem as demais no âmbito dos sistemas de ensino. (LECLERC & MOLL, 2012, p. 100)

A política de intersectorialidade inserida nos programas federais pretende cumprir o papel de mudar essa compreensão, pois amplia os espaços de aprendizagem; os espaços educativos passam a ser percebidos em outros locais fora das escolas, na vida da comunidade e da cidade, recriando as experiências culturais do alunado através dos passeios culturais (idas ao cinema, ao teatro, aos parques e museus, e outros) como ações pedagógicas. E, para isso acontecer, é primordial uma disposição dos profissionais educadores.

Uma pesquisa realizada na rede pública de ensino de Londrina (PR) revela que é quase unânime entre os professores que a implantação da escola de tempo integral melhoraria a educação no país e que um suporte nas verbas públicas aplicadas para valorização dos profissionais é muito importante. E essa perspectiva de ampliação do tempo de aprendizagem dos alunos, tentando melhorar o seu desempenho acadêmico e os preparando para o futuro, nessa pesquisa realizada por Gonçalves et al. (apud PEIXE et al, 2008) temos o seguinte:

Os alunos entrevistados destacaram aspectos relevantes com esta finalidade, tais como: estudar mais em casa, realizando tarefas, trabalhos e leituras orientadas pelos professores; participar de projetos dentro e fora das escolas; ter aulas em um turno e participar de atividades esportivas e culturais direcionadas pelos professores em outro turno; ter aulas de reforço quando apresentarem dificuldades de aprendizagem, entre outros. Essas sugestões podem ser desenvolvidas das mais diversas formas, sejam através de projetos das próprias escolas, em parcerias com universidades, escolas técnicas, etc. (GONÇALVES et al. apud PEIXE et al, 2008, p. 27)

Essa ideia de ampliar as responsabilidades pela educação de tempo integral que o PME traz para as áreas da cultura, do esporte, das artes, envolvendo setores diversos que ultrapassam a institucionalizada instrução dos alunos, também constitui, segundo Cavaliere (2009), uma dificuldade, pois ainda não se pode contar com uma compreensão inânime e imediata do sentido de educação integral. A pesquisadora discorre sobre a história da educação brasileira e considera que “[...] utilizando-se ou não da expressão, diversos projetos desenvolveram ações na direção do que, hoje, o Programa Mais Educação denomina educação integral” (CAVALIERE, 2009, p. 5). E há que se dar destaque à proposta do PME, que se diferencia em seu conceito dos demais programas de outras épocas na história.

O significado da expressão educação integral no conjunto dos documentos não se limita às inovações no interior da escola, como por exemplo, o aumento da jornada escolar ou a ampliação da ação cultural. Eles reforçam os sentidos de responsabilização coletiva da sociedade pela educação das crianças e jovens. Esse significado, a depender da plasticidade do conceito, poderá ou não ser incorporado à noção de educação integral que, de resto, não faz parte do vocabulário escolar tradicional brasileiro. (CAVALIERE, 2009, p. 7)

Para a autora, é um grande desafio administrar o Programa Mais Educação em grande escala. A estrutura descentralizada e com boa coordenação pode representar uma solução para enriquecer os estudos na escola como propõe o PME para o sistema público de ensino no Brasil. Mas isso “[...] representa uma dificuldade às vezes incontornável”, pois não há, de fato, uma integração da escola com o seu entorno, já que as comunidades que estão situadas normalmente nas periferias das grandes cidades estão empobrecidas, “[...] sem recursos e equipamentos urbanos, públicos ou privados, o que faz com que a busca por novos espaços e parceiros socioeducacionais, que possam irrigar a escola e ligá-la à vida comunitária, represente uma dificuldade às vezes incontornável” (CAVALIERE, 2009, p. 8).

A autora assinala, ainda, em suas considerações finais:

Os problemas relativos à estabilidade e à valorização dos profissionais da escola, docentes e não docentes, estão na raiz das principais dificuldades da educação brasileira contemporânea, mas ultrapassam, em muito, a esfera de ação do Programa “Mais Educação”. Como todas as demais políticas educacionais inovadoras, os possíveis avanços a serem gerados pelo Programa

são dependentes dos imprescindíveis aperfeiçoamentos da infraestrutura do sistema. (CAVALIERE, 2009, p. 10)

A problemática encontrada nos estudos aos quais fazemos referência vai ao encontro do que percebemos na implementação de ampliação de tempo para uma aprendizagem qualificada a partir do PME.

2.1 Atividades de cultura, artes e patrimônio em experiências de ampliação de jornada

Muitos projetos de ampliação de tempo pedagógico têm surgido no contexto educacional brasileiro nas esferas pública, nacional, estadual e/ou municipal com o objetivo de implementar uma educação integral. Podemos exemplificar com o “Segundo Tempo”, “Escola Aberta” e o “Mais Educação” (nacionais), Projeto Escola de Tempo Integral (PROETI) e a “Escola Pública Integrada” (EPI), respectivamente de Minas Gerais e de Santa Catarina (estaduais), e projetos municipais que atendem às orientações nacionais e estaduais e de acordo com seus contextos. Escolhemos fazer aqui exposição de algumas experiências, como as de Belo Horizonte/MG, Blumenau/SC e João Pessoa/PB, que mostram vivências interessantes também na área cultural.

Conforme mapeamento realizado por equipe do MEC (2010) de jornada escolar ampliada na perspectiva de educação integral/educação integrada e(m) tempo integral no Brasil, o Estado de Minas Gerais é ressaltado como aquele com maior número absoluto de municípios na região sudeste e no país com experiências nesse sentido, representando 41,6% do total no cenário brasileiro e 64% da região sudeste, em 2008 (BRASIL, 2010). A rede municipal de Belo Horizonte representa uma iniciativa que ilustra esse cenário, conforme aponta registro no MEC sobre a necessidade de ampliação da jornada escolar na rede municipal de Belo Horizonte:

A reflexão sobre uma educação integral, centralizada nos sujeitos, na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, ganha força na década de 1990, com a implantação do Programa Escola Plural, que desencadeou uma série de desafios, entre eles, o de garantir a universalização do ensino. A experiência foi avaliada quando dos seus 10 anos de implantação e nesse processo surgiram novas

demandas, como a necessidade de ampliação da jornada escolar, concretizada através de um Projeto de Lei 51/01, aprovado em 2003. (BRASIL, 2010, p. 73)

O Programa Escola Integrada de Belo Horizonte trata-se de uma política de educação integral implementada pela Secretaria Municipal de Educação, em 2006, como experiência e na perspectiva de uma escola que travasse diálogo com a cidade, surgindo da necessidade de buscar interação com as políticas públicas e as experiências já existentes na sociedade. Iniciou-se com um projeto piloto que envolvia sete escolas, universidades, ONG's e participação de dois mil alunos. Depois desse projeto piloto, foi criado o Programa Escola Integrada, compreendendo Belo Horizonte como Cidade educadora. O Programa tem uma estrutura comum de funcionamento mesmo com contextos escolares diferentes. A adesão ao Programa, que a cada ano aumenta a participação, é opção das escolas, que, junto aos pais, decide inscrever os alunos. Sobre a nova demanda de estrutura física, de organização dos espaços educativos e dos novos perfis de atores, da ótica de educação integrada, encontramos o seguinte:

[...] a proposta não se prende a um modelo escolar, buscando transformar os espaços da comunidade em espaços de formação. Também amplia as dimensões da formação dos sujeitos para além da dimensão cognitiva, valorizando os aspectos éticos, estéticos, corporais e emocionais, trazendo também, para o Programa, saberes construídos a partir da experiência, principalmente com a presença de novos perfis profissionais, como no caso dos agentes culturais. (BRASIL, 2010, p. 74)

Semelhante aos macrocampos do Programa Mais Educação e de acordo com as “Orientações Gerais para as escolas – Fevereiro 2009”, documento elaborado pela Secretaria de Educação, as atividades e os cursos oferecidos são organizados de acordo com uma classificação: “[...] Acompanhamento pedagógico/Conhecimentos específicos, Meio Ambiente, Esporte e Lazer, Direitos Humanos e Cidadania, Cultura e Artes, Inclusão Digital e Saúde, Alimentação e Prevenção” (BRASIL/MEC/SAB: Série mais Educação, p. 74). E a organização curricular se dá da seguinte forma:

A matriz curricular do programa **ESCOLA INTEGRADA** deve contemplar 45 horas semanais e nove horas diárias de atendimento aos estudantes, sendo 4h20 min. com atividades ministradas por docentes da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; 3h com atividades de diferentes áreas do conhecimento (oficinas e cursos), realizadas por monitores de instituições de ensino superior e agentes culturais e 1h40min. destinadas à alimentação, mobilidade e atividades de relaxamento. (BRASIL, 2010, p. 74, grifo no original)

Os monitores (estagiários de cursos superiores), agentes culturais (convênio das escolas com a Associação Municipal de Assistência Social – AMAS, exigindo-se que esses cidadãos tenham o Ensino Fundamental completo) são contratados pelos Caixas Escolares para uma jornada de vinte horas semanais; há também os estagiários do Programa Segundo Tempo (contratados pelo Governo federal e com vínculos na Secretaria de Esportes), bem como o Jovem Aprendiz – constituindo, assim, um grupo de educadores com saberes diversos, vindos de espaços fora das escolas também. Já o Professor Comunitário (PC), para coordenar o Programa na escola, deve ser escolhido pela equipe docente e indicado pela direção escolar. Destarte, “[...] Nesse sentido, o processo de formação desses sujeitos parece ser fundamental para a coesão e sintonia do trabalho” (BRASIL, 2010, p. 74).

Especificamente sobre as atividades de Cultura e Artes, tem-se:

A Escola Integrada procura integrar-se aos espaços culturais da cidade, criando possibilidades para que as crianças, os jovens e os adolescentes possam ter acesso aos espaços culturais de Belo Horizonte, sejam os localizados nos próprios bairros, 77 como os Centros Culturais e Pontos de Cultura, como os que são referência cultural, como o Palácio das Artes e o Museu Inhotim. (BRASIL, 2010, pp. 76-77)

Nessa concepção de uma cidade educadora, é preciso uma rede de parcerias para que as atividades culturais se desenvolvam tranquilamente, pois o Programa Escola Integrada ultrapassa os muros das escolas – a intersetorialidade deve ocorrer verdadeiramente.

Resende (2012), reafirmando a centralidade da escola, a aponta como o local estratégico para se efetivar um projeto de comunidade educadora, pois visa a uma educação formal, agregando crianças e adolescentes dos arredores da instituição, e possibilita construir redes educativas, para além da escola. Conforme suas anotações:

Desta forma, a escola se coloca e se reafirma como instituição central no processo formativo da cidade na medida em que apresenta estrutura que possibilita articular os serviços e instituições educativas formais e informais, bem como os diversos atores sociais que podem contribuir com a educação das crianças e jovens do município. Isto porque a instituição escolar é o equipamento público mais próximo e presente no cotidiano das comunidades, visto que está em constante contato com os alunos e seus familiares, por meio do diálogo que possibilita a prática educativa e, no caso das escolas municipais de Belo Horizonte, a partir do incentivo à participação proposta pela gestão democrática. (RESENDE, 2012, pp. 75-76)

O estudo de Resende (2012), apresentando a implementação do Programa Escola Integrada em uma escola da rede municipal de Belo Horizonte, analisando também sua estrutura e funcionamento, permitiu à autora observar uma resistência e um desconhecimento do grupo de professores em relação ao Programa e também a distância entre o ensino regular da escola e as atividades do tempo ampliado.

Os espaços utilizados para desenvolver as atividades são mapeados e contratados pela escola com o aval técnico e jurídico da Prefeitura de Belo Horizonte, denotando, assim, parcial autonomia da instituição. Esses espaços devem estar próximos da escola para facilitar o trânsito dos alunos e garantir uma identidade comunitária e local. A pesquisadora, discorrendo sobre as características e o histórico do Programa na cidade, acrescenta ainda informações relativas ao Programa, de agosto de 2011:

De acordo com dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, o Programa Escola Integrada, atende em horário ampliado, a um público de 38.438 alunos do ensino fundamental que estudam em 143 escolas do Município, o que corresponde a um atendimento de 75% das escolas municipais de Belo Horizonte e conta com o trabalho de 1.009 monitores de oficinas, 606 bolsistas de extensão e 122 jovens aprendizes. (RESENDE, 2012, p. 32)

As atividades culturais oferecidas e desenvolvidas na escola em que foi realizada a pesquisa de Resende (2012) são: artesanato, percussão, jornal e rádio, teatro e dança. Ao falar sobre a atividade de percussão, a vice-diretora escolar avalia que as oficinas devem dispor de mais estrutura para atrair o público adolescente e de acordo com a coordenadora do PEI na escola:

A oficina de percussão foi escolhida para atrair o público adolescente, embora seja ofertada em dois horários contemplando os alunos menores e maiores. O oficineiro pertence à comunidade e é reconhecido por esta no trabalho com projetos que envolvem a musicalização. Conforme a coordenadora do PEI na escola, a oficina de percussão atrai os estudantes maiores e desperta o interesse de grande parte dos alunos, no entanto a oficina não dispõe ainda de instrumentos, sendo executada com pedaços de cabo de vassoura no chão. (RESENDE, 2012, p. 91)

Uma dificuldade revelada neste trabalho é que os profissionais envolvidos no desenvolvimento das atividades, culturais ou não, que compõem a ampliação da jornada escolar não se encontram com os professores do ensino regular da escola no momento de organização das oficinas – não há integração. Essa distância dos dois “territórios sociais”, onde acontecem o turno regular e as atividades complementares, dificulta a interação entre os atores envolvidos com os alunos. Embora percebendo clima favorável e motivação para realização das atividades, Resende, em seu estudo de caso, faz a seguinte anotação:

Na organização das oficinas observa-se um clima favorável ao trabalho e grande motivação na realização das atividades propostas. No entanto parece haver um “vácuo” entre a organização da escola regular e as atividades complementares propostas pelo PEI que é reforçado pela distância física do local onde ocorrem as atividades complementares (CAEI), pela falta de contato dos professores lotados na escola com este espaço e pela inexistência de encontros que envolvam os profissionais que trabalham no ensino regular e os profissionais das atividades complementares. Estes encontros seriam importantes para possibilitar o conhecimento do trabalho de cada profissional, permitir a troca de experiências, o debate e a construção comum. (RESENDE, 2012, p. 94)

O mesmo ocorre na Escola A, não necessariamente quanto à distância local, mas quanto à questão pedagógica, ao planejamento conjunto das atividades observando para uma avaliação do alunado de forma global, como já registramos anteriormente na seção 4 do capítulo um.

Também como ocorreu em Juiz de Fora, a Secretaria Municipal de Educação da capital mineira aderiu ao Programa Mais Educação, em 2010, incorporando seus pressupostos e possibilidades ao PEI. Segundo Rezende (2012, p. 34), “[...] Este Programa federal segue alguns eixos norteadores semelhantes à Escola Integrada

de Belo Horizonte, prevendo uma ampliação do tempo escolar, por meio de parcerias e ações intersetoriais”.

A Escola Pública Integrada (EPI) é outra experiência de jornada escolar ampliada, implementada pela rede municipal de Blumenau/SC, interessante para nossa pesquisa. Pires (2007) traz em sua pesquisa o registro das percepções de especialistas e professores da rede municipal de Blumenau sobre a Educação Pública Integrada (EPI) e, na seção 4, explana sobre o Programa Mais Educação, o que nos interessa para compreender a dinâmica dessa rede da região sul e também para dialogar com as percepções encontradas em nossa pesquisa na Escola A.

De acordo com a orientação para a implementação do Projeto Educação Pública Integrada e a organização curricular das escolas do Estado de Santa Catarina, tem-se:

O Projeto EPI orienta que [...] o currículo escolar preveja os espaços físicos para a realização das atividades de lazer, de desenvolvimento artístico, cultural, esportivo, de acesso às tecnologias e da prática social e cidadã. Além disso, sugere que se evite o contra-turno distribuindo as disciplinas tradicionais em um turno e disciplinas diversificadas em outro, ou seja, sugere a construção de um currículo integrado cujas disciplinas sejam intercaladas ao longo do dia. (PIRES, 2007, p. 33)

Esta orientação difere da dinâmica estabelecida na Escola A, onde as atividades culturais acontecem no período de ampliação da jornada, não integradas às disciplinas tradicionais do ensino regular, de forma intracurricular. Mas, conforme registra a pesquisadora, na prática, é difícil concretizar a matriz curricular integrada entre as escolas com EPI devido à não oficialização da nomenclatura das disciplinas de um currículo diversificado, pois cada escola criava e nomeava as disciplinas do núcleo diversificado de acordo com suas preferências e contextos e também havia dificuldade de registro no histórico escolar dos alunos que frequentavam a EPI.

Nas cinco escolas de Blumenau/SC – A, B e E iniciaram o Projeto EPI em 2003 e C e D em 2004 – pesquisadas por Pires (2007), foram detectadas algumas dificuldades no desenvolvimento da EPI. Embora tratando dos anos iniciais, de acordo com três entrevistas realizadas, por exemplo, na Escola D sobre a necessidade de utilizar metodologias variadas e técnicas inovadoras para trabalhar com os alunos, um respondente registrou que “[...] O professor deve estar vinculado

com a turma de maneira integral e deve possuir habilitação e habilidades específicas para o trabalho na EPI” (D1 na entrevista, apêndice 16, apud PIRES, 2007, p. 62).

Outras dificuldades são o deslocamento da educação primária da família para a escola, a precariedade da efetivação por causa da insuficiência de espaço físico e salas ambientes, o currículo integrado, que é cansativo para a criança, a falta de estrutura tecnológica, o espaço físico sem condições para estadia do aluno em tempo integral (faltam salas adequadas, espaço coberto para recreação) (PIRES, 2007).

A Escola E, de acordo com o registro de Pires (2007), é a única que ampliou a jornada escolar no ensino fundamental para todas as turmas de alunos que a frequentam desde 2003 e mesmo antes da implementação da EPI, evidenciando que os profissionais da escola acreditam na ampliação do tempo para aprendizagens enriquecedoras que contribuem para o progresso do alunado.

A pesquisadora registra também alguns apontamentos de professores das Escolas A e E nos questionários e entrevistas que revelam dificuldades para, de fato, melhorar a qualidade educacional na formação dos alunos (a partir de experiências de ampliação do tempo escolar). Os argumentos deles são que “[...] Não adianta só aumentar o tempo pedagógico, é necessário ter na escola pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas entre outros” (E¹ na entrevista – Apêndice 20 apud PIRES, 2007, p. 150); “[...] Precisamos adequar os espaços para o aproveitamento dos alunos” (A¹ na entrevista – Apêndice 4 apud PIRES, 2007, p. 75) e há também o comentário de que se “[...] Deveria aumentar o tempo para aprender as disciplinas já existentes e não ampliar as disciplinas” (D¹ na entrevista, Apêndice 16 apud PIRES, 2007, p. 82).

Ao longo da pesquisa, embora verificando melhorias durante a implementação do Projeto, há alguns desafios a serem superados, que são as necessidades atuais das referidas escolas com EPI em Blumenau, evidenciados pelas respostas de professores e especialistas: comprometimento dos professores; espaço físico adequado; materiais diversificados e estrutura tecnológica; debates sobre a EPI; alterar o currículo; política pedagógica eficiente; contemplar a proposta curricular de Santa Catarina; definir um perfil para o professor de EPI. Fatos estes que necessitam de ações eficazes para oferecer, na prática, as condições adequadas para uma educação integral para o alunado (PIRES, 2007).

Outra experiência que contribui para o nosso caso em estudo é a apresentada por Penna (2011), a partir de uma pesquisa, realizada desde 2007, sobre as atividades musicais de programas ligados à ampliação da jornada escolar abordando, especificamente, o Programa Mais Educação implementado na rede municipal de João Pessoa.

Inicialmente, Penna (2011) procurou caracterizar as propostas do PME e os mecanismos de sua implantação em João Pessoa, fazer uma análise do papel do monitor que desenvolve atividades no campo da música em escolas públicas e sua formação, discutir limites e contribuições do programa para essa área cultural. Como desdobramento, procurou conhecer e analisar propostas alternativas, nessa modalidade de jornada ampliada, com o objetivo de “[...] Discutir os efeitos dessas propostas sobre o campo de trabalho do educador musical e a prática pedagógica em música na escola de educação básica” (PENNA, 2011, p. 142).

De acordo com a autora, com características aproximadas quanto ao número de alunos atendidos, ao número de turmas atendidas, quanto à formação de turmas e ao formato da Escola A, resguardadas as diferenças sociais e econômicas regionais, tem-se que:

[...] Em cada escola de ensino fundamental municipal que faz parte do programa, são selecionados 110 alunos para o ME: 55 por turno em duas turmas, uma composta por 28 alunos e a outra com 27. Os alunos beneficiados pelo programa são do 2º ao 9º ano e naturalmente de faixas etárias distintas, porém, em cada turno, uma turma abrange os alunos mais novos, do 2º ao 5º ano, e a outra compreende os alunos do 6º ao 9º. São as escolas que fazem a seleção das crianças a participar, orientadas pela coordenação pedagógica. Além dos critérios apontados pelo Ministério da Educação – como desnível idade/série e vulnerabilidade social –, a coordenação do programa na rede municipal acrescenta outros, de acordo com a realidade local: crianças com condição de semiabandono social (pais que trabalham e deixam o filho só) ou com histórico de emprego ou subemprego (atuando assim para a erradicação do trabalho infantil). (PENNA, 2011, p. 146)

Pela apresentação, verifica-se que as escolas municipais de João Pessoa participantes do PME enturmaram os 110 alunos em quatro grupos, pois há duas turmas do ensino regular da manhã e outras duas do turno da tarde, sendo que, em cada turno, há uma turma constituída de alunos dos 6º ao 9º anos. Também corroborando a percepção dos alunos da Escola A, do município de Juiz de Fora,

foco de nossa pesquisa, e discorrendo sobre educação integral, a pesquisadora ressalta que “[...] o programa ME não atende à totalidade dos alunos das escolas participantes, o que consideramos indispensável para ser possível caracterizar, com rigor, tais escolas como escolas de tempo integral” (PENNA, 2011, p. 147).

Quanto à formação das turmas, há uma descentralização por parte da Prefeitura de João Pessoa, pois as escolas têm autonomia para decidir questões como critérios de seleção dos alunos sob orientações da sua coordenação pedagógica, conforme o contexto escolar. Semelhante ao que ocorre no nosso município de Juiz de Fora, a direção escolar pode escolher, obviamente de acordo com o perfil dos alunos e educadores ou pessoas da comunidade, monitores para trabalhar com os alunos selecionados e ao contemplar uma escola com suas ações:

[...] como contrapartida a prefeitura tem que contratar ou então dar uma dobra de carga horária e salarial para um educador da escola para ele ser o coordenador do ME – podem ser dois professores, um para cada turno, ou um só professor para os dois turnos, a depender da escolha da gestão da escola. (PENNA, 2011, p. 146)

A diferença é que, na rede municipal de Juiz de Fora, os professores podem fazer “extensão de carga horária” ou ter algumas aulas de seu cargo destinadas aos projetos do PME – lembrando que alguns já existiam antes da sua implementação. E, ainda em relação à autonomia para planejamento de atividades e seleção dos profissionais, Penna (2011) faz a seguinte anotação:

Na rede municipal de João Pessoa, a descentralização marca a execução do programa ME: é a escola que seleciona tanto os alunos a serem atendidos quanto as atividades a serem oferecidas no contraturno. Além disso, é também na esfera da escola que se realizam tanto o planejamento das atividades quanto a seleção dos monitores. Considerando-se que, por conhecer a escola e a comunidade atendida em sua especificidade, o professor comunitário conhece melhor a realidade – sua dinâmica e suas necessidades –, esse professor tem autonomia para selecionar os monitores, seguindo as orientações da coordenação da secretaria, que dá orientações sobre o perfil do monitor, as competências que ele deve ter. (PENNA, 2011, p. 148)

Entretanto essa descentralização, segundo a autora, é questionada quanto à sua capacidade de garantia de uma seleção criteriosa. O professor comunitário é do

quadro efetivo da escola e, de acordo com a entrevista com o coordenador temático de música cedida para a pesquisadora, é necessário criar uma rede de conexões com a comunidade, e isso implica escolher pessoas da própria comunidade para desenvolver as atividades. Mas, verificando as informações sobre a formação, através da fala de um monitor em entrevista realizada para a pesquisa “Ensino de música em João Pessoa”, e sobre o trabalho com a arte musical – violão e percussão – da “Escola b”, por exemplo, apontou-se que há um questionamento: “[...] até que ponto a seleção se dá conforme a experiência e/ou formação do candidato a monitor e a avaliação de um projeto de trabalho compatível com as ementas das atividades previstas para o programa?” (PENNA, 2011, p. 148).

Selecionado para atuar com percussão, na realidade, dando assistência aos alunos com aulas de violão, o monitor revela que “[...] é justamente isso que falei, são alunos que dão trabalho... eles pegam os mais problemáticos pra gente tentar colocar eles na linha, na linguagem popular, né? (Entrevista com monitor do ME na Escola B)” (apud PENNA, 2011, p. 148). Observando uma das aulas nessa escola, onde o monitor atende a apenas quatro alunos revezando um único violão, a pesquisadora registrou que “[...] O professor não parece mostrar interesse em fazer um trabalho que contemple todos os alunos. Ele presta atenção apenas se o aluno consegue reproduzir o que ele pede, sem atentar para postura, etc.” (PENNA, 2011, p. 149).

Na realidade, o que para nós está bem próximo do que observamos é quanto à falta de pedagogia dos monitores para atuar com os alunos dos 6º ao 9º anos da Escola A, nosso foco de observação, pois, de acordo com os monitores “J” e “M”, de percussão e Grafite:

Sou experiente com esses alunos, trabalho noutra escola com o Mais Educação também. O ritmo ajuda na disciplina... com o tempo vão acostumando e depois dá tudo certo... é assim mesmo, no início é complicado. Já trabalhei com banda no quartel... (“J”, monitor de percussão/fanfarras, entrevista cedida em 05 dez. 2013)

Num dá... os meninos não têm força, habilidade para manusear os spray de tinta... é melhor dá atividade pros maiores que têm mais força e também eles têm problemas de disciplina, num param quietos, entendeu? É difícil controlar eles. (“M”, monitor de Grafite, entrevista cedida em 05 dez. 2013)

Nessa mesma direção, tratando também dessa formação dos profissionais que desenvolvem as atividades do PME, temos os seguintes depoimentos de profissionais na Escola A:

[...] A gente observa aqui, profissionais que não necessariamente são educadores e muitas vezes conseguem alcançar os seus objetivos até melhor do que aquele que teoricamente foi melhor “preparado” pra disciplina. Alguns sim, outros não, como em todo segmento, eu percebo que alguns professores têm uma dificuldade muito grande, uma intolerância muito grande, de entender e aceitar que o ritmo dessas crianças ele é diferente. (“Nina”, professora articuladora de projetos culturais, em entrevista cedida em 03 dez. 2013)

A diretora da Escola A, “Joana”, acrescenta em relação à formação, ao ressarcimento e ao trabalho desenvolvido por monitores em sua escola:

Eu acho muito difícil porque assim, logo que eu entrei, que eu assumi a gestão observando essa situação assim, de monitor, pra pegar uma pessoa que tem disponibilidade às vezes a pessoa não tem a formação, igual na horta, você encontrar uma pessoa que possa tá auxiliando, fazendo esse trabalho, é complicado. Mesmo porque, o valor que se paga, que é simbólico, acho que referente ao almoço, ao vale alimentação e ao vale transporte, uma coisa assim, para o profissional é complicado. É mais difícil você conseguir profissional. O que é bom, é que nós aqui na Prefeitura de Juiz de Fora, a gente pode contar com professores da rede, ou com contratado ou efetivo, a gente colocar uma pessoa pra desenvolver o trabalho porque contar com monitor é mais difícil. (“Joana”, diretora escolar, em entrevista concedida em 03 dez. 2013)

A fala da diretora da instituição converge com os apontamentos que fizemos sobre as dificuldades encontradas para implementação do PME sobre a infrequência dos alunos a partir da falta de profissionais, tratando aqui de registrar que não é fácil encontrar monitores com o conhecimento específico da área na comunidade para atuarem junto aos alunos, embora o questionário aplicado não aponte para essa questão. Nesse sentido, “Joana” assim se expressa:

Se fosse depender só de monitoria no Mais Educação, não funcionaria. Graças a essa brecha aí que tem de poder colocar professor é que funciona, porque é muito complicado de conseguir monitor pra trabalhar nesse horário, é um horário assim que é fora do intermediário, é horário de almoço, já no finalzinho do dia, ou no

“iníciozinho” da tarde, você compromete um dia de trabalho de um profissional. Então fica difícil conseguir alguém que tem essa disponibilidade. [...] Na parte cultural, eu tenho o da fanfarra, o do grafite, tinha aquele de projeto leitura lá com o “MF”, agora ele saiu. As pessoas saem até mesmo porque vão buscar outras oportunidades, outra oportunidade de emprego, precisa sobreviver mesmo, né? Não dá pra ficar só fazendo um trabalho assim de bico, né? (“Joana”, diretora escolar, em entrevista concedida em 03 dez. 2013)

E, retomando a pesquisa realizada na rede municipal de João Pessoa, há uma discussão no texto de Penna (2011) sobre a sustentação do Programa diante da atuação dos voluntários, pois o PME é uma estratégia válida para ampliar a jornada escolar, mas, para a pesquisadora, a base de sua implantação seria a expansão do quadro do magistério nas escolas públicas brasileiras:

A articulação com a comunidade é sem dúvida enriquecedora, e a possibilidade de atuação, em práticas educativas na escola, de membros da comunidade com significativa atuação em suas áreas merece ser apoiada e incentivada. No entanto, sustentar uma jornada escolar ampliada em que a metade de sua carga horária e de suas atividades está a cargo de “monitores” voluntários é um artifício que só pode ser aceito como etapa intermediária para uma real expansão das redes públicas, em número e qualidade dos profissionais de seus quadros. (PENNA, 2011, p. 151)

A autora conclui que “[...] as propostas do Mais Educação podem, por um lado, gerar oportunidades de expandir a presença da música nas escolas. Mas isso não pode ser feito a qualquer preço...” (PENNA, 2011, p. 150), pois, na sua visão, isso desprestigia o profissional da área e desvaloriza sua formação pedagógica.

Corroborando a conclusão exposta, segundo Reis & Lobato (2012, p. 3), tratando das “[...] limitações do fato de se tratar de um programa e ainda não ter consolidado uma política pública”, numa crítica ao ensino de Artes no Programa Mais Educação, e relatando a sua atuação como monitoras, comentam os problemas e as poucas soluções:

As práticas pedagógicas em Arte precisam ser ressignificadas, mas nossa postura como sujeitos de um contexto social também. Como professores, precisamos nos perceber enquanto seres que dialogam com as possibilidades que o meio oferece, sempre observando os alunos, suas necessidades e anseios, metaforizando seus contextos sociais e individuais a cada aula. [...] Antes de termos práticas em

sala de aula, considerávamos que todos os problemas educacionais eram exageradamente exaltados, mas, ao vivenciar situações no Projeto *Mais Educação*, tivemos certeza de que os problemas ultrapassam barreiras econômicas e sociais. São educadores que não educam, são famílias que não cumprem seus papéis básicos de familiares, são crianças e jovens com valores invertidos, são gestores que não se engajam em suas obrigações, é o descaso público, é a má formação acadêmica, enfim, são muitos problemas e poucas soluções. Raras vezes presenciamos momentos de aprendizagem fortuita, de solidariedade e compreensão. (REIS & LOBATO, 2012, p. 3)

Compreendendo essas experiências e seus diferentes formatos de implementação do PME nas redes municipais acima referenciadas – uma da região sudeste, outra da região sul e ainda outra da região nordeste –, verificamos situações muito próximas ao que ocorre na rede municipal de Juiz de Fora e, em específico, na Escola A, como a quantidade de alunos atendidos pelo PME, o perfil desse alunado, uma descentralização que dá autonomia para organização das atividades e para seleção dos professores e monitores, dificuldades de entrosamento entre os professores do ensino regular e os monitores do Programa, um distanciamento pedagógico, conseqüentemente. Mesmo porque se trata de um programa nacional para ampliar a jornada nas escolas públicas do país, considerando a flexibilidade de desenvolvimento das atividades e autonomia em cada região ao se fazer a adesão junto ao MEC, face aos seus contextos diferenciados, limites e possibilidades. Ao discorrer historicamente sobre programas federais e de outras esferas de Governo brasileiro em que há propostas de ampliação de jornada para aprendizagens, como a Escola Integrada de Belo Horizonte, Silva (2013) afirma: “[...] Nessas experiências não verificamos nenhuma preocupação com aspectos estruturais da escola pública, somente preocupações com as inovações referentes a metodologias de intervenção”.

Na próxima seção, serão tratados os principais desafios e obstáculos na implementação do macrocampo na Escola A, discorrendo-se, principalmente, sobre a infrequência dos alunos.

2.2 A infrequência nas atividades do Macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial na Escola A

Articular a implementação da proposta do Programa Mais Educação, conforme já mencionado, com a intersectoriedade registrada no objetivo do Programa Mais Educação, que busca promover nas escolas brasileiras a educação de tempo integral nas diferentes modalidades de ampliação de tempos e espaços educativos, não é tarefa simples. Através desse estudo de caso, especificamente na Escola A da rede municipal de Juiz de Fora, verificamos que o alto índice de infrequência dos alunos dos anos finais nas atividades do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial é um entrave preocupante e um desafio para a direção escolar.

O motivo que leva esses alunos a não participarem das aulas do PME, conforme verificado através da aplicação de um questionário são: a colaboração com os pais nas tarefas e afazeres de casa, o fato de haver atividades mais interessantes em outros locais da comunidade, a não composição da nota dos alunos no histórico escolar, o desgosto pelas oficinas culturais que a escola oferece e também o fato de os pais não os deixarem ficar muito tempo fora de casa. O que analisamos, diante da maioria das motivações apresentadas, é que a infrequência, nas atividades culturais, para 25 dos 50 estudantes respondentes, não está relacionada ao desinteresse do próprio alunado, e sim à vontade ou necessidade de outra pessoa, principalmente dos responsáveis.

As dificuldades encontradas, conforme já registrado, nos remetem aos desafios que os gestores e suas equipes pedagógicas, bem como o executivo municipal através de sua Secretaria de Educação precisam enfrentar. Os problemas enfrentados pela Escola A não são diferentes em relação à organização e desenvolvimento das atividades, mas a infrequência dos alunos dos anos finais nas atividades do PME, como já salientamos, tornou-se nossa maior preocupação.

Os fragmentos de transcrições de entrevistas realizadas complementam as considerações sobre a organização, estrutura e funcionamento da escola em termos da ampliação do tempo do aluno no contexto escolar a partir da política pública em foco. O formato do PME, a reorganização da escola para desenvolver suas atividades e o que havia antes de sua implantação são registrados a seguir:

Esse formato, por exemplo, de ficar na hora do almoço, essa extensão de carga horária do aluno, isso é complicado porque algumas escolas, quem vai fazer a merenda, mexe com tudo e com todos, olha só o trabalho... com os próprios monitores, se tivesse alguém mesmo da comunidade trabalhando ou o próprio professor, ficar alguém pra vigiar os alunos que estão saindo, que estão chegando, é trabalho. Outra coisa é que a escola tem que arrumar outra pessoa pra ficar com eles certo tempo porque o professor já acabou o tempo dele. É verdade. E coisa que eu acho também que é difícil, assim, que na verdade, igual a gente falou, no início, já existia uma pessoa, quer dizer, já existiam os projetos, já existiam as pessoas que coordenavam, que era coordenador na verdade, diretores já estavam nessa função. ... Mas isso é difícil.

(“Maria”, Técnica educacional - Setor de Supervisão e Monitoramento de Projetos, DEAP - entrevista concedida em 16 out. 2013)

Nesta fala de “Maria”, temos praticamente registradas todas as dificuldades de ordem organizacional e operacional. Fica clara a urgência em se encontrar soluções para melhorar a dinâmica das atividades do referido Programa, mesmo não tratando especificamente do macrocampo em estudo.

Em entrevista com a ex-chefe de Setor de Supervisão de Avaliação e Monitoramento de Projetos, junto ao Departamento de Ações Pedagógicas (DAP) – período de 2009 a 2012 –, registramos o seguinte comentário com referência às atividades culturais no currículo da rede municipal de ensino:

O nosso currículo da rede municipal, tem lá a parte de arte, com todas as linguagens da arte, dança, música, né? Artes plásticas, né, então tem uma orientação pedagógica para o ensino da arte na escola e, de alguma forma, esses projetos todos precisam acompanhar essa orientação. Não é qualquer proposta de teatro, é uma proposta de teatro que a rede defende, que a rede acredita e aí, o que que acontece? Tendo em vista essa orientação, a gente tem o cadastro de professores. Claro, porque o projeto é da escola. O “mais educação” trabalha com essa perspectiva de uma concepção de educação em tempo integral, então, o tempo integral não é só aquele tempo do projeto, é o tempo todo que o aluno está na escola.

(“Moralina”, ex-chefe do Setor de Supervisão de Avaliação e Monitoramento de Projetos, junto ao Departamento de Ações Pedagógicas (DAP) no período de 2009 a 2012, em entrevista concedida em 16 out. 2013)

Entraves são mencionados na fala de “Maria” e de “Moralina”. Percebemos, em alguns trechos transcritos das falas das profissionais da Secretaria da Educação, certa consonância com os discursos oficiais na medida em que apontam o PME

como um trabalho com a perspectiva de uma educação integral, possibilitando ampliar os conhecimentos dos alunos e conduzir as escolas para uma nova organização e mudança de concepção pedagógica, mas que, em grande parte representam exatamente a dinâmica institucionalizada como podemos compreender a partir das entrevistas realizadas com atores na Escola A.

Consideramos que é importante e optamos por registrar toda a resposta dos entrevistados para não haver fragmentação e não prejudicar a interpretação das falas. Ao ser perguntado à diretora “Joana” sobre a organização de tempos e espaços e quais as atividades do PME desenvolvidas, ela responde aproveitando para falar do absenteísmo de profissionais, acrescentando que, quando não há professores/monitores, reconduz os alunos para os projetos culturais que já são desenvolvidas na escola:

Olha, utilizamos os espaços externos, quadra coberta, quadra descoberta, salas de aula, nós trabalhamos com o projeto de percussão, que desenvolve a fanfarra no sentido até de atender os alunos de faixa etária maiores, séries finais, temos futsal, violão, agora tem fanfarra/percussão, o projeto de horta, que é o educação ambiental, que teve essa mudança, e tem o obrigatório aquele macrocampo do acompanhamento pedagógico, que são os laboratórios de aprendizagem. Por falta de monitor ou de professor para atender os alunos, o dia a dia é complicado, a gente utiliza às vezes teatro, leitura, por conta de às vezes ter, ou falta ou não tem o monitor naquele momento, então a gente vai reconduzir o aluno pra ele ter essa disciplina, essa frequência, esse tempo na escola, porque se ele não tem, eu não posso mandar ele embora, então ele fica e a gente realoca em outros projetos naquele momento.

(“Joana”, diretora escolar da Escola A, em entrevista concedida em 03 dez. 2013)

Tratando especificamente da frequência e da motivação ou justificativa pela ausência dos alunos dos anos finais para participar das atividades do PME oferecidas pela referida escola, Joana afirma:

Olha, nós temos 100 alunos inscritos, com os pais assinando o termo de responsabilidade, e a gente tem uma média de 70 alunos frequentes e alternados, a gente gostaria muito que esses meninos viessem muito mais, que fosse sempre, que tivesse uma frequência constante mas ainda há algum problema, a gente busca ver se o interesse pelo curso, pelo projeto que tá oferecendo, a gente tenta ver qual que é o perfil. Os menores, alunos das séries iniciais, do terceiro ano até o sexto ano, ainda vêm muito mais do que as séries

finais, o sétimo, oitavo, o nono ano então, é mais gritante, mais difícil de trazer esses meninos pra escola.

Olha, às vezes é porque fala assim, eu tenho que ir em casa porque tem que ficar com outro irmão, tem que cuidar da casa, ou não pode voltar, porque às vezes é longe, não tem vale transporte pra poder estar voltando ou falta de interesse também, ‘ah não gosto de prática esportiva’, ‘ah, não gosto de atividade cultural’, não quer fazer laboratório de aprendizagem, né. Então, assim, são vários os fatores que levam e também às vezes a falta, a gente tenta colocar ele em outra atividade porque, justamente isso, quando há falta... é o problema, o desmotivado, o fato de não ter ali alguém pra suprir aquele tempo... se faltar professor, se não tiver outro pra colocar, aí é mais difícil de você ter ele na outra semana. (“Joana”, diretora escolar, em entrevista concedida em 03 dez. 2013)

A diretora acrescenta que é uma dificuldade não ter no horário de entrada “[...] pessoal suficiente pra conduzir esses meninos, o horário que eles já chegam, se der um descuido, dispersam, chega a dar certo tumulto se não tiver um pra articular, estar levando cada turma pro seu lugar”. Relata que, às vezes, pede a uma funcionária da limpeza para ajudar, diz que “[...] então ela tá ali, ela sempre apoia, já conhece os alunos, ela me ajuda, me auxilia nisso, mas não é função dela” (“Joana”, diretora escolar, em entrevista concedida em 03 de dezembro de 2013).

Em relação à aplicação da Lei do Piso, no que se refere a um terço de atividades extraclasse para o professor, Joana pensa que há necessidade de se ampliar o quadro de profissionais para atuarem na escola e também no PME.

Para não ser redundante repetindo o que respondeu a diretora escolar, registramos poucas falas de “Nina”, professora articuladora de projetos culturais na Escola A, que têm convergência com as respostas dos alunos ao questionário aplicado:

A infrequência? Ah... são dos anos finais, a partir do sétimo ano a gente já começa a sentir um pouquinho de dificuldade em mantê-los, eles caminham muito bem a partir do quarto, terceiro, quinto, vai muito bem, sexto também, mas, no sétimo, a gente começa a perceber uma evasão maior. A escola aqui, ela tem uma tradição muito forte das oficinas que já tinham, que já aconteciam, e essa cultura de ser facultativa, as crianças escolhiam as oficinas. Então, nosso maior desafio é fazer com que essas crianças entendam que o “Mais Educação” não é facultativo, não pode frequentar a oficina que ele quiser, ou o dia e o horário que ele quiser, ele tem uma carga horária pra ser cumprida, tão importante como a carga horária do período regular. Então, o nosso desafio é essa compreensão junto à família e junto à própria criança. E a frequência, porque eu acho que,

a partir do momento que tem uma adesão maior, as turmas mais cheias, existe uma motivação maior, a tendência é eles acharem, uma coisa é você ter uma turma pequenininha com pouquíssimos alunos e você ter uma oficina mais lotada, o trabalho fica mais dinâmico, isso atrai mais as crianças.

(“Nina”, professora articuladora de projetos, em entrevista concedida em 03 Dez. 2013)

Os discursos oficiais não mencionam ou preveem essas dificuldades sobre a infrequência dos alunos encontradas no processo de implementação do PME conforme registramos a partir das entrevistas com os profissionais que atuam diretamente no contexto da Escola A. E é mesmo na escola que amplia o tempo para atender o mínimo de sete horas que teremos a compreensão do que essa falta de participação dos alunos significa. Há que se fazer um monitoramento constante, verificando as necessidades diárias para a realização das atividades e, principalmente, o interesse apontado pelos alunos dos anos finais do ensino fundamental.

Segundo Weiss (2012), é muito bom entendermos um determinado programa, atentarmos com mais firmeza para ele; conhecê-lo concede condições ao avaliador de desenvolver uma ideia melhor, um sentido dos temas a abordar, de formular perguntas, de compreender melhor os dados ou novas informações, de identificar as evidências positivas ou negativas no processo, de fazer recomendações práticas, exequíveis e politicamente aceitáveis, de elaborar relatórios sobre sua administração, o que havia ou não em sua proposta, como se desenvolveu e em que condições, levando em conta as suas características exclusivas.

Buscar informações sobre a problemática do programa, pesquisar fontes interessantes, avaliar previamente – lendo relatórios de programas semelhantes, conversar com pessoas (diretores, professores - profissionais da área), verificar informações com os sindicatos são recursos para um avaliador adquirir o conhecimento necessário para fazer uma boa avaliação. Embora se tratando de currículos educacionais, é possível estabelecer diferenças entre avaliação formativa e somativa:

Uma avaliação formativa produz informações que retornam na forma de feedback durante o desenvolvimento de um currículo, para ajudar a melhorá-lo. Serve às necessidades dos encarregados da formação. Por sua vez, a avaliação somativa é feita depois que o currículo já foi

desenvolvido. Fornece informações sobre a eficácia do currículo para aqueles que tomam as decisões, e que estão considerando adotá-lo em suas escolas. (WEISS, 2012, p. 40)

E podemos adaptá-lo a outros tipos de programas, como o Programa Mais Educação, conforme a seguinte concepção:

As avaliações formativas são projetadas para atender aos que estão desenvolvendo projetos nas fases iniciais. A ênfase é no retorno de informações aos formadores, com vista a melhorar o produto final. Por outro lado, a avaliação somativa visa às decisões sobre continuar ou terminar um programa, expandi-lo para outras locais ou fazer cortes nele. (WEISS, 2012, p. 41)

O manancial de boas intenções dos discursos oficiais em favor do Programa Mais Educação faz parte de uma cultura que, a nosso ver, remodela o poder dos pais, delegando-se ao Estado a manutenção da ordem e da educação dos filhos das camadas sociais menos favorecidas. Nesse sentido é necessário o tempo todo investigar como vem ocorrendo sua implementação para subsidiar uma avaliação condizente com a realidade. A esse respeito, Weiss (2012) discorre:

Boa parte da avaliação é feita através de resultados de investigação sem muita atenção aos caminhos pelos quais foram produzidos. Mas a avaliação vem sendo cada vez mais exigida não apenas para responder à pergunta “O programa funcionou?”, mas também “O que o fez funcionar? Por que teve êxito ou não?”, e ainda “Como podemos melhorá-lo?”. Para darmos uma contribuição considerável a esta discussão, é proveitoso que a avaliadora compreenda — e investigue — a teoria explícita ou implícita do programa. (WEISS, 2012, p. 51)

E, numa ótica diferenciada dessa compreensão propagada oficialmente do PME, deve-se verificar no interior das escolas, na prática, a ocorrência das atividades desse macrocampo, qual a avaliação que se faz da Arte, permeando o currículo escolar – como complementação (atividades complementares) de ensino ou como parte integrante, empreendendo valores, tal como acontece em outras disciplinas mais tradicionais.

É evidente que muito se pode e se deve fazer para que os problemas encontrados sejam minimizados e/ou completamente resolvidos a partir de decisões

políticas da administração do município. Para tal objetivo, há de haver um empenho em “unir forças”, promovendo uma conexão intersetorial entre as secretarias afins. E a tarefa de estabelecer parcerias interessadas e comprometidas com a resolução dos entraves apresentados, principalmente o de dar continuidade a uma política pública implementada em administração anterior, e mesmo a disposição/empreendimento de planejar política pública para permanecer por maior período que o do mandato, não constitui uma prática dos governos.

Mas me cabe enquanto proponente de um plano de intervenção educacional para solucionar os problemas encontrados, indicar ações para resolver um dos entraves que consideramos preocupante que é a infrequência dos alunos dos anos finais nas atividades culturais do PME.

Corroborando as teorias de programas (WEISS, pp. 56-75) para conhecer e direcionar uma avaliação durante e após a implementação da política de ampliação do tempo escolar na “Escola A” em função do Programa Mais Educação, é importante lembrar:

Avaliação é o julgamento sistemático das operações e/ou dos resultados de um programa, comparado com um conjunto de padrões explícitos ou implícitos, como um meio de contribuir para o aperfeiçoamento desse programa ou política. (WEISS, 2012, p. 7)

Tratando das políticas de formação básica e de formação de gestão escolar, Rodrigues et al. (2012) analisam criticamente e consideram dois aspectos no PME: uma proposta social democrata e socialista, “uma mistura ambígua”, e as “limitações do fato de se tratar de um programa e ainda não ter consolidado uma política pública”. Em relação ao segundo aspecto, mencionam:

A ideia controversa se refere ao fato de que por não se tratar de uma política pública de educação em tempo integral faz com que dentro de uma escola existam alunos não atendidos pelo programa, gerando, por conseguinte, uma exclusão. Essa situação é, no mínimo, controversa em se tratando de um sistema público de ensino. Como o foco é nas famílias de mais baixa renda, a impressão é de que, enquanto política de assistência social, funciona corretamente, mas a controvérsia é o fato dela estar dentro da escola. Cria, inclusive, duas instâncias de gestão dentro da escola, seguindo, dessa forma, a lógica de projetos sociais desenvolvidos por organizações não-governamentais e empresariais. [...] Assim, mesmo reconhecendo seu caráter inovador e indutor o maior desafio

é se tornar uma política e atender a todo o sistema público de educação brasileiro. (RODRIGUES et al, 2013, p. 13)

A partir dessas considerações referenciadas, vale o apontamento de que uma grande aliada da escola é a comunidade onde ela está inserida. A relação estabelecida entre a instituição e as famílias de seu alunado poderá auxiliá-la na solução de alguns entraves encontrados. São duas instituições fundamentais que contribuem para a evolução de crianças e adolescentes. São agências educativas muito importantes para o progresso de todos. E ambas as instituições podem atuar como propulsora e/ou inibidora de aprendizagens e do seu crescimento físico, intelectual e social. Nesse sentido, Polônia e Dessen (2005) destacam:

A escola constitui-se um contexto no qual as crianças investem seu tempo, envolvem-se em atividades diferenciadas ligadas às tarefas formais (pesquisa, leitura dirigida, por ex.) e aos espaços informais de aprendizagem (hora do recreio, excursões, atividades de lazer). Neste ambiente, o atendimento às necessidades cognitivas, psicológicas, sociais e culturais da criança é realizado de uma maneira mais estruturada e pedagógica que no ambiente de casa. (POLONIA & DESSEN, 2005, p. 304)

Essas duas instituições têm funções específicas e se complementam. O que não se pode deixar de perceber são os seus limites, suas fronteiras. Há uma relação de interdependência enquanto sistemas e ambas cumprem e possuem um papel social. É o que consideram Oliveira e Marinho-Araújo (2010):

A divergência entre escola e família está na tarefa de ensinar, sendo que a primeira tem a função de favorecer a aprendizagem dos conhecimentos construídos socialmente em determinado momento histórico, de ampliar as possibilidades de convivência social e, ainda, de legitimar uma ordem social, enquanto a segunda tem a tarefa de promover a socialização das crianças, incluindo o aprendizado de padrões comportamentais, atitudes e valores aceitos pela sociedade. (OLIVEIRA & MARINHO-ARAÚJO, 2010, s/p)

Há uma questão social envolvida na acepção que as pessoas têm das famílias em relação à escola, principalmente se essas famílias são das camadas populares. Normalmente, aquelas famílias que não se enquadram num perfil pensado pelos profissionais educadores, ou seja, que não estão de acordo com o

desejado pela escola, são consideradas responsáveis pelos fracassos, pelas dificuldades encontradas pelos seus filhos nas instituições.

Assim, a influência da família na vida escolar dos filhos é uma variável que deve ser considerada. Embora muitas vezes seja apontada como responsável pelo fracasso da criança na aprendizagem formal que a escola oferece, a sua contribuição é inegável.

Na Escola A, no momento da organização de turmas e atividades do PME, no início do ano letivo ou do segundo semestre, quando acontece alguma alteração em função da escolha anual ocorrida no mês de maio junto ao Simec, conforme já registramos, os responsáveis são chamados à escola. Esse contato pessoal é importante porque o/a responsável pelo aluno selecionado para participar do PME recebe orientações sobre o funcionamento das atividades diariamente, horário e importância da participação, recebe um documento com as mesmas informações e assina um termo de compromisso, no qual concorda com o formato do PME e se responsabiliza em acompanhar a assiduidade do/s filho/s nas referidas atividades.

Verificando as motivações apresentadas pelos alunos e vivenciando a maneira como se desenvolvem as atividades do PME, nota-se, em relação à infrequência constatada, que esses acordos travados a partir do termo de compromisso não estão sendo cumpridos. Embora esteja claro para os responsáveis que um dos critérios para seleção dos estudantes seja a obrigação de a família estar incluída no cadastro do Programa Bolsa Família, ainda assim, com o tempo, vão desmantelando a ideia de obrigatoriedade.

Além disso, vivenciamos na dinâmica educacional nos últimos anos que, à medida que os alunos avançam nos anos/séries escolares ou ciclos de aprendizagem, é constatada a menor presença dos pais nas reuniões e eventos que as instituições promovem. Isso se percebe e se verifica, na Escola A, a partir das listas de presenças que são passadas durante reuniões para entrega de boletins no final de cada semestre, por exemplo. Há maior participação e comparecimento na escola enquanto os filhos estão nas séries/anos iniciais. Como o nosso caso envolve os alunos dos anos finais, não podemos deixar de registrar essa observação.

Consideramos que também o fato transmitido pelos alunos aos seus pais de que participar das atividades do PME não confere notas, pontuação em seus boletins, encerra na ideia de que não fará diferença quanto ao condicionamento de pagamento/recebimento da bolsa-família. Afinal, não há uma ação conjunta da

coordenação pedagógica e da coordenação de projetos quanto à frequência dos alunos. As ações para combater as ausências dos alunos são realizadas em separado, mesmo porque a referência que as famílias têm para tratar de assuntos relacionados aos seus filhos na escola é a coordenação pedagógica, como, por exemplo, quando precisam entregar um atestado médico para justificar faltas nas aulas regulares, principalmente quando participante de programa social como o Bolsa Família.

Podemos inferir ainda que a falta de obrigatoriedade de frequentar as atividades culturais sugere aos alunos que elas não têm importância na sua escolarização, que, como suas ausências não são computadas ou incluídas no boletim escolar, não fazem parte de seu enriquecimento cultural e/ou escolar. Nossa percepção é de que também o fato de o PME não ser oferecido ao universo total de alunos (1.150, segundo semestre de 2014) que a Escola A atende pode influenciar no entendimento dos alunos sobre a importância das atividades culturais no currículo escolar. Nessa direção, a expressão “Mais Educação” – referência ao nome do Programa e constantemente citada pelos corredores e em todo o contexto que envolve a instituição – adquire semanticamente um caráter negativo, já que é uma minoria que está inscrita para participar. Revela-nos, assim, a necessidade de uma ação interventiva para conscientizá-los de que essas atividades estão sendo desenvolvidas em seu favor e não o contrário.

Na realidade, existe um movimento de não responsabilidade compartilhada pelo fracasso escolar. Nem a família nem a escola se consideram culpadas e, ao mesmo tempo, há um velado enfrentamento entre elas. Por um lado, os professores afirmam que a escola sempre está aberta para a participação das famílias, que devem se mostrar interessadas na educação dos filhos; por outro lado, as famílias não se consideram capazes de promover o sucesso na escolarização de seus filhos. Uma relação de parceria entre a família e a escola deve ser construída, e, devido à formação específica dos professores, a aproximação e a melhora nas relações estabelecidas devem ser iniciadas, de preferência, pela escola (OLIVEIRA & MARINHO-ARAÚJO, 2010).

Nessa direção, o papel do gestor é estabelecer, juntamente com sua equipe, uma boa relação da escola com a comunidade. As ações de aproximação e sua disposição em propiciar momentos de interação efetiva com os pais fazem diferença. Para não haver distanciamento entre estas duas agências de aprendizagem, há que

se ter um olhar numa perspectiva mais humana, contextualizada, compreendendo de fato as dificuldades e culturas locais.

Embasando-nos em estudos realizados para análise da implementação do Macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial do Programa Mais Educação, referenciando algumas experiências e dialogando com as entrevistas realizadas sobre o formato e a infrequência dos participantes do Programa neste capítulo, e a partir da descrição da organização e do funcionamento registrados no capítulo um, especificamente da Escola A, no capítulo final, será apresentada, portanto, a proposta de intervenção para abrir caminhos e possibilidades na perspectiva de resolver ou pelo menos minimizar os problemas de frequência nas atividades culturais, entendendo que esse é um processo em construção.

Nossa intenção e tarefa neste estudo, então, é constituir uma proposta de intervenção para resolver o problema da infrequência dos alunos dos anos finais – especificamente dos 7º, 8º e 9º anos – nas atividades do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial do PME, concentrando-nos no processo e no resultado, ou seja, dando-lhe um caráter formativo e somativo, pois deve haver um acompanhamento ou observação dos resultados ou avanços na vida escolar/escolarização desses alunos.

3 PLANO DE INTERVENÇÃO: ALTERNATIVAS PARA AS ATIVIDADES DO MACROCAMPO CULTURA, ARTES E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Como profissional atuante neste contexto escolar, inevitavelmente, esse caso de gestão nos proporcionou investigar dificuldades que não eram percebidas anteriormente. Assim, a presente dissertação teve por objetivo a compreensão dos motivos para a infrequência dos alunos dos anos finais do ensino fundamental nas atividades do macrocampo observado. Nessa direção, outros elementos do caso em análise foram evidenciados, como características do processo de implementação do Macrocampo Cultura, Artes e Educação patrimonial do Programa Mais Educação na rede municipal de Juiz de Fora. Partindo desses pressupostos, verificou-se que a Escola A possui altos índices de infrequência nas atividades de Artes, Cultura e Educação Patrimonial.

A coleta dos dados foi realizada por meio de análise documental, de entrevistas semiestruturadas realizadas com técnicas da Secretaria de Educação de Juiz de Fora, com a equipe gestora da Escola A, a coordenadora das oficinas culturais, o professor e os monitores de Grafite e Percussão/Fanfarra. Recorremos também a fontes de documentos oficiais e registros fornecidos pela Secretaria Municipal de Juiz de Fora, pelo Portal do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC), pelo Portal do Ministério da Educação (MEC), Portal da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e Portal da Câmara Municipal de Juiz de Fora, como também no portal aberto e gratuito Qedu. No contexto escolar, um estudo qualitativo foi feito a partir da aplicação e análise interpretativa de questionários aplicados aos alunos dos anos finais do ensino fundamental da escola alvo.

No capítulo 2, embasamo-nos em estudos realizados no contexto brasileiro para a análise da implementação do Macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial do Programa Mais Educação na Escola A. Apresentamos e discutimos as experiências de jornada escolar ampliada de Belo Horizonte/MG, Blumenau/SC e João Pessoa/PB, que mostraram vivências relevantes também na área cultural e algumas semelhanças com o caso apontado neste estudo, dialogando com as entrevistas realizadas sobre o formato do Programa e a infrequência dos participantes na Escola A. Com base nas respostas dos questionários, verificamos

variados motivos para as ausências dos alunos às oficinas do macrocampo investigado. A maior parte dos estudantes assumiu que não participa das atividades devido à necessidade de estar em casa nesse horário para auxiliar os pais. A partir da pesquisa, foi feita uma proposta interventiva que visa a melhorar a organização e a dinâmica das atividades, buscando adequação às características do contexto escolar e almejando solucionar a infrequência e/ou aumentar a participação dos alunos dos anos finais no PME.

O presente capítulo pretende apresentar um Plano de Intervenção como proposta de intercessão na realidade estudada. Para solucionar ou pelo menos minimizar a falta ou infrequência dos alunos dos anos finais inscritos no PME, essa proposta de intervenção pedagógica para o desenvolvimento das atividades do macrocampo Cultura, Artes e educação Patrimonial, do Programa Mais Educação, na Escola A, e seus desdobramentos em ações serão descritos mais a seguir.

3.1 O Plano de Intervenção

Este Plano de Intervenção vislumbra aumentar a participação dos alunos dos anos finais nas atividades do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial do PME na Escola A, contribuindo para a conscientização dos familiares dos alunos a respeito do Programa e o aumento do interesse deles pelas atividades culturais. A inclusão das atividades do Programa na jornada escolar tem como objetivo principal melhorar o desempenho educacional dos estudantes e também para contribuir na diminuição da sua ociosidade nas ruas do bairro onde está localizada a escola. Assim, o Plano de Intervenção tem como principal objetivo aproximar a escola da comunidade, acreditando que esse possa ser um caminho viável para solucionar o problema aqui abordado: a infrequência nas oficinas culturais. O Plano aqui apresentado é composto por três ações elaboradas a partir das observações realizadas na dinâmica escolar e da análise dos resultados aos questionários aplicados para os cinquenta e cinco alunos dos anos finais participantes do PME e que foram registradas no capítulo dois.

3.1.1 Inserir atividades que sejam do interesse dos alunos

Uma das dificuldades percebidas na dinâmica da Escola A é que os alunos selecionados para participação no PME são organizados em turmas de acordo apenas com sua faixa etária, sem considerar suas habilidades e seus interesses. Isso não está colaborando para que todos eles estejam satisfeitos com a sua inclusão no Programa; pelo contrário, tem afastado alguns deles, como observado por meio de questionário aplicado. O fato é que não houve uma preocupação por parte da equipe gestora e dos responsáveis pelo desenvolvimento do PME na Escola A, pelo menos inicialmente, com essa questão. A Escola A organiza as turmas de acordo com os anos escolares, conforme já descrito anteriormente, sem que suas preferências sejam levadas em consideração. Todos os alunos selecionados para participar do Programa são automaticamente inscritos nas atividades oferecidas pela instituição, conforme a organização de horários das atividades do PME apresentada no quadro 3¹⁷ do capítulo um. A informação dada aos estudantes é de que precisam participar de todas as atividades, em todos os dias. Cada estudante recebe uma “carteirinha” com horários e atividades em que está inscrito para ser apresentada para o/a funcionário/a responsável pela entrada e saída na escola.

Os critérios estabelecidos pela equipe gestora e coordenação pedagógica para essa seleção, os quais atendem também às recomendações do próprio Programa Mais Educação registradas no seu Manual Operacional, anualmente publicado – defasagem na aprendizagem, participante do Programa Bolsa Família, distorção idade-série, ociosidade e/ou desejo da família – não são suficientes para garantir a permanência dos estudantes na escola participando das atividades¹⁸.

¹⁷ Vale registrar aqui que o referido quadro sofreu alterações para o início de agosto de 2014: a atividade Grafite foi trocada por Desenho (a professora contratada para oficina de Artesanato está atendendo os alunos da turma E, com atividades de Desenho até final de 2014) e por Atletismo para os alunos das turmas C(M) + D, pois o monitor que atuava até Junho saiu para atender uma escola mais próxima de sua residência.

¹⁸ O Manual Operacional de Educação Integral de 2014 recomenda às escolas que estabeleçam critérios claros e transparentes para seleção dos alunos do PME, tais como: (a) Estudantes que apresentam defasagem idade/ano; (b) Estudantes das séries finais da 1ª fase do ensino fundamental (4º e/ou 5º anos), onde existe maior saída espontânea de estudantes na transição para a 2ª fase; (c) Estudantes das séries finais da 2ª fase do ensino fundamental (8º e/ou 9º anos), onde existe um alto índice de abandono após a

Assim, os profissionais atuantes nas atividades culturais, professores e monitores, além da equipe gestora, deverão analisar, ao final de cada ciclo do Programa, o andamento das oficinas, promovendo, se necessário, adaptações na proposta de atividades. Novas oficinas podem substituir aquelas em que não há participação satisfatória, levando em conta, mais uma vez, a opinião dos estudantes. Essa alteração deve acontecer atendendo as orientações do PME, que prevê cada ciclo do Programa com início em agosto e término em junho. Isso será possível respeitando-se a autonomia das escolas para implantar inovações necessárias ao bom andamento das atividades. Acreditamos que essa ação fará com que haja aumento de participação dos alunos.

Portanto, justifica-se organizar as turmas levando em consideração o interesse dos alunos em participar das atividades. Cada turma poderá até mesmo ter alunos com idades variadas, desde que se respeite o interesse demonstrado por eles. A motivação e o interesse são elementos essenciais para o bom andamento de qualquer situação de ensino, e, neste caso específico, em que os alunos não são obrigados a permanecer na escola para a realização das atividades, esses fatores não podem ser ignorados. Ao enturmar os alunos de acordo com sua disposição, a escola demonstra estar atenta e respeitar suas escolhas, o que pode até mesmo levá-la a uma maior aproximação com os estudantes.

Inscriver sistematicamente as opções de atividades que representam o interesse dos alunos dos anos finais é uma estratégia simples, mas que pode trazer resultados relevantes. Essa estratégia pode influenciar de forma positiva a participação dos alunos dos anos finais nas atividades culturais. De acordo com o levantamento feito nesta pesquisa, a partir dos questionários, e registrado anteriormente, as atividades culturais em que esse alunado demonstrou mais interesse são: Capoeira, Desenho e *Hip Hop*. Apenas a atividade Desenho foi inserida em agosto de 2014, em substituição à atividade Grafite para a turma E do PME.

Para implementar essa modificação, durante o mês de julho, há necessidade de a equipe gestora e a coordenação do PME na escola analisarem se e de quais profissionais a Escola A dispõe com os perfis necessários para atenderem às novas

demandas, ou buscar junto à comunidade pessoas com habilidades adequadas e conhecimento na área dispostas a participar. Isso demanda uma grande afinidade entre a escola e a comunidade, tendo em vista que esse possível monitor externo deverá atuar na Escola A durante dez meses letivos, de agosto a junho do ano seguinte.

Caso a escolha realizada confira a professores efetivos ou contratados da própria escola a função, o pagamento a esses profissionais será feito através de extensão de carga horária pela Prefeitura de Juiz de Fora, o que já é previsto pela Prefeitura, conforme exposto no capítulo um. Como já acontece ou aconteceu com algumas atividades do PME, a cada mês, uma planilha com as horas trabalhadas pelo profissional deverá ser encaminhada para o setor de monitoramento da Secretaria de Educação, que, em seguida, encaminhará para o setor de pagamento. Administrativamente, portanto, não haverá alteração.

Não havendo entre os professores alguém interessado em assumir esse compromisso, há necessidade de selecionar monitores da comunidade (entre os pais e/ou responsáveis, estudante da EJA, moradores do bairro e adjacências, membro do colegiado ou outra pessoa com reconhecido trabalho na área) para atuarem nas atividades inseridas na escola através do PME. Os recursos para esse fim são financiados pelo MEC¹⁹, e a forma de seleção de monitores e o ressarcimento pelo tempo por semana dedicado ao acompanhamento dos alunos, de acordo com o número de turmas atendidas por esse monitor, serão os mesmos já praticados pela gestão escolar.

Acreditamos que o fato de os alunos perceberem suas escolhas sendo respeitadas pode influenciar de forma positiva na participação destes estudantes nas atividades culturais.

¹⁹ No Manual Operacional de 2014, para as escolas públicas urbanas, o valor do ressarcimento destinado ao monitor foi alterado, por turma: 1 (R\$80,00) a 5 (R\$400,00) – com aumento subsequente de R\$80,00 a cada nova turma. Para as escolas públicas do campo, o valor do ressarcimento destinado ao monitor, por turma, é o dobro do valor das escolas urbanas – 1 (R\$160,00) a 5 (R\$800,00).

3.1.2 Aproximação entre família e escola

Para promover o diálogo entre as famílias dos alunos dos anos finais, participantes do PME, e a instituição, uma ação importante será a criação da “Semana do Mais Educação” na Escola A.

Essa ação constitui uma maneira de conscientização das famílias e será proveitosa para se apresentarem pontos positivos e para o sucesso dos alunos. Dedicar uma semana na Escola A a fim de que os pais/responsáveis tenham oportunidade de observar, conhecer e ter contato com o que esses alunos podem fazer, demonstrando suas capacidades e experiências que tiveram repercussão positiva dentro da escola, poderá proporcionar uma melhora na sua autoestima.

A “Semana do Mais Educação” será promovida pelos professores e alunos participantes do PME e objetiva uma maior interação entre a equipe envolvida com as atividades culturais e os familiares dos alunos. O evento poderá ser realizado no mês de novembro, já que, no mês seguinte, a Escola A está voltada para atividades de encerramento do ano letivo. Nesta “Semana do Mais Educação”, os estudantes dos anos finais poderão divulgar para toda a comunidade escolar e, principalmente, para seus responsáveis os trabalhos realizados no cotidiano das aulas culturais no decorrer do ano letivo e suas vivências através do Programa. Será a culminância de um trabalho desenvolvido pelos professores e monitores junto aos alunos durante todo o ano.

A organização desse evento será de responsabilidade da coordenação local do PME. Nesta proposta de uma semana cultural, com horários definidos e apropriados a uma maior participação, dedicada aos alunos e suas famílias, no final do ano letivo, como culminância do trabalho, extensivo a toda comunidade escolar, acontecerão apresentações, em horários marcados, para: (a) Retrospectiva anual; (b) Exposição de trabalhos feitos pelos alunos; (c) Apresentação de alunos participantes do PME; (d) Palestra sobre relacionamento Família-Escola; (e) Confraternização.

Uma semana é o prazo necessário e suficiente para um evento como esse, em que as atividades descritas acima poderão ser apresentadas ao público presente, com espaço para que os pais, alunos e comunidade sejam ouvidos,

podendo apresentar suas perspectivas em relação ao Programa Mais Educação e um planejamento conjunto de ações para o período seguinte.

A realização da “Semana do Mais Educação” deverá constar no calendário e ser anunciada à comunidade escolar no início do ano letivo para que seus professores e monitores tenham ciência e comecem a selecionar as atividades dos alunos durante o ano. Assim, a escolha dos trabalhos para serem expostos nessa semana poderá ser realizada conjuntamente entre a equipe de coordenação local e os atores envolvidos (professores/monitores e os próprios alunos).

Portanto, será uma retrospectiva anual. Grupos de alunos poderão ser formados para organizarem, com a colaboração do/a professor/a coordenador/a, a exposição dos trabalhos nos murais da escola. Esses espaços estarão abertos para visitação dos familiares, e os próprios alunos estarão presentes junto aos murais para se apresentarem e para falarem sobre os trabalhos, caso sejam indagados. Entendemos que essa exposição poderá oferecer maior proximidade com a comunidade, pois além de se apreciar e se compreender o que está sendo realizado pelos alunos naquelas horas a mais que ficam na Escola A, será uma oportunidade de se conhecerem os propósitos do PME. A realização dessa exposição de trabalho poderá acontecer no espaço do teatro, que oferece condições para o evento, ou mesmo na quadra coberta.

Uma palestra sobre relacionamento escola/comunidade é outra estratégia para conscientização das famílias em relação ao trabalho desenvolvido na escola durante o horário de permanência desses alunos. Discorrer sobre a coparticipação dos responsáveis na escolarização dos adolescentes dos anos finais participantes do PME constitui uma forma de considerá-los atores principais na promoção do sucesso escolar e na redução de sua ociosidade. Para tal, deve-se contratar um profissional da área educacional e com experiência em palestra motivacional e sobre relacionamento entre pais, filhos e escola para promover a compreensão e participação e, conseqüentemente, um maior compromisso com a vida escolar desse alunado.

Os recursos utilizados para aquisição dos materiais necessários para o desenvolvimento das atividades e para contratação do palestrante para a “Semana do Mais Educação” estão previstos na verba do PME, repassada pelo MEC para a caixa escolar, em conta aberta para esse fim. Esses materiais deverão ser adquiridos pela escola, conforme a necessidade e as orientações de percentual de

custeio (para consumo) ou de capital indicados pelo setor de prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação e do Programa Mais Educação. Para a confraternização, propõe-se a realização de um café da manhã ou um coquetel para as famílias, os alunos e os profissionais atuantes no PME, que acontecerá ao final dos trabalhos da “Semana do Mais Educação”, sendo que a escola deverá prover os recursos para sua realização. Esclarecemos que a escola poderá arrecadar o valor – em torno de R\$ 500,00 (Quinhentos reais) – necessário para promover este evento propor uma rifa ou um sorteio, que deverá ser organizado pela equipe gestora ou pela coordenação local – próxima ação a ser descrita.

A “Semana do Mais Educação” deverá ser registrada em um portfólio, com depoimentos de familiares, fotos ou vídeos, entre outros, que poderão ser divulgados através do setor de imprensa da Secretaria de Educação com o objetivo de dar maior visibilidade às atividades culturais do PME na Escola A.

Conforme já descrevemos, esse grupo de estudantes normalmente é considerado indisciplinado, não cumpridor das normas da escola e com dificuldades de aprendizagem. Esta ação, entendemos, será também uma oportunidade de demonstrar a todos os profissionais atuantes na escola as diversas possibilidades de aquisição do conhecimento através das atividades culturais. Consideramos que será de grande valia para os próprios alunos e também para que outros profissionais possam avaliá-los de forma global, além de melhorar a autoestima daqueles.

3.1.3 Criação de uma coordenação local do PME

Uma coordenação local do PME na Escola A constitui uma ação primordial. Os dados coletados como a verificação dos variados motivos como desinteresse pela atividades desenvolvidas - falta de pontuação no histórico escolar, a ausência de uma conexão com a coordenação pedagógica e, principalmente, a infrequência dos alunos dos anos finais às oficinas do macrocampo investigado – nos conduzem à conclusão de que essa coordenação local é necessária para uma reestruturação da organização de atendimento e das atividades culturais, procurando adequar tais atividades do macrocampo focado ao contexto estudado. Verificamos, portanto, que a Escola A não está conseguindo resolver a infrequência desses alunos e melhorar sua autoestima. E é necessário potencializar a realização do PME nesta escola.

Uma das dificuldades percebidas neste estudo de caso é, então, a falta de uma coordenação específica para o Programa Mais Educação na escola. Essa coordenação concentrará seus esforços na resolução das dificuldades diárias no desenvolvimento das atividades e, por consequência, atuará de forma mais incisiva nas questões ligadas à infrequência dos alunos dos anos finais nas atividades culturais.

O objetivo desta intervenção é estabelecer um contato maior com as famílias, além de buscar concentrar esforços para resolver as questões diárias no desenvolvimento das atividades do Programa, como falta de monitor ou de professor para o atendimento aos estudantes participantes, como também representar uma atenção especial para a vida escolar desse grupo, solucionando mais rapidamente alguns entraves na condução diária das atividades do PME.

Essa coordenação será composta por duas pessoas – um professor efetivo como coordenador local e um monitor selecionado na comunidade para auxiliar na condução do Programa na Escola A. Juntamente com professores e monitores, essa nova coordenação deve repensar e decidir coletivamente uma reprogramação das atividades e de horários para atendimentos aos alunos e também aos seus familiares. Significa, portanto, uma solução e uma condição para que as demais ações se realizem de forma satisfatória.

Há necessidade de um contato constante e uma boa comunicação desta coordenação local com a coordenação do Programa Mais Educação que atua na Secretaria de Educação no âmbito municipal. A convocação para reuniões no Centro de Formação do Professor – espaço da referida secretaria para eventos relacionados à educação municipal e para formação continuada na rede – deverá ser prontamente atendida pela coordenação local, a fim de estabelecer vínculos importantes para o relacionamento entre elas e, prioritariamente, atualizar informações referentes ao desenvolvimento das atividades, além de proporcionar uma formação contínua sobre a legislação do PME. A comunicação poderá se efetuar através de mensagens de e-mails, telefonemas e de memorandos protocolados junto à Secretaria.

Não será diferente em relação à gestão escolar. A coordenação local participará a direção de qualquer dificuldade ou eventualidade que envolve a dinâmica das atividades do PME na escola. A equipe diretiva, assim, se manterá bem informada sobre o planejamento e a participação dos alunos; poderá, sempre

que possível, estar presente para esclarecimentos, apoiando e colaborando com a coordenação nas decisões que o Programa demanda. Isso lhe possibilitará um acompanhamento mais próximo e um olhar mais atento para as atividades desenvolvidas através do relato apresentado por este(a) profissional coordenador(a). Será importante para que essa comunicação se concretize e com resultado positivo um encontro entre a gestão escolar e a coordenação local a cada mês. Deverá ser reservado um tempo dentro da reunião pedagógica mensal, que sempre acontece em um sábado conforme a organização da escola, para um diálogo com os membros da referida coordenação e da equipe gestora. Para esse encontro, caso seja necessário, poderão estar presentes professores e monitores que atuam no PME na Escola A.

A comunicação e o relacionamento dessa coordenação local com os professores e os monitores do Programa deverão acontecer diariamente, de acordo com a organização de atividades e horários. Na dinâmica do desenvolvimento das atividades do PME na escola, surgem eventos imprevistos, como falta de monitor ou de professor, problemas com indisciplina, ausência de planejamento adequado para as atividades do dia ou, ainda, o não registro da frequência dos alunos. A equipe da coordenação deve agir em tempo hábil para resolver a situação que se apresentar. É preciso, portanto, uma observação e uma atuação contínua por parte da coordenação local auxiliando os professores e monitores na condução das atividades. Se houver necessidade de uma conversa com o profissional atuante (professor ou monitor) ou com a família de determinado aluno – uma situação de comportamento e desrespeito às normas da escola, por exemplo –, a coordenação estará presente para esse encontro e buscará solucionar o conflito. A coordenação local poderá agendar um horário semanal para dialogar com esses profissionais para prestar esclarecimentos, repassar documentos referentes ao PME e as decisões junto à direção, como também a fim de orientar para planejamento e registro de observações feitas.

A aprovação dessa coordenação será fundamental para que esta e as demais ações constantes neste plano se concretizem. Assim, as atribuições de tal coordenação local são, conforme sua importância registrada acima, determinantes para o sucesso do PME na Escola A.

Então, as ações já descritas acima – (1) inserir atividades que sejam do interesse dos alunos, (2) aproximar as famílias e a escola através da “Semana do

Mais Educação” – estarão, principalmente, sob sua responsabilidade. Nessa direção, a coordenação local deve ter ciência das dificuldades encontradas neste estudo de caso e das várias atribuições que lhe cabem e empreender dinamismo para o compromisso assumido, ter iniciativas para se conseguir alcançar o êxito esperado. Apontamos, a seguir, atribuições, podendo surgir outras no decorrer do ano letivo, necessárias à concretização das ações.

Para realização da primeira ação será preciso: (a) conversar sempre com os alunos, observando se eles apreciam as atividades culturais que estão sendo desenvolvidas e pesquisando para detectar seu interesse na área cultural; (b) buscar conhecer a vida cultural do bairro e pessoas da comunidade que realizam algum trabalho social com crianças e adolescentes que estão matriculadas na escola; (d) reorganizar atividades e horários para otimizar o atendimento aos estudantes; (e) contatar as famílias para estreitar o relacionamento e informar sobre a participação nos projetos e a proposta do PME.

Promover uma aproximação maior entre a família e a escola, que constitui a segunda ação proposta neste plano de intervenção, é uma boa estratégia para se relacionar melhor com a comunidade. E que deve ser pensada e compartilhada com os profissionais atuantes no Programa, pois se trata de um passo importante para estreitar os laços afetivos e promover a ideia de pertencimento tanto dos atores internos como externos à escola. Isso se dará com o planejamento da “Semana do Mais Educação”. E as atribuições da coordenação local para que esta ação se concretize são: (a) planejar e organizar dias e horários que atendam às famílias na “Semana do Mais Educação”; (b) organizar, junto aos professores, a retrospectiva do ano de 2015; (c) colaborar na organização da exposição de trabalhos dos alunos; (d) participar da escolha dos trabalhos que serão expostos; (e) colaborar na orientação dos alunos para atuarem na explicação dos trabalhos, sob a responsabilidade dos professores e monitores; (f) planejar a visita das famílias na exposição; (g) colaborar com a direção na escolha e contratação do profissional palestrante; (h) entrar em contato com as famílias para motivar a participação nos eventos da “Semana do Mais Educação”; (i) contribuir junto à direção para realizar a confraternização.

Entendemos que, dentre todas estas atribuições, uma função que permeia todas as ações – e a mais relevante para esta coordenação local – será o monitoramento da frequência dos alunos dos anos finais nas atividades propostas e,

mais atentamente, nas do Macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial, que merece aqui um destaque, pois é o objetivo principal do plano de intervenção apresentado para o caso descrito neste trabalho.

Embora já aconteça um acompanhamento da frequência através de registros nos diários e de relatórios individuais, faz-se necessária uma observação diária dessa participação dos alunos dos anos finais do ensino fundamental que estão inseridos no PME. Um registro à parte e com atenção do(a) coordenador(a), profissional auxiliado(a) pela pessoa atuante na comunidade como monitor/a, irá possibilitar que a equipe gestora acompanhe o planejamento dos profissionais e o desenvolvimento das atividades culturais, bem como um olhar permanente para o que está sendo desenvolvido por professores ou monitores e também pelos alunos e se os objetivos estão sendo atingidos.

A presença de um(a) coordenador(a) do PME diariamente na escola e no horário em que as atividades estão sendo desenvolvidas fará com que haja monitoramento adequado em se tratando de tempo ampliado, pois evitará que muitos alunos saiam juntos com os colegas de turmas ao terminar as aulas do ensino regular. Diálogos constantes entre a coordenação, os alunos e os familiares serão determinantes, cremos, para que não haja “fugas” das atividades culturais e também para auxiliar na conscientização sobre a importância da participação e da confiança no Programa dentro da Escola A.

Atendendo às normas jurídicas da área educacional que tratam da verificação da presença das crianças e adolescentes no interior das escolas, esses registros em diários e relatórios constituem documentos importantes para que outra secretaria, como a de assistência social, tenha em mãos informações sobre essa clientela que, normalmente, está inserida em outros programas sociais.

Na sala destinada à coordenação de oficinas da Escola A, onde são realizadas inscrições em oficinas oferecidas pela instituição e também local para tratar de assuntos relacionados ao PME, há um computador para registrar a documentação referente a esta ação, como lista de alunos, relatórios individuais e observações dos profissionais e da coordenação. Essa documentação produzida deverá ser também anexada nas pastas individuais dos alunos, que ficam em armários próprios junto à secretaria da Escola A.

Realizado o monitoramento e caso seja constatada a infrequência dos alunos dos anos finais nas atividades culturais, principalmente, a coordenação deverá fazer

nova avaliação do Programa, da organização das atividades, nova pesquisa para verificar as preferências desse grupo de alunos, repensando atividades do Macrocampo Cultura, Artes e Educação patrimonial que supram o seu interesse.

Esta ação é exequível, pois uma das características da existência do PME na rede municipal da cidade, conforme já descrito no capítulo um, é que a adesão ao Programa Mais Educação se fez com a proposta de que os professores da rede de ensino pudessem atuar no desenvolvimento das atividades ou como professor coordenador, uma vez que já existiam projetos culturais acontecendo nas escolas públicas do município. O que não eximiu as escolas de também selecionarem monitores junto à comunidade para atuação, caso não houvesse profissionais interessados, com a formação e perfil necessários para tal função na escola.

Para tal ação, a Secretaria Municipal de Educação deve estar em concordância; portanto, deve também estar inserida na organização escolar – previsão para 2015 –, que inclui: Previsão de turmas, Quadro Informativo de Pessoal (dos anos iniciais, dos anos finais e da EJA), Quadro Informativo de Projetos e Oficinas. Juntamente com professores e monitores, a nova coordenação deve repensar e decidir coletivamente uma reprogramação das atividades e de horários para atendimentos aos alunos e também aos seus familiares.

O horário semanal para as duas pessoas que irão compor essa coordenação local será cumprido da seguinte forma: (a) no caso do(a) professor(a) efetivo(a), estará de acordo com o regime de vinte horas adotado pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, sendo que 1/3 (um terço) do tempo deverá ser destinado a atividades extraclasse como formação continuada, por exemplo, atendendo à legislação; (b) no caso do(a) monitor(a), será o mesmo número de horas semanais que os outros monitores cumprem. Assim, o(a) coordenador(a) estará presente na Escola A, perfazendo 13h20min (treze horas e vinte minutos), e poderá combinar com o(a) monitor(a) auxiliar que atue durante sua ausência. Portanto, esse profissional monitor que fará parte da coordenação ficará na escola durante 7h40min (sete horas e quarenta minutos) por semana. Vale esclarecer que a rede municipal de Juiz de Fora ainda não possui um critério para o pagamento dos monitores em relação ao número de horas semanais – esse critério deverá ser definido para 2015. A orientação da equipe da secretaria de educação é que as escolas sigam o procedimento que vem sendo realizado: mínimo de seis horas trabalhadas por semana para cada monitor.

A concordância da Secretaria de Educação na previsão da cessão de um(a) professor(a) para essa coordenação local do PME implica que a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora irá custear a contratação de um profissional para substituí-lo nas suas funções de regente de turma. O(A) monitor(a) da comunidade selecionado para auxiliar o(a) professor(a) coordenador(a) será financiado(a) com recursos do PME, através de ressarcimento de despesas, conforme termo de compromisso que será assinado também pelos demais monitores seguindo as orientações do Programa.

A coordenação deverá funcionar durante todo o ano letivo de 2015, procurando estabelecer uma ligação com a coordenação pedagógica da escola para que haja vínculos efetivos entre pedagogia de projetos e o ensino regular – uma busca incessante pela avaliação global dos alunos dos anos finais que estão participando do PME.

Este(a) profissional será referência a quem todos possam recorrer para sanar dúvidas e/ou pedir esclarecimentos sobre o funcionamento e organização das propostas de trabalho na área cultural na Escola A. É importante que o/a professor/a coordenador/a observe o tempo todo se a dinâmica proposta para essa área de ensino ampliado está atendendo às orientações do PME e se está em conformidade com as características culturais do contexto escolar.

Em resumo, as três ações propostas neste PAE estão no quadro a seguir:

Quadro 7 - Ações do PAE

PLANO DE AÇÃO – Fevereiro a Dezembro de 2015						
O quê?	Por quê?	Quem?	Onde?	Quando?	Como?	Quanto?
1. Inserir atividades que sejam do interesse dos alunos.	Algumas atividades culturais atuais não atendem ao interesse dos alunos.	Professor e/ou monitor da comunidade.	Espaços educativos da Escola A.	Fevereiro (2015) a Junho (2015) e em Agosto (2015).	Contratação de professor e monitor; pesquisar atividades que interessam aos alunos.	Recursos da PJJ e recursos do PME para ressarcimento dos monitores.
2. Aproximação entre família e escola. (com a “Semana do Mais Educação”)	Dar visibilidade à proposta do PME; Conscientizar as famílias.	Profissionais da escola, alunos do PME e comunidade.	Espaços educativos da Escola A.	Novembro de 2015.	Organização de: Retrospectiva anual; Exposição; Apresentações; Palestra Família-Escola; Confraternização.	Recursos do PME e recursos da escola (R\$ 500,00 através de rifa ou sorteio).
3. Criação de uma coordenação local do PME.	Necessidade de coordenação local do PME e atenção à frequência dos alunos.	Direção, Professor, aluno, monitor auxiliar.	Escola A.	Fevereiro de 2015 (Inserção na organização escolar na previsão para 2015).	Contratação de professor; seleção de monitor auxiliar; Reunião, registro de frequência, relatório individual.	Recursos da PJJ e Recursos do PME.

Fonte: elaboração própria

Esta proposta pretende abranger todos os alunos atendidos pelo PME, principalmente resolver a infrequência dos alunos dos anos finais. E, para que a proposta se estabeleça e tenha o resultado esperado, no que se refere à frequência dos alunos dos anos finais nas atividades culturais do PME, será necessário um prazo de pelo menos um ano letivo, de fevereiro a dezembro de 2015, seguindo a mesma direção do calendário escolar e suas avaliações, conselhos de classe, que devem tratar de avaliar os alunos de forma global. Obviamente que haverá, inicialmente, um impacto em termos de concepção de aprendizagem e de entendimento das atividades culturais como extensão da sala de aula, mas uma

formação continuada, motivada pela direção escolar e através dos cursos em andamento ou a ser criados pela Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora, poderá resolver essa questão.

A seguir, apresentamos a seção que finaliza esta dissertação, a qual contém as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a implementação de um programa federal, como é o caso de Programa Mais Educação, requer um aprofundamento e um conhecimento não apenas dos discursos oficiais, mas exige também a busca por referências sobre o desenvolvimento do referido programa e sobre os seus efeitos e os resultados obtidos. Este estudo nos trouxe informações importantes e necessárias para uma análise mais crítica do PME e para termos condições de avaliá-lo e de propor uma intervenção a fim de resolver e/ou minimizar a infrequência dos alunos dos anos finais nas atividades inscritas do seu macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial.

Para o fim desta pesquisa, fez-se necessário compreender o Programa Mais Educação no contexto da educação integral e integrada e o macrocampo Cultura, Artes e Educação patrimonial e suas especificações. Buscamos informações sobre projetos de ampliação de tempo pedagógico no contexto educacional brasileiro, na esfera pública, nacional, estadual e/ou municipal, com o objetivo de conhecer outras experiências. Assim, escolhemos discorrer sobre algumas, como as de Belo Horizonte/MG, Blumenau/SC e João Pessoa/PB, com suas interessantes vivências na área cultural. Discorreremos sobre as experiências de educação integral no município de Juiz de Fora e sobre como foi o processo de adesão no país e na cidade, registrando o contexto e caracterização da Escola A, seus entraves e desafios na implementação. Registramos, também, a partir de entrevistas e questionários, as percepções de profissionais e alunos. Recorreremos ainda aos estudos valiosos de autores reconhecidos e renomados sobre a educação integral e, especificamente, sobre a implementação do PME.

A partir dos questionários aplicados e das entrevistas realizadas neste estudo, verificou-se a necessidade de se planejar ações interventivas para solucionar ou minimizar a infrequência dos alunos dos anos finais participantes do PME. Apresentamos, então, um Plano de Intervenção como proposta de intercessão na realidade estudada, que consideramos como caminhos alternativos para resolver os entraves encontrados no desenvolvimento das atividades do PME e, principalmente, do macrocampo estudado. As ações desse plano são as seguintes: (1) inserir atividades que sejam do interesse dos alunos; (2) aproximação entre família e

escola através da “Semana do Mais Educação”; (3) criação de uma coordenação local do PME.

Para efeito de avaliação da proposta de intervenção que ora apresentamos, é importante que a coordenação local do PME juntamente com a gestão escolar faça um memorial, registrando as ações dos agentes diretos com a comunidade escolar e retornando relatórios e informações sobre as atividades realizadas aos membros da equipe gestora e de coordenação pedagógica para que os profissionais atuantes no PME reflitam sobre os resultados objetivando aperfeiçoar suas práticas, sempre atentando para os objetivos principais do programa e às características do contexto escolar.

Acreditamos que, ao apresentar esta proposta de intervenção registrada anteriormente, estaremos atendendo e resolvendo boa parte das dificuldades encontradas e registradas neste texto, cujo objetivo principal é promover mais participação dos estudantes inseridos no Programa Mais Educação nas atividades culturais. Consequentemente, planejando aulas e atividades que traduzam a linguagem e o interesse dos adolescentes matriculados nos anos finais.

Acreditamos também que o presente estudo possa contribuir para que outros gestores sucessores na mesma unidade escolar ou mesmo na rede municipal tenham em mãos um diagnóstico da realidade em termos de ampliação do tempo do aluno e um caminho para solucionar o obstáculo da infrequência, principalmente no que diz respeito à participação nas atividades culturais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marita. Gestão Escolar. **Presença Pedagógica**, v. 18, n. 105, maio/junho. 2012, p. 54-59.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> - Acessado em: 01/09/2013.

_____. **Decreto Nº 7.083/2010 (MAIS EDUCAÇÃO)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7083.htm>. Acesso em: 06 set. 2013.

_____. **Educação integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília, MEC, Secad, 2009. (Série Mais Educação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16727&Itemid=1119> - acessado em 01/09/2013.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em 26 ago. 2013.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 set. 2013.

_____. **Lei nº 10.172, de 09 de Janeiro de 2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16701&Itemid=1114>. Acesso em: 01 set. 2013.

_____. **Lei 11.494/07 – FUNDEB**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso em: 01 set. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Gestão Intersetorial no Território**. 1. Ed. Brasília, MEC, 2009. (Série Mais Educação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16727&Itemid=1119>. Acesso em: 01 set. 2013.

_____. **Programa Mais Educação. Educação integral / educação integrada e(m) tempo integral**: concepções e práticas na educação brasileira - Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil. Série Mais Educação. Brasília: MEC, Secad, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16727&Itemid=1119>. Acesso em: 01 set. 2013.

_____. **Manual Operacional de Educação Integral**. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=15842&Itemid=> - Acesso em 01 set. 2014.

_____. **Portaria Normativa Interministerial nº 17**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf> - Acesso em: 10 jul. 2013.

_____. **Rede de Saberes mais educação**: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. 1. Ed. Brasília, MEC, 2009. (Série Mais Educação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16727&Itemid=1119>. Acesso em: 01 set. 2013.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Caminhos para elaborar uma proposta de Educação Integral em Jornada Ampliada**. Série Mais Educação. 2011.

BROOKE, Nigel (Org.). **Marcos históricos na reforma da educação**. Introdução. Fino Trato Editora Ltda. Belo Horizonte, 2012. pp. 201-208. (Seção 5. Coleção EDVCERE).

BURGOS, Marcelo Baumann. Escola Pública e Segmentos populares em um Contexto de Construção Institucional da Democracia. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, 2012, pp. 1015 a 1054. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v55n4/v55n4a06.pdf>>. Acesso em 05 set. 2013.

CALLEGARI, Cesar. **Vídeo: Entrevista com Cesar Callegari**. 2010. Disponível em: <<http://www.ppgp.caedufjf.net/mod/resource/view.php?id=1770>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

CANHIN, Claudemir Mazucheli. **A falácia do programa “Mais Educação” do Governo Federal... e seus efeitos na Rede Pública Estadual de São Paulo!** (Artigo publicado em 08 de Junho de 2013). Disponível em: <<http://socialistalivre.wordpress.com/2013/06/08/a-falacia-do-programa-mais-educacao-do-governo-federal-e-seus-efeitos-na-rede-publica-estadual-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 06 mar. 2014.

CASTRO, Adriana de; LOPES, Roseli Esquerdo. **A escola de tempo integral: desafios e possibilidades**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 71, pp. 259-282, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n71/a03v19n71.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

CAVALIERE, Ana Maria & MAURÍCIO, Lúcia Velloso. **A ampliação da jornada escolar nas regiões Nordeste e Sudeste: sobre modelos e realidades**. 2011. Disponível em: <http://www.ppgp.caedufjf.net/file.php/127/Tempo_Integral/04.pdf> Acesso em: 05 abr. 2013.

_____. **Questões sobre uma proposta nacional de gestão escolar local**. 2009. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/10.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. **Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral**. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1470/1219>>. Acesso em: 18 out. 2013.

COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa; CAVALIERE, Ana Maria Villela (Orgs). **Educação Brasileira e(m) Tempo Integral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CONDÉ, Eduardo Salomão. **Abrindo a caixa – Elementos para melhor compreender a análise das Políticas Públicas**. 2011. Artigo em arquivo eletrônico. Material de apoio da Disciplina Temas de Reforma da Educação II. Disponível em: <<http://www.ppgp.caedufjf.net/course/view.php?id=97&topic=2>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar em Revista. Nº 24. Pp. 213-225, 2004. Universidade Federal do Paraná. Paraná. Brasil. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/2216/1859http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=155017717012>>. Acesso em: 01 set. 2013.

GONÇALVES, Ataíde Gonçalves et al. A escola em tempo integral como alternativa para a melhoria da qualidade do ensino público no município de Londrina. In: PEIXE, Blênio César Severo et al. (Orgs). **Gestão de Políticas Públicas no Paraná: Coletânea de Estudos**. Curitiba: Editora Progressiva, vol. 1, 516 p., 2008. Disponível em: <<http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=493>> - Acesso em: 02 jul. 2014.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. É imprescindível educar integralmente. **Cadernos Cenpec**, n.2, Brasília, 2006.

KLUG, Aline; ROSADO, Danielli; BARROS, Mariângela. Programa Mais Educação: uma análise em duas escolas estaduais no município de Pelotas. In: Congresso de iniciação Científica, 21, 4ª Mostra Científica, 2012, Pelotas (RS). **Anais eletrônicos...** Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2012. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/cic/2012/anais/pdf/CH/CH_01146.pdf>. Acesso em: 02 de mar. de 2014.

LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; MOLL, Jaqueline. Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação Integral e em tempo integral. **Educar em Revista**, n. 45, 2012, pp. 91-110. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/educar/article/view/30008/19392>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

MACHADO, Nara da Rosa. **A ampliação dos tempos em uma escola ciclada, na perspectiva de educação integral**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul/FACED. Porto Alegre, RS, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/88072/000910244.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 jul. 2014.

MATTOS, Graciele F. Ferreira; GONÇALVES, Rafael Marques (Org.). **Avaliação do programa escola de educação em tempo integral da rede municipal de ensino de juiz de fora – MG**. UFJF/Faculdade de Educação Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Diversidade/PJF/SME, 2011.

MINAS GERAIS. **RESOLUÇÃO Nº 416/2003**. Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, relativamente aos precatórios pendentes de quitação, registrados neste Tribunal de Justiça, que devam ser reclassificados como de pequeno valor. Disponível em: <<http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re04162003.PDF>> - Acesso em: 18 jul. 2014.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Revista Estudos de Psicologia**, Campinas/SP. 2010,. pp. 99-108. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n1/v27n1a12.pdf>> - Acesso em: 18 jul. 2014.

PENNA, Maura. **Educação musical e educação integral: a música no Programa Mais Educação**. Revista da ABEM. Volume 19. Nº 25. 2011. PP. 141-152. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/197>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

PINTO, Denise Maria. **A Gestão do Projeto Escola de Tempo Integral: um olhar prospectivo**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública), Programa de Pós-Graduação Profissional, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/a-gestao-do-projeto-escola-de-tempo-integral-um-olhar-prospectivo/>>. Acesso em: 18 out. 2013.

PIRES, Gisele Brandelero Camargo. **Escola Pública Integrada: as impressões dos professores e especialistas das escolas de Blumenau – SC**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Itajaí, 2007. Disponível em: <http://www6.univali.br/tede/tde_busca/arquivo.php?cod Arquivo=375>. Acesso em: 16 jul. 2014.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola – Relações família - escola. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, v.9, n.2, 2005, pp. 303-312. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12.pdf>>. Acesso em: 18 Julho 2014.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Secretaria de Educação. **Projeto Político Pedagógico** – Escola A. Juiz de Fora, 2011.

_____. Secretaria de Educação. **Regimento Escolar** – Escola A. Juiz de Fora. 2011.

_____. Secretaria de Educação. **Diretrizes Educacionais para a Rede Municipal de Juiz de Fora: Linhas Orientadoras das Escolas de Educação em Tempo Integral do Município de Juiz de Fora; Linhas Orientadoras para o Ensino Fundamental de 9 anos: anos iniciais da Rede Municipal de Juiz de Fora. Ano III – n. 3.** Tiragem 1000 exemplares. Ed. Gráfica Rio Branco Ltda. Outubro, 2008.

_____. Secretaria de Educação. **Programa Mais Educação: Cadernos Pedagógicos.** Juiz de Fora. 2012. CD-ROM (Distribuição gratuita).

REIS, Camila do Socorro Aranha dos; LOBATO, Luana Ediena Câmara. **Programa Mais Educação: um olhar crítico sobre o ensino de artes visuais.** 2012. Artigo. Disponível em: <<http://www.faeb.com.br/livro/Paineisprograma%20mais%20educacao.pdf>>. Acesso em: 02 de mar. de 2014.

RESENDE, Mary Margareth Marinho. **Escola integrada: uma proposta de educação para todos.** 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública), Programa de Pós-Graduação Profissional – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

RODRIGUES, Cibele Maria Lima; VIANA, Lara Rodrigues; BERNARDES, Júlia de Araújo. **Eixo 2 - Políticas de educação básica e de formação e gestão escolar - O Programa Mais Educação: breve análise do contexto político e dos pressupostos teóricos.** 2013. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/CibeleMariaLimaRodrigues-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em: 02 de mar. 2014.

SABOYA, Marta Gonçalves Franco de. **Programa mais educação** – uma proposta de educação integral e suas orientações curriculares. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro / UNIRIO, Rio de Janeiro, 2012.

SARMENTO, Diva Chaves. Criação dos sistemas municipais de ensino. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1363-1390, Set./Dez. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

SILVA, Bruno Adriano Rodrigues da. **Interesses, Dilemas e a Implementação do Programa Mais Educação no Município de Maricá (RJ).** Tese (Doutorado em

Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/ppgedu/neephi/producoes/producoes-2013/interesses-dilemas-e-a-implementacao-do-programa-mais/view>> - Acesso em: 19 jul. 2014.

SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da; SILVA, Katharine Ninive Pinto. **A hegemonia às avessas no Programa Mais Educação**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Volume 94, Nº 238. Brasília, Setembro/Dezembro, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812013000300004&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 mar. 2014.

SILVA, Jamerson Antônio de Almeida da; SILVA, Katherine Ninive Pinto. **A relação com o saber no Programa Mais Educação**. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/57.pdf>> - Acesso em: 30 mai. 2014.

SOUZA, Ana Paula Reguete M. M. de; BARRETO, Sandra R. Manes. **Combate a infrequência e evasão escolar: uma experiência na área portuária da cidade do rio de janeiro**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.cibs.cbciss.org/arquivos/combate_a_infrequencia_e_a_invasao_social.pdf> . Acesso em: 18 jul. 2014.

SOUZA, Thais Tolentino Santos & BARRA, Valdeniza Lopes da. **Possíveis relações entre tempo, espaço e processo de ensino aprendizagem na escola de jornada ampliada**. 2011. Disponível em: <http://www.ppgp.caedufjf.net/file.php/127/Tempo_Integral/05.pdf>. Acesso em: 06 set. 2013.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007. (Coleção Anísio Teixeira).

WEISS, Carol. **Avaliação**. Arquivo eletrônico disponibilizado por CAED em: <<http://www.ppgp.caedufjf.net/course/view.php?id=114>>. Acesso em 05 out. 2012.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo. Paz e Terra, 1992.

APÊNDICES

APÊNDICE I

1. ROTEIRO DE ENTREVISTA

Estudo: A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA COM FOCO NO MACROCAMPO CULTURA, ARTES E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.

TECNICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Entrevistado: _____

Local: _____

Data: ____ / ____ / 2013.

- 1- Em sua opinião, como tem sido a implementação do Programa Mais Educação no município de Juiz de Fora?
- 2- Como foi o processo de adesão ao Programa Mais Educação em Juiz de Fora?
- 3- Quais critérios adotados para escolha das escolas para iniciar o PME na rede municipal e como aconteceu sua adaptação nestas escolas?
- 4- Em relação ao macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial, como se organiza, na rede municipal, a proposta curricular de projetos no contraturno? Há orientações para os gestores escolares?
- 5- Há acompanhamento por parte da Secretaria na organização das escolas para o desenvolvimento dos projetos do PME?

- 6- Como é a frequência dos alunos nas atividades do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial nas escolas municipais de Juiz de Fora?
- 7- A escola recebe recursos financeiros para desenvolvimento dos projetos do PME? De que forma estes recursos são utilizados?
- 8- Como são selecionados os monitores para as atividades do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial da escola?
- 9- Em sua opinião, quais as dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades do macrocampo cultura, artes e educação patrimonial?
- 10- Em sua opinião, como tem sido a implementação do Programa Mais Educação no macrocampo Cultura, Artes e educação Patrimonial na escola em que você atua. Este macrocampo tem trazido bons resultados?

2. ROTEIRO DE ENTREVISTA

Estudo: A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA COM FOCO NO MACROCAMPO CULTURA, ARTES E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.

COORDENADOR/A E/OU PROFESSOR ARTICULADOR DO PROGRAMA
MAIS EDUCAÇÃO NA ESCOLA

Entrevistado: _____

Local: _____

Data: ____/____/2013.

- 1- Como ocorreu a sua indicação para a coordenação do projeto? Há quanto tempo está nesta função?
- 2- Como está organizada a proposta curricular do programa na escola e, principalmente, nas oficinas do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial?
- 3- Como ocorre o planejamento das atividades desenvolvidas no PME neste macrocampo? Que características apresentam?
- 4- Como a escola organiza os tempos para desenvolvimento do PME?
- 5- A escola recebe recursos para desenvolvimento das atividades deste macrocampo? De que forma são utilizados?
- 6- Como é a frequência dos alunos nas atividades deste macrocampo na escola em que atua?
- 7- Como a escola se organiza para o desenvolvimento dos projetos do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial?
- 8- Como são selecionados os monitores para as atividades do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial da escola?
- 9- Em sua opinião, quais as dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades do macrocampo cultura, artes e educação patrimonial?
- 10- Em sua opinião, como tem sido a implementação do Programa Mais Educação no macrocampo Cultura, Artes e educação Patrimonial na escola em que você atua. Este macrocampo tem trazido bons resultados?

3. ROTEIRO DE ENTREVISTA

Estudo: A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA COM FOCO NO MACROCAMPO CULTURA, ARTES E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.

PROFESSOR E/OU MONITOR ATUANTE NA ESCOLA

Entrevistado: _____

Local: _____

Data: ____/____/2013.

- 1- Em sua opinião, como tem sido a implementação do Programa Mais Educação no município de Juiz de Fora?
- 2- Há quanto tempo você trabalha como professor(a) e/ou monitor(a) do Programa mais Educação nesta escola?
- 3- Qual é a oficina/projeto de sua responsabilidade?
- 4- As turmas que você acompanha têm quantos alunos?
- 5- Como é a frequência dos alunos nas oficinas culturais?
- 6- Como é a organização curricular do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial na escola?
- 7- Como acontece o planejamento das atividades desenvolvidas nos projetos do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial?
- 8- Que atividades são desenvolvidas? Você sabe?
- 9- Em sua opinião, quais as dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades do macrocampo cultura, artes e educação patrimonial?
- 10- Como você avalia o desenvolvimento do macrocampo cultura e artes na escola? Esse macrocampo tem trazido bons resultados?

APÊNDICE II**QUESTIONÁRIO APLICADO:****QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS (Anos Finais) INSCRITOS NO
PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO****TURMA:** _____ **IDADE:** _____

Caro aluno, antes de responder, você pode pedir explicação sobre as perguntas; qualquer dúvida, peça esclarecimento para a aplicadora deste questionário de pesquisa. Fique à vontade. Não haverá identificação do aluno respondente.

1 - Quais atividades do Programa Mais Educação você mais gosta de frequentar na escola?

- | | |
|---|---|
| ☐ Laboratório de Aprendizagem | ☐ Grafite |
| ☐ Leitura na Biblioteca | ☐ Contação de História |
| ☐ Educação Ambiental – Horta Escolar | ☐ Educação Patrimonial |
| ☐ Laboratório de Informática | ☐ Futsal |

2 - Como você avalia a relação entre alunos e professores/monitores das oficinas do Programa Mais Educação?

- ☐ Muito boa.
☐ Boa.
☐ Regular.
☐ ruim.

Por quê?

3- Com relação à sua frequência nas oficinas de Grafite, Percussão (Fanfarra), Leitura, Contação de história, Educação patrimonial:

- ☐ Nunca falto.
☐ Falto de vez em quando.
☐ Falto muito.
☐ Sempre falto.

4- Os motivos de sua falta às atividades do Programa Mais Educação:

- () Não gosto das atividades que a Escola oferece.
- () Não posso ficar porque colaboro nas tarefas de casa.
- () Tenho atividades mais interessantes em outros locais.
- () Gosto das atividades, mas meus pais não deixam ficar muito tempo fora de casa.
- () Não vale nota.
- () Outros:

Comente: _____

5 - O que você pensa sobre a presença nas aulas das oficinas de Grafite, Percussão (Fanfarra), Leitura, Contação de história, Educação patrimonial? Assinale a alternativa que representa melhor sua opinião sobre as aulas.

- () São importantes, mas não fico animada em comparecer.
- () São importantes, por isso participo.
- () Seria mais interessante se todos os alunos participassem.
- () Não me importo em não participar.
- () Gostaria de vir todos os dias, mas não posso.

6 - Do que você gostaria de participar na Escola?

- () Debates sobre assuntos atuais.
- () Expor seus trabalhos nos painéis.
- () Passeios culturais pela cidade.
- () Grupo musical.
- () Organizar eventos culturais na Escola.
- () Grupo de dança.
- () Clube de ciências.
- () Outros: _____.

7 - Indique 3 outras atividades que poderiam ser oferecidas Escola na área de Cultura, Artes e Educação Patrimonial:

- | | |
|-------------------------------|--------------------------------|
| () Artesanato Popular | () Grafite |
| () Banda Fanfarra | () Hip Hop |
| () Canto Coral | () Flauta Doce |
| () Capoeira | () Leitura e Produção Textual |
| () Cineclube | () Mosaico |
| () Danças | () Percussão |
| () Desenho | () Pintura |
| () Educação Patrimonial | () Práticas Circenses |
| () Ensino Coletivo de Cordas | () Teatro |
| () Escultura | () Tecnologias Educacionais |

Muito obrigado.